

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS**

JOSIANE ROCHA CARVALHO

**EQUILÍBRIOS INSTÁVEIS: O GOLFO DA GUINÉ E A ECONOMIA DO
PETRÓLEO**

Porto Alegre

2018

JOSIANE ROCHA CARVALHO

**EQUILÍBRIOS INSTÁVEIS: O GOLFO DA GUINÉ E A ECONOMIA DO
PETRÓLEO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Carvalho, Josiane Rocha
Equilíbrios instáveis : o Golfo da Guiné e a
economia do petróleo / Josiane Rocha Carvalho. --
2018.
134 f.
Orientador: Eduardo Ernesto Filippi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. África. 2. Golfo da Guiné. 3. Nigéria. 4.
Petróleo. I. Filippi, Eduardo Ernesto, orient. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JOSIANE ROCHA CARVALHO

**EQUILÍBRIOS INSTÁVEIS: O GOLFO DA GUINÉ E A ECONOMIA DO
PETRÓLEO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 15 de setembro de 2017.

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. André Reis da Silva
UFRGS

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria
UFRGS

Prof. Dr. Rodrigo Perla Martins
FEEVALE

Dedico este trabalho aos meus pais,
Mercedes e Cláudio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelos anos de aprendizado de qualidade e pela formação acadêmica. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, sou grata pelo conhecimento compartilhado e pelas horas dedicadas ao ensino e aos alunos. Em especial, agradeço a paciência, compreensão e orientação do Prof. Eduardo Filippi, que me acompanhou durante a pesquisa, sempre solícito e dedicado a esclarecer todas as dúvidas e apreensões.

A realização desse trabalho foi possível pelo apoio de grandes amigos, com quem tenho a sorte de conviver. Assim, sou imensamente grata à Michelle Gallera Dias e à Natália Barbosa Argiles, parceiras na graduação e pós-graduação, por todo o suporte, revisões e conselhos. Ainda, agradeço ao Maximilian Dante e Isadora Coutinho, pela ajuda e o companheirismo ao longo do curso.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Rodrigo Barbosa pela paciência durante todos esses meses de pesquisa e trabalho, pelas palavras de incentivo, que foram fundamentais ao longo desse processo. Aos meus pais Mercedes e Cláudio, à Vó Geny, aos meus irmãos, Gabriel e Lessandro, e à “irmã de alma”, Letícia, agradeço por terem se empenhado para que eu tivesse acesso à educação, por não medirem esforços ao me apoiar, e, principalmente, por entenderem as minhas ausências durante esse período.

É preciso explicar por que o mundo de hoje, que é horrível, é apenas um momento do longo desenvolvimento histórico, e que a esperança sempre foi uma das forças dominantes das revoluções e das insurreições. E eu ainda sinto a esperança como minha concepção de futuro.

Jean Paul Sartre

RESUMO

Tendo em vista a ascensão da costa ocidental africana como uma fonte alternativa de fornecimento de petróleo ao mercado mundial no período contemporâneo, este trabalho busca responder ao seguinte questionamento: quais as implicações políticas e securitárias da exploração do petróleo na região do Golfo da Guiné, a partir dos anos 2000? Como objetivos do estudo, propõe-se a investigação da influência desse recurso energético nas características dos Estados da região, compreender sua relação com a formação de instituições como as companhias nacionais de petróleo, avaliar sua influência no interesse estrangeiro e na ocorrência de conflitos da região. Para responder o problema de pesquisa, foi realizada ampla revisão bibliográfica em fontes especializadas, relatórios e organismos internacionais. Na primeira seção, examina-se o petróleo no Golfo da Guiné, a competição pelos recursos africanos, a indústria do petróleo na Nigéria e em Angola, e o debate sobre a maldição dos recursos naturais. Na segunda parte são investigadas as implicações políticas e securitárias do petróleo, avaliando suas consequências para as instituições e características do Estado. Em seguida, são avaliados os interesses dos EUA e China na zona, a evolução da Comissão do Golfo da Guiné e os conflitos associados ao petróleo. Por fim, aprofunda-se o estudo da Nigéria, o maior produtor da região, analisando a história do petróleo no país, o conflito no Delta do Níger, e as associações entre exploração de petróleo e política externa.

Palavras-chave: Golfo da Guiné. Petróleo. África. Nigéria.

ABSTRACT

Considering the rise of the West African coast as an alternative source of oil supply to the world market in the contemporary period, this paper seeks to answer the following question: what are the political and security implications of oil exploration in the Gulf of Guinea, from the 2000's? This study aims to investigate the influence of this energy resource on the characteristics of the states of the region, to understand its relationship with the formation of institutions such as national oil companies, to evaluate their influence on foreign interest and on the occurrence of conflicts in the region. In order to answer the research problem, a bibliographical review was carried out, using specialized sources, reports and documents of international organizations. The first section examines oil in the Gulf of Guinea, the scramble for African resources, the oil industry in Nigeria and Angola, and the debate over the curse of natural resources. The second part investigates the political and security implications of petroleum, evaluating its consequences for the institutions and characteristics of the state. Next, the US and Chinese interests in the zone are evaluated, the Gulf of Guinea Commission's evolution and the conflicts associated with oil in the GG. Finally, the study of Nigeria, the largest producer in the region, examining the history of oil in the country, the conflict in the Niger Delta, and the associations between oil exploration and foreign policy is explored.

Keywords: Gulf of Guinea. Oil. Africa. Nigeria.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFRICOM	– Comando dos Estados Unidos para a África
BM	– Banco Mundial
CDB	– Banco de Desenvolvimento Chinês
CGG	– Comissão do Golfo da Guiné
CNOOC	– China National Offshore Oil Corporation
CNP	– Companhia Nacional de Petróleo
CNPC	– Chinese National Overseas Oil Corporation
CPP	– Contrato de Partilha de Produção
DPR	– Departamento de Recursos Petrolíferos
ECOMOG	– Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Países da África Ocidental
ECOWAS	– Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
EUA	– Estados Unidos da América
FMI	– Fundo Monetário Internacional
GG	– Golfo da Guiné
GRN	– Gabinete de Reconstrução Nacional
ICBC	– Banco Industrial e Comercial da China
IED	– Investimento Externo Direto
IMET	– Programa Internacional de Treinamento e Educação Militar
INC	– Congresso Nacional Ijaw
IYC	– Conselho da Juventude Ijaw
KNOC	– Korean National Oil Corporation
MEND	– Movimento para a Emancipação do Delta do Níger
MOSOP	– Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni
MPLA	– Movimento Popular de Libertação de Angola
NDDC	– Comissão de Desenvolvimento do Delta do Níger
NDPVF	– Força Voluntária do Povo do Delta do Níger
NDVF	– Força Voluntária do Delta do Níger
NEEDS	– Empoderamento Econômico Nacional e Desenvolvimento Estratégico
NNPC	– Corporação Nacional Nigeriana de Petróleo
OMPADEC	– Oil Mineral Producing Areas Development Commission
ONU	– Organização das Nações Unidas

OPEP	– Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OUA	– Organização da Unidade Africana
PAE	– Programa de Ajuste Estrutural
RDC	– República Democrática do Congo
SINOPEC	– China Petrochemical Corporation
SIPSC	– Sinopec International Petroleum Service
SNEPCO	– Companhia de Exploração e Produção Shell Nigeria
SNG	– Shell Nigeria Gas
SNH	– Corporação Nacional de Hidrocarbonetos
SNOP	– Shell Nigeria Oil Products
SNPC	– Sociedade Nacional do Petróleo do Congo
SONANGOL	– Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
UA	– União Africana
UNITA	– União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE	– Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O PETRÓLEO NO GOLFO DA GUINÉ	16
2.1	A ASCENSÃO DO GOLFO DA GUINÉ NO CENÁRIO INTERNACIONAL	16
2.2	O GOLFO DA GUINÉ NO CONTEXTO DA NOVA PARTILHA DA ÁFRICA...	23
2.3	O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA NA NIGÉRIA E EM ANGOLA	31
2.4	MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS: O PAPEL DO PETRÓLEO	36
3	IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E SECURITÁRIAS REGIONAIS.....	41
3.1	IMPLICAÇÕES POLÍTICAS: CARACTERÍSTICAS ESTATAIS E COMPANHIAS NACIONAIS DE PETRÓLEO	41
3.2	INTERESSES ESTRANGEIROS.....	47
3.2.1	Interesse dos Estados Unidos no Golfo da Guiné	47
3.2.2	Interesse da China no Golfo da Guiné	55
3.3	A COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ (CGG): TENTATIVA DE COOPERAÇÃO REGIONAL	66
3.4	IMPLICAÇÕES SECURITÁRIAS REGIONAIS	70
3.4.1	A Correlação entre Petróleo e Conflitos.....	71
3.4.2	Os Conflitos Interestatais e Intraestatais no Golfo Da Guiné	77
4	O PETRÓLEO NA NIGÉRIA: HISTÓRIA, CONFLITO E POLÍTICA EXTERNA	84
4.1	A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NA NIGÉRIA	85
4.2	O PETRÓLEO E O CONFLITO NO DELTA DO NÍGER.....	96
4.3	A POLÍTICA EXTERNA NIGERIANA E O PETRÓLEO	106
5	CONCLUSÕES	119
	REFERÊNCIAS	124

1 INTRODUÇÃO

Desde o início dos anos 2000 tem havido crescente interesse entre atores políticos, companhias multinacionais e pesquisadores em relação ao petróleo africano, mais especificamente ao petróleo existente na costa oeste do continente, em uma região denominada Golfo da Guiné. O fascínio por essa zona ocorreu em um contexto marcado pelo aumento da demanda energética de economias emergentes, como a da China, e pela necessidade de diversificar as fontes fornecedoras de petróleo pelas potências ocidentais, como os EUA, especialmente após os eventos de 11 de setembro de 2001. Além disso, com o aumento da tecnologia para mapeamento e perfuração do solo, algumas novas descobertas de reservas de petróleo em áreas *offshore*¹ foram realizadas na região, contribuindo também para que essa zona se tornasse foco de atenção.

O petróleo permanece como uma das principais fontes de energia utilizadas no mundo, com amplas possibilidades de emprego que vão desde seu uso como combustível até sua aplicação para a produção de plásticos e roupas. Entre os países desenvolvidos, estima-se que um indivíduo consuma, anualmente, 14 barris de petróleo. Por outro lado, nos países em desenvolvimento, esse volume é bem menor, de aproximadamente 3 barris anuais. A partir da perspectiva de que bilhões de pessoas irão tornar-se parte da economia global, suas necessidades por energia também aumentarão, impactando a demanda por combustíveis fósseis. Nesse sentido, a disputa pelo acesso e controle desse produto tende a continuar sendo um fator decisivo no cenário global (YERGIN, 2011).

Oliveira R (2007, p. 5), chama atenção para o fato de que a elevação do Golfo da Guiné de um “local estrategicamente negligenciado para o estrelato geopolítico” nos últimos anos serve de ilustração sobre como os espaços são facilmente redefinidos pelo capital e pela política. Observa-se que se essa região fosse mencionada no final dos anos 1990, seria apreendida muito mais como uma vaga referência geográfica sobre o continente africano, do que associada a um grupo de países produtores de óleo bruto. No entanto, é importante notar que a exploração de combustíveis fósseis nessa área não é uma novidade. Desde os anos 1960 o produto já era extraído dos solos nigeriano e angolano, atingindo quantidades comercialmente relevantes no início dos anos 1970. Nos demais países, as reservas de

¹ No âmbito do setor de exploração de petróleo e gás, o termo *offshore* refere-se às operações de exploração no mar, seja em áreas ao longo da costa, seja em regiões profundas ou ultraprofundas em alto mar (MORAIS, 2013, p. 12).

petróleo foram sendo descobertas nas décadas seguintes, passando a fornecer para esses governos a maior parte de suas receitas.

O Golfo da Guiné localiza-se na costa ocidental da África, sendo banhado pelo Atlântico Sul e incorporando uma vasta região heterogênea, abrangendo bacias hidrográficas importantes, como a do Rio Níger e o Rio Congo. Neste estudo, serão compreendidos como países pertencentes ao Golfo da Guiné os incluídos em uma instituição denominada Comissão do Golfo da Guiné (CGG), os quais são: Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, São Tomé e Príncipe, República do Congo, República Democrática do Congo e Angola.

Com a ascensão dessa região no cenário mundial, a partir dos anos 2000, e dada a importância do petróleo para a produção energética global, torna-se necessário investigar suas dinâmicas e compreender o papel desempenhado pela extração do produto nesses países. À vista disso, o presente estudo pretende responder à seguinte pergunta: quais as implicações políticas e securitárias da exploração do petróleo na região do Golfo da Guiné, a partir dos anos 2000?

Mapa 1 – Golfo da Guiné



Fonte: Elaboração própria (2017).

O trabalho propõe-se a realizar uma investigação compreendendo a zona como um todo e, quando necessário, exhibe as experiências individuais dos países. Oliveira R (2007) pontua que a abordagem regional permite a apresentação de um quadro mais amplo, o que possibilita a análise desses temas de forma eficaz. Assim, no âmbito político, serão examinados os principais atores que estão envolvidos na exploração do petróleo na região e características exibidas por esses países relacionadas aos desdobramentos da extração do recurso. Além disso, serão avaliadas as influências dos hidrocarbonetos nas dinâmicas domésticas dos membros da região.

Basedau e Lay (2005) apontam que, dadas as características específicas de alguns materiais como petróleo e minerais raros, eles se tornam indispensáveis para a produção industrial, tecnologia militar e fornecimento de energia. Portanto, eles atraem não só a atenção

de atores externos, como também afetam a segurança nacional e a formação de zonas de influência no continente. Nesse sentido, a análise das implicações securitárias na região compreenderá a ocorrência de conflitos internos aos países e entre eles, considerando suas relações com a extração de petróleo.

O presente estudo possui como objetivo geral compreender e descrever as implicações políticas e securitárias da exploração de petróleo na região do Golfo da Guiné. Em seguida, como objetivos específicos, busca examinar como a existência de um recurso natural como o petróleo influencia em questões como as características estatais, interesses estrangeiros, ocorrência de conflitos e cooperação regional. Por último, pretende também compreender como a exploração de petróleo ocorreu na Nigéria, maior produtor do Golfo da Guiné, e avaliar suas influências no confronto do Delta do Níger e nas orientações de política externa.

Para responder ao problema de pesquisa, foi realizado um estudo qualitativo. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura através da qual levantaram-se dados de fontes bibliográficas especializadas, incluindo-se livros, periódicos dedicados aos estudos africanos e exploração de petróleo, dissertações e teses. Além disso, foram revisados relatórios de organizações internacionais, companhias multinacionais de petróleo, documentos emitidos pelos países estudados e fontes de imprensa. Por fim, também foram levantadas informações sobre o volume de produção, extração e comércio de combustíveis fósseis em fontes como *British Petroleum (BP)*, *Energy Information Administration (EIA)* e *Observatory of Economic Complexity (OEC)*. A partir disso, os dados foram interpretados, analisados e descritos ao longo do trabalho.

A realização deste estudo justifica-se pela importância da própria região no cenário internacional, dadas suas características como fornecedora de combustíveis fósseis em uma conjuntura na qual garantir o acesso a esse produto é fundamental para o desenvolvimento e segurança dos países. Além disso, motiva-se pelo esforço de contribuir com a literatura em língua portuguesa sobre os estudos africanos, especificamente concentrando informações sobre o Golfo da Guiné e as dinâmicas do petróleo associadas a essa zona.

Para cumprir os objetivos propostos, esse estudo divide-se em três partes, além da presente introdução e as conclusões. O primeiro capítulo, por sua vez, subdivide-se em quatro seções, sendo que a primeira delas se dedica a apresentar a região e contextualizar o petróleo no Golfo da Guiné. Em seguida, analisa-se o debate sobre a existência de uma nova partilha da África, em razão do interesse de potências estrangeiras em relação aos recursos energéticos africanos. Nota-se que a região estudada se insere nesse debate dada a sua elevação como fornecedora de petróleo tanto aos atores já estabelecidos no continente desde o período

colonial, quanto aos novos países emergentes no cenário internacional. Na parte seguinte, é investigada a evolução da indústria do petróleo na Nigéria e em Angola, avaliando os setores mais desenvolvidos, as principais empresas e como é realizado o processo de extração nesses países. A quarta subseção é dedicada a discussão sobre a maldição dos recursos naturais, um quadro teórico frequentemente utilizado para compreender os processos que atravessam a evolução dos países ricos em petróleo, porém, pouco desenvolvidos.

O segundo capítulo investiga as implicações políticas e securitárias da exploração do petróleo no Golfo da Guiné. Para isso, em primeiro lugar, são examinados os aspectos domésticos associados à atividade extrativa, avaliando as características e atuação das companhias nacionais de petróleo. Posteriormente, são analisados os interesses estrangeiros na região a partir da perspectiva dos dois principais consumidores de petróleo do mundo: Estados Unidos e China. Logo, é examinada a Comissão do Golfo da Guiné, demonstrando seus objetivos, avanços e desafios, desde sua criação em 1999. Essa seção é finalizada com a análise dos aspectos securitários que envolvem a extração do petróleo, analisando sua correlação com os conflitos domésticos e entre os países.

O terceiro capítulo dedica-se ao estudo mais aprofundado da Nigéria, principal produtor de petróleo não só do Golfo da Guiné, mas de toda a África Subsaariana. Dessa forma, em primeiro lugar, apresenta-se a história da indústria do petróleo no país. Subsequentemente, investiga-se o conflito na região do Delta do Níger, local de onde se origina a maior parte da produção de óleo bruto nigeriana e também a zona mais devastada em termos de desenvolvimento humano, meio ambiente e altamente instável. Logo, é analisada a política externa da Nigéria e suas relações com o petróleo, admitindo-se que ela tende a ser mais assertiva nos momentos em que esse produto possui preços altos no mercado mundial.

2 O PETRÓLEO NO GOLFO DA GUINÉ

O presente capítulo encontra-se dividido em quatro seções. A primeira delas propõe-se a analisar as circunstâncias da exploração de petróleo no Golfo da Guiné, apresentando os motivos pelos quais essa região se tornou foco de atenção no cenário internacional e ilustrando suas principais características. Em seguida, ao abordar o debate sobre a existência de uma nova partilha da África, compreende-se como os recursos naturais, principalmente os envolvidos com a produção energética, existentes no continente, contribuem para a presença de atores externos na região. Consequentemente, pretende-se avaliar se há uma nova disputa pelo território africano, e em que termos ela está sendo realizada. Em seguida, são investigadas as indústrias de petróleo nos dois principais países produtores do Golfo da Guiné, Nigéria e Angola. O capítulo é finalizado com o debate sobre a maldição dos recursos naturais, priorizando as análises que examinam o papel do petróleo nos âmbitos econômicos e políticos dos países em desenvolvimento.

2.1 A ASCENSÃO DO GOLFO DA GUINÉ NO CENÁRIO INTERNACIONAL

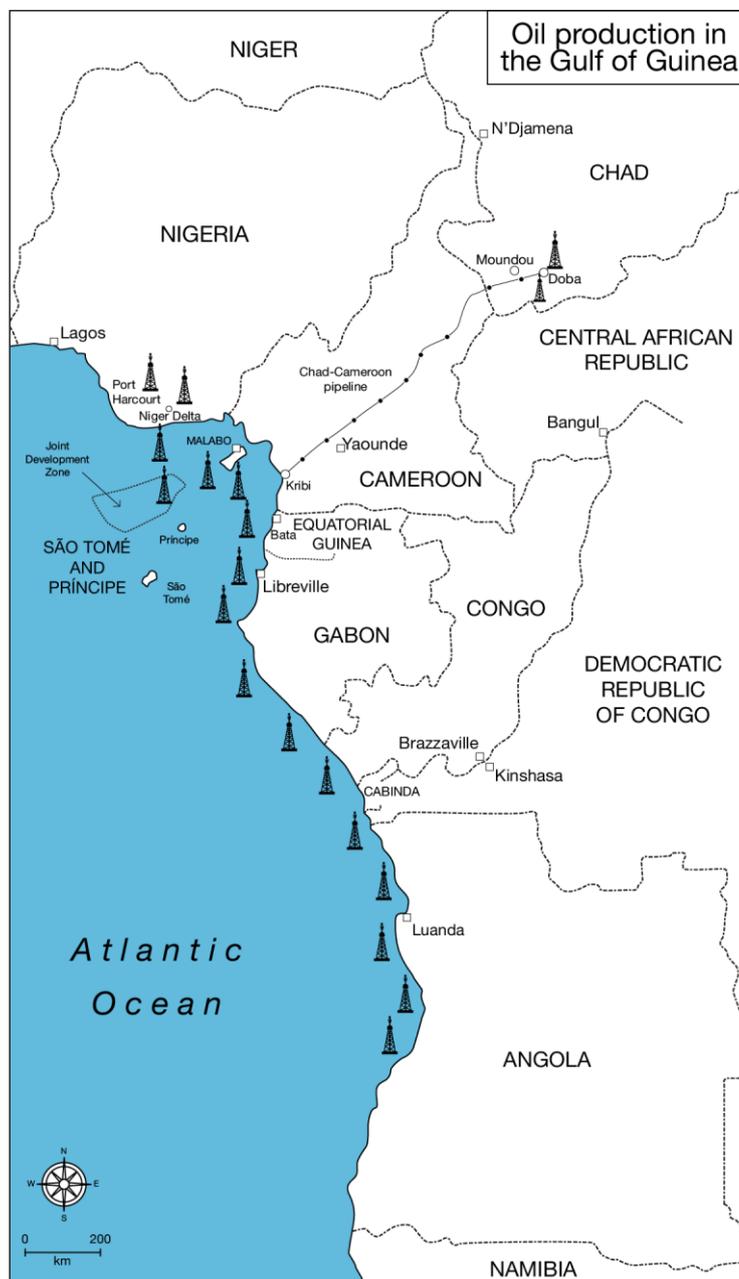
A região do Golfo da Guiné corresponde a área de reentrância do oceano Atlântico na costa ocidental da África, cuja delimitação envolve não só fatores geográficos, mas também históricos e políticos. Por esse motivo, não há consenso sobre a sua exata dimensão. Por um lado, pode-se adotar uma abordagem mais ampla, em que o Golfo da Guiné compreende uma faixa que se estende do Senegal à Angola, o que corresponderia a 16 países². Por outro lado, uma interpretação mais restrita à geografia, delimita a zona entre o Cabo Palmas, na Libéria, e o Cabo Lopez, no Gabão (UKEJE, MVOMO ELA, 2013).

O presente estudo, focado nas consequências da exploração petrolífera na região, considerará os países do Golfo da Guiné agrupados em uma instituição denominada Comissão do Golfo da Guiné (CGG). Inaugurada em 1999, ela abrange oito países produtores ou que possuem reservas de petróleo, os quais são: Angola, Camarões, República do Congo, Guiné Equatorial, Nigéria, Gabão, República Democrática do Congo e São Tomé e Príncipe. A organização, que será abordada no segundo capítulo deste estudo, foi criada com a finalidade

² Senegal, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, São Tomé e Príncipe, República Centro Africana, República do Congo, República Democrática do Congo e Angola.

de desenvolver mecanismos de cooperação econômica e política entre seus membros, bem como empenhar-se em questões relativas à segurança regional (BENY, 2007, p. 96-97).

Mapa 2 - Produção de Petróleo no Golfo da Guiné



Fonte: Adaptado de Oliveira (2007).

Nos anos 1960, já havia o conhecimento sobre a presença de campos de petróleo e gás natural que se localizavam - em ordem de importância - na Nigéria, Angola, Gabão, Camarões, e República do Congo. Na década seguinte, alguns estudos indicavam a existência

de reservas de hidrocarbonetos³ ao longo dos mares da região, entretanto, somente algumas companhias petrolíferas ocidentais se comprometeram a realizar investimentos. Até então, os interesses dessas empresas se concentravam em reservas do Oriente Médio, sendo a extração de petróleo *offshore* limitada ao Golfo do México. Portanto, as inversões dessas companhias apenas passaram a se voltar para o Golfo da Guiné quando os conflitos no Oriente Médio pressionaram os grandes consumidores de produtos energéticos a diversificarem suas fontes de fornecimento, no final da década de 1980. Acompanhando esse movimento, o aumento do consumo energético de países como China, Índia e Brasil também elevou o interesse global no petróleo dessa zona (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2012, p. 2).

Nesse sentido, apesar do Golfo da Guiné compreender apenas 4% das reservas totais de petróleo no mundo, é justamente o contexto de diversificação das fontes de fornecimento pelos países consumidores que torna a contribuição dessa zona mais significativa (OLIVEIRA R, 2007, p. 3). Como pode ser observado na Tabela 1, no final de 2016, os países com maiores reservas do produto na região possuíam juntos estoques de 53,4 bilhões de barris. Sendo assim, Nigéria e Angola possuem as maiores reservas na África Subsaariana, se apresentando, respectivamente, como o segundo e quarto colocados quando comparados ao restante da África, sendo superados pela Líbia (com 48,4 bilhões de barris) e Argélia (com 12,2 bilhões de barris).

Tabela 1 – Reservas Comprovadas de Petróleo em Bilhões de Barris

País	No fim de 1996	No fim de 2006	No fim de 2016
Nigéria	20,8	37,2	37,1
Angola	3,7	9	11,6
Gabão	2,8	2,2	2
República do Congo	1,6	1,6	1,6
Guiné Equatorial	0,6	1,8	1,1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da BP (2017).

De acordo com Daniel Mañe (2005), pode-se dividir os países do GG em três grupos, de acordo com a produção de petróleo. O primeiro deles compreende Nigéria e Angola, produtores maduros que continuaram a aumentar seu volume de extração em relação aos anos

³ O petróleo é formado, em grande parte, por compostos que contêm carbono e hidrogênio, denominados hidrocarbonetos. Nesse produto também há outras substâncias em pequenas quantidades, como nitrogênio, oxigênio e enxofre. Ressalta-se que o enxofre se apresenta como uma das piores impurezas encontradas no combustível, sendo necessária sua extração, já que, entre outros danos, dificulta o funcionamento dos motores e torna o combustível corrosivo (PERUZZO, CANTO, 2006, p. 26). Por esse motivo, neste trabalho será utilizado o termo hidrocarboneto como sinônimo de petróleo, embora entenda-se que nem todo o composto de carbono e hidrogênio constitui um combustível.

1990. Na Tabela 2, observa-se que a Nigéria apresentou decréscimo importante em 2016, no entanto, a produção se manteve relativamente estável entre 2006 e 2015, período em que apresentou uma média de extração de 2,36 milhões de barris diários⁴. Além desses dois países, Mañe também inclui nessa categoria a República do Congo, já que a obtenção de hidrocarbonetos nesse local teve início nos anos 1970 e, apesar de ter passado por um período de declínio, a produção voltou a crescer em 2004, atingindo seu ponto máximo em 2011, quando se extraíram mais de 300 mil barris de petróleo por dia (BP, 2017). O segundo conjunto de países é composto por Gabão e Camarões, produtores de petróleo maduros cuja produção entrou em declínio no final dos anos 1990. Nesse sentido, Camarões é um produtor modesto: em 2015 foram extraídos 75 mil barris diários, sendo que a sua produção não excedeu 100 mil barris por dia desde o início dos anos 2000 (INDEXMUNDI, 2017). Por fim, Guiné Equatorial é enquadrada em um terceiro grupo, por ser um produtor jovem com potencial para a expansão de suas atividades (MAÑE, 2005)⁵.

Tabela 2 - Produção de Petróleo em Milhões de Barris Diários

País	1996	2006	2016
Nigéria	2,145	2,432	2,053
Angola	0,715	1,431	1,807
Guiné Equatorial	0,017	0,341	0,280
República do Congo	0,200	0,279	0,238
Gabão	0,364	0,241	0,227

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da BP, 2017

Uma vez apresentados os dados relacionados aos níveis de produção e reservas de petróleo na região, ressalta-se que a emergência do Golfo da Guiné, como fonte alternativa para o abastecimento dos mercados energéticos mundiais foi influenciada por três fatores principais. O primeiro deles reside na ótima qualidade do produto extraído na região: leve, pois produz uma maior porcentagem de combustível; doce, por ter pouca quantidade de enxofre, o que facilita o processo de refino. O segundo aspecto refere-se à localização geográfica em mar aberto, o que apresenta menor vulnerabilidade em relação a conflitos, crises e agitações sociais as quais podem ocorrer nos países onde há extração. Além disso, a costa oeste africana é mais próxima dos mercados europeus, norte-americanos e sul-americanos, reduzindo custos de transporte e seguros dos navios. Por fim, salienta-se que a

⁴ Em comparação, o maior produtor da América do Sul, Venezuela, produziu 2,4 milhões de barris de petróleo por dia, em 2016 (BP, 2016).

⁵ São Tomé e Príncipe e República Democrática do Congo não são incluídos na análise de Mañe (2005), possivelmente pelo primeiro ainda não ser produtor de petróleo, e o segundo possuir uma produção pouco expressiva.

maioria das fontes alternativas de petróleo localizam-se em áreas onde, por motivos políticos, o acesso é limitado aos investidores estrangeiros, enquanto que no Golfo da Guiné essas reservas estão abertas aos investimentos das multinacionais⁶ (ONUOHA, 2014; OLIVEIRA R., 2007, p. 4).

Além disso, a atribuição do Golfo da Guiné como um importante espaço estratégico no cenário internacional ocorreu, principalmente, na convergência de dois eventos importantes. O primeiro deles teve origem em 1996, quando foram descobertas reservas de petróleo em águas ultra profundas em Angola, no campo de Girassol. Nos anos subsequentes, outras vinte e cinco descobertas semelhantes foram realizadas, o que causou uma excitação frente as possibilidades de exploração de petróleo em *offshore* na região. O segundo evento consistiu no - já descrito - desejo das grandes potências ocidentais e grandes consumidores mundiais de diversificarem suas fontes de importação e abastecimento do produto, especialmente após o 11 de setembro, e da instabilidade nas fontes tradicionais do Oriente Médio (OLIVEIRA R, 2007, p. 204).

Ainda, outro aspecto importante a ser destacado é o geográfico, já que o GG representa uma área de conexão entre o interior do continente africano e o restante do globo. Ademais, em razão da expansão da globalização, essa região se tornou central para navegação internacional, principalmente por se configurar como uma zona relativamente segura – ainda que mais longa – interligando o oriente com os países ao norte e ao sul do Oceano Atlântico. Considerando que aproximadamente 90% da circulação de mercadorias no mundo é realizada por meio marítimo, essa rota se tornou fundamental para o comércio internacional, especialmente à medida que a passagem pelo Golfo Árábico foi dificultada em razão das guerras e da pirataria no Oriente Médio e no Norte da África (UKEJE, MVOMO ELA, 2013).

Essa conjuntura, constituída no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, os países do Golfo da Guiné começaram a receber maior atenção, se tornando uma das zonas de maior interesse mundial, tanto entre as comunidades políticas quanto as acadêmicas (ALLEN, 2012, p. 132). Nesse sentido, a região se transformou em uma das fontes principais de petróleo importado pelos Estados Unidos e Europa, como também se tornou fornecedora para outros atores como China, Índia, Coreia do Sul, Brasil e Austrália. Para ilustrar, de 2002 à 2014, em média, Nigéria e Angola forneceram 12,4% do total das importações de petróleo bruto dos

⁶ As companhias estrangeiras, de acordo com Gary e Karl (2003, p. 13), usualmente não se inserem em locais como Arábia Saudita, Kuwait e México. Isso porque as reservas são controladas por companhias petrolíferas nacionais que apresentam resistências e limites à participação de companhias estrangeiras.

EUA, tendo atingido seu valor máximo no ano de 2007, quando 16,6% do petróleo importado pelo país originou-se desses dois países africanos. Tão relevante quanto, a participação dessa região no quadro de importações da China atesta sua importância como fonte energética. Angola, República do Congo, Guiné Equatorial e Nigéria – essa última com menor expressão - forneceram, por ano, de 2002 a 2014, 19,3% do petróleo bruto comprado pela China. Ainda, desde 2002, Angola se encontra entre os três maiores fornecedores de Pequim, ficando muitas vezes, atrás apenas da Arábia Saudita (OEC, 2016a; OEC, 2016b).

Apesar do quadro promissor que se constituiu nas últimas décadas, o Golfo da Guiné apresenta os mais altos índices de pobreza, baixo desenvolvimento humano, corrupção e conflitos, os quais frequentemente estão associados às consequências da abundância em recursos naturais. Portanto, os 325 milhões de habitantes da região, em sua maioria, não são contemplados com os benefícios provenientes das atividades extrativas. Percebe-se, dessa forma, que a disponibilidade e a alocação de bens se coloca como um fator de risco à segurança dos países no século XXI. Para boa parcela dessa população, que vive em um país pobre, porém com riqueza de recursos naturais, essas benesses frequentemente vêm acompanhadas de consequências desastrosas. Na região estudada encontram-se casos típicos desse relato: ao mesmo tempo em que os hidrocarbonetos alimentam a demanda mundial, os ganhos provenientes de sua venda não contribuem para o desenvolvimento da população. Por conseguinte, muitos dos principais exportadores do produto têm os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), como pode-se observar na Tabela 3 (ROLL, 2011, p. 8).

Nota-se que o país mais populoso da região - e também o maior exportador de petróleo, a Nigéria - possui aproximadamente metade da sua população de 185 milhões de habitantes vivendo em condições de pobreza multidimensional. Essa classificação reúne dados do IDH em conjunto a outros como alta mortalidade infantil, baixa escolaridade, desnutrição e ausência de saneamento, se dedicando a identificar populações vivendo em privações extremas. Nesse sentido, 51% da população adulta (maiores de 15 anos) na Nigéria não é alfabetizada. Esse é um dos piores índices dentro do Golfo da Guiné. Outros países, como Angola e Camarões, conseguiram atingir níveis mais altos, porém ainda modestos, com aproximadamente 70% da população adulta alfabetizada (WORLD BANK, 2016, UNDP, 2016).

Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano nos países do Golfo da Guiné em comparação com os cinco primeiros colocados na classificação fornecida pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP, sigla em inglês)

Posição no ranking	País	IDH (2015)
1	Noruega	0,949
2	Austrália	0,939
2	Suíça	0,939
4	Alemanha	0,926
5	Dinamarca	0,925
109	Gabão	0,697
135	Congo	0,592
135	Guiné Equatorial	0,592
142	São Tomé e Príncipe	0,574
150	Angola	0,533
152	Nigéria	0,527
153	Camarões	0,518
176	República Democrática do Congo	0,435

Fonte: elaboração própria a partir de UNDP (2016).

Nota: O Índice de Desenvolvimento Humano é obtido através da condensação dos dados de três dimensões chave do desenvolvimento humano, as quais são: uma vida longa e saudável; aquisição de conhecimento; e, por fim, um nível decente de vida. Portanto, os indicadores que são utilizados para a formulação do IDH são: expectativa de vida ao nascer, os anos esperados de escolaridade, a média da escolaridade e o Produto Interno Bruto per capita em paridade de poder de compra.

A exploração de petróleo também resultou na poluição do meio ambiente desses países. Destaca-se o caso da degradação ambiental no Delta Níger, na Nigéria – região que será investigada com maior profundidade no último capítulo deste estudo – a maior área de manguezal na África, e uma das maiores no mundo, que abriga grande biodiversidade e é responsável pela subsistência da população local. A extração de combustível fóssil realizada há décadas praticamente destruiu o ecossistema, contaminando o solo, vegetação e, principalmente, os aquíferos, de onde os habitantes obtêm água potável (UNEP, 2011, HUMAN RIGHTS WATCH, 1999, p. 7).

Portanto, admite-se que apesar de abrigar um recurso energético fundamental, o Golfo da Guiné enfrenta inúmeros desafios. Além dos aspectos já mencionados, problemas como o tráfico internacional de drogas tem sido cada vez mais frequentes, uma vez que se utiliza países da região – principalmente Nigéria e Guiné Equatorial – como rota para o transporte de drogas aos Estados Unidos. Além disso, destacam-se obstáculos domésticos como má gestão política e falhas na aplicação dos recursos provenientes da extração de hidrocarbonetos. À vista disso, a esperança de que esse produto resolveria todos os problemas internos dos países, não se traduziu em realidade (BENY, 2007).

2.2 O GOLFO DA GUINÉ NO CONTEXTO DA NOVA PARTILHA DA ÁFRICA

De acordo com Saraiva (2008), atualmente, a África vem superando o período de marginalização, guerras internas e interestatais que perduraram ao longo dos anos 1990. O retorno da atenção ao continente por novos e antigos atores ocorre, principalmente, em razão do interesse nos recursos minerais essenciais à indústria contemporânea, na exploração do petróleo e no amplo mercado para construção de infraestrutura. Segundo esse autor, a partir do novo século, os africanos inauguraram a liderança de seu próprio continente, ao afastar-se do período colonial e aproveitar-se dessas novas oportunidades. Apesar de ser a região mais pobre do mundo, a África Subsaariana cresceu aproximadamente em uma média de 5% a 6% ao ano, desde 2003.

Nos últimos anos, como apontado na seção anterior deste trabalho, nota-se que houve um crescente interesse internacional pelo petróleo africano, em especial, o produto extraído no Golfo da Guiné. Além dos combustíveis fósseis, há outros recursos fundamentais para a indústria, que contribuem para que a atenção global se volte para o continente. Esse fato remete a outros momentos históricos em que esse território foi disputado. Assim, ao mesmo tempo em que o início do século XXI trouxe novas oportunidades aos africanos, argumenta-se que esse período foi marcado por uma “nova partilha da África” entre as potências já estabelecidas e as recém-chegadas à região.

Nesse sentido, Pádraig Carmody (2011, p. 15) sustenta que esse renovado interesse no continente africano é uma das características do aprofundamento do processo de globalização, o qual despertou uma nova disputa pelos recursos africanos, e, em menor medida, pelos mercados do continente. Consequentemente, esse fenômeno promove a reconfiguração da geografia econômica e do desenvolvimento africano, também reforçando padrões econômicos e políticos. Do mesmo modo, apesar de contestar o termo “nova partilha da África”, Southall (2008, p. 130) aponta que tal denominação serve para ilustrar a forma súbita e cruel que parece constituir o avanço da incorporação da África na economia global capitalista.

De acordo com Frynas e Paulo (2007, p. 229), em 2004, foi a primeira vez que a expressão nova partilha pela África foi utilizada, em um artigo da revista “*The Economist*”, sendo aplicado para descrever a ação dos chineses no continente. A partir de então, a ideia de uma nova divisão se tornou relativamente popular para descrever a atividade não só do país asiático, mas também dos estadunidenses e outros atores no território africano. Esse termo faz alusão à partilha do continente africano, realizada entre as potências europeias no final do século XIX, motivada pela busca por novos mercados em razão da depressão econômica na

Europa e da Guerra Civil norte-americana. As regras para essa divisão foram estabelecidas durante o Congresso de Berlim. Naquela ocasião, a busca por matérias primas foi central para a divisão da África (CARMODY, 2011, p. 16).

Ao longo dos últimos anos, foram numerosas as afirmações de que a África estava vivenciando uma explosão sem precedentes de investimentos em petróleo e gás natural. Destacava-se o aumento dos preços dos recursos minerais, o qual estava levando as companhias a caminhos promissores, e reforçava-se que havia a possibilidade de grandes lucros nos mercados financeiros do continente. No entanto, mais do que essas mudanças, o que realmente chamou atenção foi a alteração na dinâmica internacional que estava por trás disso. Ou seja, a presença de outros atores na região, como China, Índia e demais países emergentes, concorrentes dos EUA e de países ocidentais na busca por matérias primas, mercados e alianças. Esses novos atores, ao mesmo tempo em que trazem novas oportunidades aos africanos, também são acusados de serem novas ameaças à boa governança, ao meio ambiente e à segurança militar. (SOUTHALL, 2008, p. 131)

Southall (2008, p. 232), portanto, percebe a chamada nova partilha como resultado de três fatores. O primeiro deles é o fim da Guerra Fria e a rápida elevação da China, Índia e outros países do Sul como potências industriais, provocando intensa competição econômica, estratégica e ideológica com os atores ocidentais como Estados Unidos e União Europeia. O segundo fator está associado ao aumento da competição global por recursos considerados essenciais, a qual é conduzida, por sua vez, pelo terceiro fator, que se configura na mistura de agências estatais, atores internacionais e companhias multinacionais, cujas alianças e países de origem variam.

Assim, Estados Unidos, Grã-Bretanha e China demonstraram interesse no petróleo africano, como também novas economias emergentes como Índia, Brasil, Coreia do Sul e Malásia. Durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva no Brasil, foram realizadas 33 visitas à África, as quais são percebidas como uma forma de aumentar o comércio de bens brasileiros para o continente e, em troca, ganhar acesso ao petróleo produzido (BRASIL-ÁFRICA..., 2016). Ademais, a Índia, já em 2005, havia oferecido uma linha de crédito de 51 bilhões de dólares para projetos de infraestrutura na África Ocidental, também visando direitos de exploração de hidrocarbonetos no continente (FRYNAS, PAULO, 2007, p. 232).

Carmody (2011, p. 18) chama a atenção para o fato de que, apesar da África ter sido reintegrada à economia global, principalmente como uma fornecedora de matérias primas, seria uma simplificação apresentar esse fato como apenas a reprodução do processo ocorrido no século XIX. Isso porque, esse novo momento de partilha da África possui diferenças

marcantes daquela ocorrida no passado. Em primeiro lugar, a primeira divisão do continente foi conduzida pelas companhias concessionárias – atualmente, seriam equivalentes às companhias multinacionais –, que recebiam concessões de seus países sede para gerenciar exclusivamente determinado território. Essas companhias possuíam ligações muito próximas com seus governos, recebendo monopólios para a exploração em determinados territórios (CARMODY, 2011, p. 18). Isso pôde ser observado no Golfo da Guiné, onde a companhia petrolífera Shell obteve o monopólio de exploração do petróleo na Nigéria, enquanto o país ainda era uma colônia, recebendo o direito de atuar livremente em grande parte das terras.

Atualmente, apesar de algumas companhias multinacionais permanecerem intimamente ligadas aos seus governos, ou serem de propriedade estatal, elas não possuem acesso ilimitado ao território que exploram. Ainda, muitas vezes, diversas companhias passam a explorar o mesmo local. Dessa forma, os novos acordos são caracterizados pelo capitalismo de parceria, dado que as multinacionais se associam em *joint ventures*. A segunda diferença nesse novo momento de partilha da África, se encontra no fato de que, atualmente, os países africanos são legalmente, se não economicamente, independentes. Isso exige que as companhias multinacionais realizem negociações com as elites locais, cujo papel seria o de controlar a entrada dessas empresas no país onde há extração. Em relação ao petróleo, o ativista nigeriano Ken Saro Wiwa⁷ explicou que essa prática seria denominada como uma “aliança escorregadia” entre as elites domésticas e as companhias multinacionais de petróleo. Outra forma pela qual esse fenômeno evidencia-se é através de um tipo de contrato transnacional, onde o acesso ao território é concedido para as empresas em troca dos lucros que são entregues às elites locais (CARMODY, 2011, p. 18).

Do mesmo modo, Southall (2008, p. 132) aponta que, embora a frase “nova partilha” convide a comparações com o imperialismo do final do século XIX, há pouco consenso sobre se essa analogia é construtiva ou não. De acordo com o autor, analistas mais voltados à esquerda apresentam a África contemporânea como submissa a nova fase do imperialismo norte americano; outros – tanto voltados à direita quanto à esquerda – apontam os chineses como os novos imperialistas. Além disso, o próprio conceito de imperialismo é questionado, uma vez que possivelmente não se aplique ao quadro atual, no qual o envolvimento externo na África também contribui para que os países do continente obtenham mais autonomia e possibilidades de desenvolvimento. Concomitantemente, também se reconhece que a

⁷ Ken Saro Wiwa foi um líder da região do Delta do Níger, principal área produtora de petróleo na Nigéria, e amplamente afetada pelas atividades de exploração. O ativista denunciou as atividades da empresa Shell na região. Foi morto na prisão, em 1995, junto a outros oito manifestantes oriundos do Delta (WIWA, 2015).

complexidade atual impede que se defina alguma caracterização do que ocorre no continente (SOUTHALL, 2008, p. 132)

Do ponto de vista da intensidade das transformações políticas causadas, Frynas e Paulo (2003, p. 233) consideram que o primeiro momento de interesse pelo petróleo africano, nos anos 1960, trouxe mudanças políticas, econômicas e sociais muito mais expressivas do que as geradas no contexto atual. Naquela conjuntura, o aumento de produção da Nigéria, de 20 mil barris diários em 1960, para aproximadamente 2 milhões de barris diários em 1973, provocou maiores alterações para o país. Isso porque, no intervalo entre 1960 e 1970, a participação do petróleo no total das receitas nigerianas passou de 10,75% para 83,14%. Em comparação com o momento atual, a produção diária da Nigéria não excede expressivamente aquela atingida em 1973, tendo alcançado em 2015 o valor de 2,3 milhões de barris diários. Fenômeno semelhante ocorre com Angola.

Essa observação é realizada por Frynas e Paulo (2007, p. 234) não só para discordar com a afirmação de que há uma nova disputa pela África, mas também para apontar que o processo iniciado no século XIX apresenta diferenças fundamentais do que é visto no início do século XXI. Enquanto aquele era dirigido pelas potências coloniais europeias, esse possui a presença de novos atores emergentes no cenário internacional, além da atuação dos líderes africanos, que possuem maior poder de barganha do que anteriormente. Essa lógica propõe que a explosão petrolífera dos anos 1960 e 1970 possuiu muito mais características coloniais do que a corrida pelo petróleo apresentada atualmente. Naquele momento, o desenvolvimento dos recursos petrolíferos nas colônias africanas foi perseguido por interesses econômicos e estratégicos das potências coloniais e de companhias públicas e privadas. Como ilustração, na Nigéria, em 1914, uma ordem colonial determinou que apenas companhias petrolíferas britânicas poderiam obter as licenças de exploração, a partir disso a Shell-BP estabeleceu um domínio efetivo na produção do país.

Onuoha (2016, p. 64) salienta que, apesar de haver discussão sobre o processo de disputa pelo continente ser algo novo ou antigo na África, o que seria determinante é que esse evento seria a versão mais recente da exploração do continente africano. Mesmo em contextos em que a África é apresentada como em ascensão, o objetivo primário desses processos seriam a exploração da África pelo capital petrolífero, seja ele estadunidense, europeu, indiano ou chinês. No Golfo da Guiné isso se traduziu pela presença de novas companhias de petróleo que entraram no setor, como as três companhias estatais chinesas, a Petronas, Marathon, Amerada Hess e outras empresas europeias, como a Statoil e a Norsk Hydro.

Atualmente, pode-se dizer que existem esferas de influência, como os casos de Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, países envolvidos pelos interesses norte-americanos, enquanto Gabão e República do Congo são moderados pela França. Ainda, isso não configuraria, para Frynas e Paulo (2007, p. 235) como um caso de neocolonialismo. Isso porque, as diversas companhias, sejam americanas, chinesas e outras competem entre si para ganhar o aval dos governos africanos, os quais se colocam no comando de seus processos decisórios. Portanto, os governos africanos possuem maior autonomia para estabelecer quais os termos dos investimentos externos. Através do exposto, a partir de uma perspectiva histórica, a afirmação de que há uma nova partilha da África – nos termos do século XIX - dificilmente é sustentada (FRYNAS, PAULO, 2007, p. 235)

A próxima seção do estudo se dedicará a investigar de forma mais aprofundada a evolução da indústria do petróleo em Angola e na Nigéria, países possuidores das maiores reservas de combustível fóssil e principais produtores da zona. A seguir, ainda na presente seção, serão brevemente analisados os demais países da região: Guiné Equatorial, Gabão, República do Congo, Camarões, República Democrática do Congo e São Tomé e Príncipe. Em linhas gerais serão identificadas as principais multinacionais presentes, a existência das companhias nacionais de petróleo (CNP) e os principais destinos de exportação dos recursos energéticos desses países.

A Guiné Equatorial, terceiro maior produtor do GG, encontrou petróleo em suas águas em 1997. O país é habitado por aproximadamente 1,2 milhão de pessoas, possuindo um alto PIB per capita: aproximadamente 25 mil dólares, bem acima da maioria dos países da África Subsaariana. À vista disso Mcsherry (2008, p. 24) afirma que as rendas do recurso energético poderiam efetivamente transformar o país. Entretanto, a realidade se provou bastante distinta, já que os níveis de pobreza, desigualdade e disseminação de doenças persistiram, bem como a baixa expectativa de vida de aproximadamente 57 anos. As vendas de óleo bruto fortaleceram e consolidaram o regime de Teodoro Obiang Nguema, presidente do país desde 1979, quando assumiu o poder através de um golpe de estado (WORLDBANK, 2016; MCSHERRY, 2008, p. 24).

A indústria de petróleo e gás natural, na Guiné Equatorial, corresponde a quase 95% do PIB do país e aproximadamente 99% de seus ganhos de exportação⁸. O país possui 1,1 bilhão de barris em reservas de petróleo, sendo que a maior parte dos campos de exploração

⁸ Nos últimos anos houve uma pequena queda na produção, concomitante à diminuição dos preços globais do produto, o que afetou negativamente a economia. Além disso, a priorização das atividades extrativas contribuiu para o pouco investimento e desenvolvimento dos outros setores (EIA, 2015).

se localizam na Ilha de Bioko. As empresas que mais investem no país são as norte-americanas Exxon Mobil, Hess, Marathon e Noble Energy, além da entrada ainda recente de algumas companhias chinesas. O país possui uma estatal, denominada Sociedade Nacional de Gás da Guiné Equatorial (SONAGAS), cuja responsabilidade reside na exploração, distribuição e venda de gás natural no país. Os principais destinos de exportação são a Ásia, Europa e EUA. Os estadunidenses costumavam ser os maiores compradores do país, porém as importações reduziram significativamente a partir de 2014 (EIA, 2015).

O Gabão é um dos produtores maduros da região, cujos níveis se encontram entre os cinco maiores da África Subsaariana. Entretanto, na última década, a produção do país teve decréscimo em razão dos baixos preços de petróleo e ausência de novas descobertas de reservas. A economia gabonesa é altamente dependente do recurso energético, com 45% das rendas governamentais sendo originadas da exploração do produto, o qual representou 85% do total das exportações em 2014. Em relação às vendas dos hidrocarbonetos, o país se destaca por ter conseguido diversificar seus parceiros para além dos EUA, Europa e China. Nesse sentido, os principais destinos do produto extraído no Gabão são: Austrália, Coreia do Sul, Cingapura, Japão, Espanha, França e Trinidad e Tobago (EIA, 2016c).

Em 2011, após mais de duas décadas da dissolução da companhia nacional de petróleo, foi inaugurada a *Gabon Oil Company*, cujo objetivo era aumentar o envolvimento do governo nas atividades de extração. Nesse sentido, em 2014 foi implementada uma nova lei que regulamenta a exploração de hidrocarbonetos, cujo objetivo é conceder maior controle ao governo gabonense sobre essa atividade⁹. No passado, o país havia sido integrante da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), entre os anos de 1975 e 1994. No entanto, saiu da organização em razão das altas taxas anuais, apenas voltando como membro em julho de 2016. Destaca-se que as companhias multinacionais que mais produzem petróleo no Gabão são a francesa Total e a Royal Dutch Shell, sendo que a parisiense Perenco e a Addax – da empresa chinesa Sinopec – também são corporações importantes no país (OPEC, 2016; EIA, 2016c).

A República do Congo está entre os cinco principais produtores da África Subsaariana, extraíndo diariamente 238 mil barris de petróleo, em 2016. Além disso, suas reservas são de 1,6 bilhões de barris comprovados. Assim como os outros países, é pesadamente dependente dos hidrocarbonetos, sendo que aproximadamente 80% do total das

⁹ A nova lei prevê que a companhia nacional do país tem autorização a 15% de participação em todos os novos projetos envolvendo petróleo. Ademais, a lei também determina que sejam empregados trabalhadores nativos em 90% das vagas do setor, incluindo, até mesmo, em cargos executivos (EIA, 2016c).

rendas do governo em 2011 foram oriundas de sua exploração. O país possui uma companhia nacional, chamada Sociedade Nacional do Petróleo do Congo (SNPC, em francês). As companhias multinacionais mais relevantes no país são a francesa Total e a italiana Eni, que produzem aproximadamente três quartos do petróleo¹⁰. Já os principais destinos das exportações de petróleo bruto do país são a China e a União Europeia (EIA, 2014).

A produção da República do Congo provém, em sua maioria, de campos de petróleo *offshore*¹¹. Em 2008 o primeiro campo em águas profundas – Moho-Bilondo - entrou em produção, operado pela Total. Esse fato contribuiu para que o país atingisse o pico de produção em 2010, quando foram extraídos 311 mil barris diários. Entretanto a produção total continuou diminuindo vagarosamente, em razão da exaustão dos campos mais antigos. Há previsão, no entanto, de que os campos em águas profundas contribuam com a volta de uma produção crescente no país. Além do petróleo, a República do Congo possui grande quantidade de reservas de gás natural, cuja exploração não ocorre pela falta de infraestrutura. Ademais, é possível que o país possua depósitos de betume – ou pez mineral -, os quais já estão sendo estudados pela companhia ENI. A guerra civil congoleza, que ocorreu entre 1997 e 1999 resultou na destruição da maior parte da infraestrutura do país, principalmente na capital Brazzaville. Em razão disso, o país possui apenas uma refinaria, que opera com a metade de sua capacidade (EIA, 2014).

A República dos Camarões é um produtor modesto de petróleo, tendo atingido o ponto mais alto da atividade em 1985, quando foram extraídos 185 mil barris de petróleo por dia. Dessa forma, o país não possui o mesmo peso em comparação aos outros produtores da região. Ainda assim, apesar da crise de 2008, que resultou no retraimento dos investimentos das companhias multinacionais, o país tem apresentado desempenho positivo em relação a atividade extrativa. A produção aumentou de um volume de 75 mil barris diários em 2008, para uma produção de aproximadamente 100 mil barris diários em 2015, impulsionada por investimentos governamentais (FORD, 2016).

O país possui uma companhia nacional de petróleo, denominada Corporação Nacional de Hidrocarbonetos (SNH, em inglês) e apenas uma refinaria¹². Em 2014, a China se tornou o

¹⁰ Outras companhias como Chevron, Perenco, Murphy Oil e Soco Internationals também estão presentes nas atividades de exploração (EIA, 2014).

¹¹ República do Congo e Angola concordaram em desenvolver e compartilhar os lucros do campo em águas profundas de Lianzi, cuja localização se encontra entre as fronteiras dos países, na bacia do Rio Congo. A divisão da exploração foi realizada entre a operadora Chevron (31,25%), Total (36,75%), Eni (10%), Sonangol (10%), SNPC (7,5%) e a empresa portuguesa Galp Energia (4,5%) (EIA, 2014).

¹² A refinaria Sonara está em um programa de expansão para o aumento da sua capacidade, de 45 mil barris diários para 100 mil barris diários em 2017. Além dessa refinaria, planeja-se construir uma outra em Kribi, o porto que se localiza no final do oleoduto entre Chad e Camarões. O projeto seria construído em parceria

segundo maior produtor de petróleo no país, através das operações da Sinopec, que adquiriu 80% das ações que anteriormente eram da Shell. A estatal ainda possui participação de 20% dessas ações. A França e a China são os principais parceiros comerciais do país, mas os EUA que realizam a maior quantidade de investimentos, especialmente através do oleoduto entre Chade e Camarões (DALY, 2012).

São Tomé e Príncipe (STP) ainda não é um país produtor de petróleo, sendo previsto o início das atividades de extração para 2016. Portanto, do mesmo modo que outros membros da região, as expectativas são de que, com a boa utilização desse recurso, a economia possa ser transformada. Estima-se, nesse sentido, que entrem no país 91,9 milhões de dólares anualmente. Em 2001 foi assinado um tratado com a Nigéria para o estabelecimento de uma Zona de Desenvolvimento Conjunta, em uma área de sobreposição das fronteiras marítimas entre os países, a partir do qual foi formulada a Agência de Desenvolvimento Conjunto. Através desse último acordo, ficou determinado que os lucros e investimentos seriam divididos na proporção de 40% para São Tomé e Príncipe e 60% para a Nigéria (AFRICAN DEVELOPMENT FUND, 2012).

As empresas que firmaram um Contrato de Partilha de Produção em STP foram Chevron, Exxon Mobil e a companhia nigeriana Dangote, para a exploração do Bloco 1 no país. As estimativas de produção nesse local são bastante modestas: 70 mil barris diários ao longo de 20 anos. Em comparação, esse nível de produção se assemelha aquele de um bloco de médio porte do Golfo da Guiné. Além dessa licença, outras foram concedidas para a Sinopec, Anadarko e Addax, respectivamente nos blocos 2, 3 e 4 do país (AFRICAN DEVELOPMENT FUND, 2012).

Por fim, nota-se que a República Democrática do Congo, diferentemente dos outros países da região, não é um produtor expressivo de petróleo, apesar de ser um exemplo de “escândalo geológico” dadas as suas imensas riquezas minerais. Assim sendo, para esse país, agricultura e mineração são as atividades econômicas principais (JANSSON et al, 2009, 25).

com a empresa Russa Rusgaz, as companhias petrolíferas que operam no país e o governo. Ressalta-se que planeja-se utilizar esses empreendimentos para auxiliar os países produtores vizinhos, como Angola e Nigéria (FORD, 2016).

2.3 O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA NA NIGÉRIA E EM ANGOLA

Os dois principais países produtores de petróleo do Golfo da Guiné passaram por etapas semelhantes ao longo de sua história como exploradores de hidrocarbonetos. Ambos os países descobriram reservas petrolíferas na década de 1950, as quais foram inicialmente operadas por companhias multinacionais. Nos anos 1970, ocorreu o enfraquecimento do oligopólio das “Sete Irmãs”, as principais companhias que realizavam a exploração, distribuição e comercialização do petróleo para todo o globo. Nesse momento, portanto, criaram-se as empresas estatais da Nigéria e de Angola, dando início a um período de maior fluxo das rendas para os países exportadores de petróleo, porém também, criando um ambiente propício a corrupção e a apropriação de grandes lucros pelas elites governantes dos países (ROSS, 2012). Nesta seção do trabalho, serão investigadas as trajetórias desses dois países, porém, ressalta-se que, no último capítulo do estudo, o caso nigeriano será aprofundado.

A exploração de petróleo na Nigéria, teve início em 1956, quando o grupo Shell descobriu a existência do produto e ergueu a indústria de hidrocarbonetos no país. Embora a companhia estatal, denominada Corporação Nacional Nigeriana de Petróleo (NNPC, em inglês), tenha sido inaugurada em 1977, a exploração foi dominada pelas companhias multinacionais até o início dos anos 1990. Apenas posteriormente a essa década que as empresas nigerianas começaram a conquistar seu espaço na atividade extrativa. Nessa perspectiva, a NNPC procurou reforçar a utilização de recursos humanos e materiais nigerianos na exploração de petróleo do país. A estatal também objetivou promover a participação das companhias nigerianas no ganho de licenças, contratos e projetos relacionados ao petróleo (KPMG, 2014 p. 5; BP, 2016).

O setor de petróleo *upstream* – o qual se dedica a exploração e produção de petróleo bruto e gás natural - é o que mais se destaca na economia nigeriana, sendo responsável por mais de 90% das exportações e 80% das rendas do governo. O óleo bruto é produzido em três diferentes bacias, as quais são: a bacia *onshore* de Anambra, *offshore* em Benin / Dahomey (em águas profundas e águas ultra profundas) e no Delta do Rio Níger (em bacias *offshore*). Essas duas últimas são reconhecidas como as mais abundantes em reservas e de onde provém a maior parte da produção atual (KPMG, 2014, p. 6)

Os nigerianos possuem quatro refinarias de petróleo: Port Harcourt I e II, Warri e Kaduna, que podem processar, em conjunto, 445 mil barris diários. No entanto, essas

instalações operam muito abaixo de sua capacidade, em razão de falhas operacionais, acidentes, incêndios e sabotagens. Nesse sentido, frequentemente os oleodutos são perfurados, impedindo que o hidrocarboneto chegue até a unidade de refino. Como consequência, o país necessita importar petróleo refinado, apesar da capacidade de suas instalações – se operassem de acordo com seu potencial – ser maior do que o consumo energético nigeriano, que em 2014 foi de 275 mil barris diários (EIA, 2016b).

A exploração dos hidrocarbonetos, tanto na Nigéria, quanto em Angola, ocorre de forma semelhante, através de contratos de associação ou *joint ventures*, contratos de partilha de produção (CPP), contratos de serviços e concessões de campos marginais¹³. No caso nigeriano, as principais empresas parceiras em contratos de associação são a anglo-holandesa Shell, as norte-americanas ExxonMobil e Chevron, a francesa Total e a italiana Agip. Esse modelo, entretanto, está sendo eliminado da indústria de gás natural e petróleo, uma vez que a NNPC tem encontrado dificuldades em financiar sua parcela dos custos de exploração (KPMG, 2014, p. 5).

A pressão pelo financiamento de *joint ventures* levou o governo nigeriano a eleger o modelo de contratos de partilha de produção (CPP) como o preferido para ser adotado com as companhias multinacionais de petróleo, desde 1993. Sob esse arranjo a concessão é fornecida pela estatal, a qual delega à companhia de petróleo – multinacional ou nacional – a função de “empreiteira ou contratante”, para assim conduzir as operações de petróleo em seu próprio nome e da NNPC. Logo, a empresa assume o risco do financiamento: quando tem sucesso, recupera os custos ao iniciar a comercialização da produção; caso contrário, o contratante arca com as perdas (KPMG, 2014, p. 7).

As concessões para a exploração de gás natural e petróleo podem ser fornecidas de duas maneiras. A primeira delas, que foi a prevalente até 1999, cede licenças às companhias através de negociação direta e ou alocação discricionária pelo governo nigeriano. A segunda maneira é utilização de licitações, o que tanto torna o processo mais competitivo e atrai mais companhias, quanto permite maior transparência e aumento de receitas. Essas licitações são de responsabilidade do Departamento de Recursos Petrolíferos (DPR), que é submetido ao Ministério de Recursos de Petróleo (KPMG, 2014, p. 8).

¹³ No modelo de contrato de serviço, o contratante se compromete com a exploração, o desenvolvimento e a produção, em nome da NNPC ou de quem forneça a concessão, tomando para si o risco. A concessão, assim, permanece com a estatal e o contratante não possui direito ao petróleo produzido. O modelo de concessão de campo marginal, incentiva que as companhias multinacionais de petróleo entreguem seus campos marginais para as indústrias nativas do país, assim alcançando o objetivo de maiores oportunidades de emprego e de participação de empresas menores (KPMG, 2014, p. 6).

Em Angola, a descoberta de petróleo ocorreu em 1955, numa região próxima de Luanda, na bacia de Kwanza. Ainda assim, apenas na década de 1960, quando foram realizadas descobertas de grandes reservas *offshore* em Cabinda, pela Cabinda Gulf Oil - atualmente Chevron - que a exploração de hidrocarbonetos se tornou mais expressiva. No início da década seguinte, o petróleo já ultrapassava a importância do café como principal produto exportado pelos angolanos. A inauguração da Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol) ocorreu em 1976, se colocando como a concessionária exclusiva para a obtenção de combustíveis fósseis no país (SONANGOL, 2016). No final dos anos 1970, o governo angolano tomou medidas para atrair investimento estrangeiro. Para tanto, houve a divisão do litoral angolano em vários blocos, concedidos para companhias estrangeiras através de contratos de partilha de produção. Assim, a extração do recurso energético teve crescimento ao longo da década de 1980, sendo que no início dos anos 1990, as companhias de petróleo descobriram outras grandes reservas em águas profundas, em locais distantes do litoral (RAMOS, 2012, p. 7).

A trajetória angolana contribuiu para que o país se tornasse membro da Organização dos Países Produtores de Petróleo em 2007. Atualmente, coloca-se como o segundo maior produtor da África Subsaariana, atrás apenas da Nigéria, extraindo aproximadamente 1,82 milhão de barris diários, e com reservas de 12,7 bilhões de barris. Em relação aos seus parceiros comerciais, o principal deles é a China, que em 2015 comprou aproximadamente 45% do petróleo exportado pelos angolanos. Outros consumidores importantes são a União Europeia, Índia e EUA, que adquiriram, respectivamente, 24%, 8,6% e 6,2% das vendas de hidrocarbonetos do país (OEC, 2015a; BP, 2016).

Enquanto o setor *upstream* é o predominante na indústria petrolífera do país; o setor *downstream*, relacionado a distribuição e ao refino do produto, permanece incipiente. Nesse sentido, apenas a refinaria localizada em Luanda encontra-se em operação, sendo ela incapaz de atender à demanda do país, de aproximadamente 65 mil barris diários (RAMOS, 2012, p. 5). A dificuldade no desenvolvimento do setor de refino e distribuição não só contribui para que esses países dependam da importação do produto refinado, como também não contribui para a geração de empregos. Para solucionar essa deficiência, outras refinarias estão sendo construídas, ainda que lentamente: em Lobito, na província de Benguela; em Bengo e na província de Zaire, com capacidade de processar, respectivamente 200, 400 e 110 mil barris de petróleo por dia. Ou seja, se estivessem operando, as quatro refinarias teriam capacidade para processar por volta de 700 mil barris diários (SONANGOL, 2016).

A regulamentação da indústria do petróleo angolana é realizada através de duas leis principais, as quais determinam como deve ser efetuada a exploração de petróleo e gás natural, denominadas Lei das Atividades Petrolíferas de 2004 e Lei de Tributação Petrolífera de 2004. A primeira estabelece que todos os direitos relacionados aos recursos energéticos pertencem ao Estado e que a Sonangol é a única empresa que possui o direito a todas as atividades concernentes a exploração e produção de hidrocarbonetos. Dessa forma, a companhia que desejar operar no país -seja nacional ou estrangeira – necessariamente deve estar associada à Sonangol. A estatal, naturalmente, tem o privilégio de participar diretamente no setor petrolífero, sendo operadora ou parceira de outras companhias (RAMOS, 2012, p 6).

Os acordos realizados pela Sonangol, são, em sua maioria, semelhantes aos que ocorrem na Nigéria. Os contratos de associação são realizados por meio da concessão da propriedade do petróleo para as companhias interessadas, as quais fornecem, por sua vez, o pagamento de impostos sobre a produção (*royalties*) e são tributadas sobre a receita. Nos contratos de partilha de produção¹⁴, o governo permanece com a propriedade do petróleo e as companhias devem operar como contratadas da Sonangol. Esse segundo modelo é o que predomina nos acordos feitos pelos angolanos, sendo que, recentemente, para os novos blocos de pré-sal, foram adotados contratos de serviço com riscos compartilhados¹⁵ (RAMOS, 2012, p 6).

A Lei das Atividades Petrolíferas estabelece que as concessões sejam fornecidas pelas companhias petrolíferas através de licitações públicas. Caso não existam propostas quando se dá a abertura de uma licitação, ou essas propostas sejam tomadas como insatisfatórias, a Sonangol tem autoridade para determinar que um contrato seja realizado diretamente com uma companhia, o que deve gerar uma publicação no Diário da República. Não obstante, as licitações costumam não ser públicas, sendo que o resultado da licitação em que participaram 13 companhias que visavam os blocos do pré-sal nunca foi oficialmente divulgado. Ainda que existam esforços do governo angolano, através da Lei das Atividades Petrolíferas, que sejam priorizadas as empresas angolanas na contratação de serviços do setor petrolífero, há

¹⁴ As companhias petrolíferas estrangeiras preferem os CPPs porque garantem direitos sobre as reservas de petróleo oferecem a oportunidade de obter enormes lucros e garantem regimes fiscais e de regulamentação previsíveis. O governo prefere os CPPs porque eles garantem a receita do governo mesmo que a extração de petróleo não seja lucrativa para as companhias.

¹⁵ Tanto nos Contratos de Partilha de Produção, quanto nos contratos de serviço com risco, os custos e as receitas são calculados para cada bloco de acordo com os contratos realizados. Para operar em um bloco petrolífero, as companhias necessitam obter um Diploma de Concessão fornecido pelo governo de Angola, o qual determina os termos operacionais da exploração. Isto é, a aprovação dos planos de trabalho, relatórios geofísicos, amostras de corte, e realização de relatórios mensais (RAMOS, 2012, p 7).

desconfianças em torno de como ocorrem essas contratações e associações com empresas estrangeiras (RAMOS, 2012, p 7-8).

Tendo isso em vista, há indícios de que companhias estrangeiras pagam grandes quantias de dinheiro para funcionários públicos e para a elite angolana, com o objetivo de serem favorecidas ao instalarem suas empresas, e ao ajustar-se às leis angolanas. Muitas dessas associações acabam sendo firmadas com companhias nativas sem capacidade técnica e de recursos para exercer as operações petrolíferas demandadas, ou seja, são empresas falsas (RAMOS, 2012, p. 7).

Por fim, aponta-se que as principais companhias multinacionais em Angola são: as norte-americanas Chevron, ExxonMobil; a britânica BP; a francesa Total e a italiana Eni. Ainda, há a participação da companhia brasileira PETROBRAS, e das companhias chinesas Sinopec e a Companhia Nacional de Petróleo Offshore (CNOOC). Em relação a atuação do país asiático, foi criada em 2004 a China Sonangol, uma joint venture entre a Sonangol e a *New Bright International Development*, uma companhia com base em Hong Kong, que promove auxílio para o desenvolvimento e fornece empréstimos garantidos através do petróleo (EIA, 2016a).

Em suma, nota-se que tanto em Angola quanto na Nigéria, apesar da criação de companhias estatais e da regulamentação do setor petrolífero, permanece a dependência da presença das companhias multinacionais para o financiamento de projetos e para a aplicação da tecnologia necessária às atividades extrativas. O setor *upstream* domina essas economias e o desenvolvimento do setor *downstream*, relacionado às atividades de refino e distribuição, é muito lento. Nessa perspectiva, evidencia-se que as refinarias frequentemente apresentam deficiências e operam abaixo de sua capacidade, não sendo capazes de suprir a demanda dos países. Por fim, com controle estatal das atividades relacionadas a extração de hidrocarbonetos, torna-se necessário que as companhias multinacionais estabeleçam bons relacionamentos com os governos. Se por um lado, isso aumenta os lucros obtidos pelo governo com a exploração dos combustíveis fósseis, também abre a possibilidade para a ocorrência de negociações duvidosas e corrupção (OLIVEIRA R, 2007; ROSS, 2012).

2.4 MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS: O PAPEL DO PETRÓLEO

Antes da década de 1980, de acordo com Rosser (2006, p. 8), a ideia comumente dissipada era de que os recursos naturais contribuíssem para o desenvolvimento dos países. Assim, os estudos apontavam que os países detentores dessas riquezas possuíam mais vantagens sobre outros e que tais recursos possibilitariam o desenvolvimento industrial de locais periféricos. Economistas como Hans Singer e Raul Prebisch defendiam que a estrutura da economia global e a natureza do mercado internacional de commodities colocava em desvantagem os países em desenvolvimento que dependiam de exportações de recursos naturais. No final dos anos 1980 a literatura acadêmica que defendia a percepção de que a abundância de recursos naturais - ou de alguns gêneros de recursos naturais - mais do que uma bênção, seriam uma maldição, passou a ser mais difundida.

Por conseguinte, o termo “maldição dos recursos naturais” foi utilizado por Richard Auty, em 1993, ao defender que uma dotação favorável de recursos naturais poderia não ser benéfica para países em desenvolvimento. Esses indícios estavam alicerçados nas experiências de industrialização dos países em desenvolvimento no pós-guerra e na performance dos países ricos em recursos minerais desde 1960. Os dados apontavam que não só esses países ricos em recursos naturais não se favoreceriam dessa dotação, como poderiam apresentar uma performance pior do que as de nações que não possuíam tais riquezas. Esse, portanto, se tornou a fundamentação da tese da maldição dos recursos naturais (AUTY, 2003). Desde então, a concepção de que os recursos naturais seriam um risco para o desenvolvimento é largamente difundida, tanto por pesquisadores como por grandes instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (ROSSER, 2006, p. 8).

Inicialmente, a literatura correlacionou a “maldição dos recursos naturais” com a performance econômica dos países, porém, em seguida, foram estabelecidas outras associações, como a ocorrência de guerra civil e a incidência de governos autocráticos e alterações nos níveis de democracia. Esses desdobramentos contribuíram para que a maldição dos recursos se estabelecesse como um fenômeno multidimensional e fosse utilizada para explicar uma amplitude de mazelas sofridas pelos países com riquezas de recursos, particularmente na África, Oriente Médio, América Latina e antiga União Soviética (ROSSER, 2006, p. 8).

Conforme a tese da “maldição dos recursos naturais” se desenvolvia, estabeleceu-se que a abundância de um bem não seria o problema em si, porém sim, a natureza desse

recurso. Nesse sentido, De Soysa (2000, p. 114), aponta em sua pesquisa que recursos renováveis não estão associados a ocorrência de conflito armado. Por outro lado, as riquezas minerais, possuiriam correlação com a maior incidência dessas hostilidades. Na mesma perspectiva, Ross (2015, p. 240), afirma que há evidências fortes de que o petróleo, especificamente, seria propenso a causar três efeitos importantes: contribuir para que regimes autoritários se prolonguem; conduzir a maiores índices de corrupção e incitar conflitos em países de baixa e média renda, particularmente quando esses recursos estão localizados em territórios habitados por grupos étnicos marginalizados.

Essa interpretação, entretanto, é recente. Anteriormente aos anos 1980 havia poucos indícios da existência de uma “maldição dos recursos naturais”. Até então, segundo Ross (2012) existiam probabilidades semelhantes entre os países produtores e não produtores de hidrocarbonetos - no mundo em desenvolvimento - de passarem por governos autoritários ou guerras civis. No entanto, atualmente, os Estados produtores de petróleo possuem 50% de chances a mais de serem governados por autocratas e mais do que o dobro de possibilidades de passarem por guerras civis. Além disso, eles apresentam outras características como volatilidade financeira, sigilo em torno de sua produção, e menos oportunidades econômicas e políticas para a população do sexo feminino.

Roll (2011, p. 9) distingue três mecanismos específicos através dos quais a “maldição dos recursos” pode se manifestar: mal holandês, ampliação de gastos e Estado rentista. O primeiro deles, o mal holandês ou doença holandesa, se refere ao fluxo massivo de rendas provenientes de recursos naturais, os quais elevam a taxa de câmbio real e os salários. Conseqüentemente, os setores produtivos e comerciais, principalmente a agricultura e a manufatura se tornam menos competitivos no mercado mundial. Através desse mecanismo, um país com riqueza em recursos naturais se transforma, ou se mantém, como uma economia baseada na extração de recursos, exposto a variação dos preços das commodities e com menor oferta de empregos.

O segundo modo de manifestação, a ampliação dos gastos, é frequentemente acompanhado de uma quantidade excessiva de empréstimos tomados a partir das expectativas dos ganhos futuros das vendas do setor petrolífero. Com quantidades enormes de faturamento, as elites de países com riquezas de recursos recentemente descobertas costumam se engajar em despesas imensas. Sejam empregados na construção de infraestrutura ou serviços públicos, sejam empregados em consumo próprio da elite, o padrão desses dispêndios acaba sendo maior do que anteriormente. Esse evento pode gerar aumento na inflação ou impactar nas

taxas de câmbio, além de poder causar um aumento no endividamento, assim que os termos do pagamento dos empréstimos se tornem menos favoráveis (ROLL, 2011, p. 10).

Os dois primeiros arranjos mencionados, são clássicos mecanismos econômicos pelos quais o estudo da maldição dos recursos naturais atua. O terceiro mecanismo, denominado Estado rentista, possui uma natureza diferente: é político, e não econômico, se referindo aos efeitos da renda dos recursos naturais sobre a política e sobre as instituições políticas. A abordagem do Estado rentista afirma que os países que possuem uma alta proporção de suas receitas provenientes dos ganhos do petróleo, diferem daqueles que precisam adquirir sua receita através da taxa dos cidadãos. Disso decorrem diversos resultados. O primeiro deles configura-se numa maior autonomia das elites em relação aos cidadãos. O segundo, se encontra no fortalecimento do Estado e do aparato de segurança, resultando num sistema político autoritário. Por último, e talvez o mais importante, a transformação da política da burocracia num centro de distribuição dessas arrecadações. À vista disso, conflitos, corrupção e outros sintomas de má governança tem a oportunidade de prosperar em tal ambiente (ROLL, 2011, p. 10)

Nessa perspectiva, a maior parte das análises que investigam a maldição dos recursos naturais sugere que o principal problema com essa riqueza não é em razão da dependência econômica do recurso natural em si, ou a uma estrutura de exportação enviesada, porém sim porque ela gera uma receita acima de ganhos normais. Reforçando a proposição de Michael Roll (2011), Rosser (2006, p. 11) afirma que a existência dessas receitas é frequentemente percebida como contribuinte para o desenvolvimento negativo, uma vez que induz ao gasto excessivo das elites políticas, promovendo comportamento rentista. Conseqüentemente, há o enfraquecimento da capacidade dos estados de regular e supervisionar a economia, fornecendo poder para parcelas da sociedade que são opostas a políticas promotoras do crescimento e facilitando a intervenção externa (ROSSER, 2006, p. 11).

Usualmente, no âmbito da discussão sobre a possibilidade de os recursos naturais serem um malefício, questiona-se a razão pela qual alguns países que possuem tais riquezas não enfrentaram a maldição, como a Noruega e Canadá. A resposta se encontra em detalhes importantes como o tipo particular de recurso que o país possui, os custos para obtê-lo e o seu grau de dependência a esse bem. Também se chama a atenção para fatores como a qualidade das instituições do país antes das descobertas de reservas petrolíferas, o envolvimento e a resposta de atores internacionais, o grau de fragmentação social em relação a divisões étnicas, religiosas e de outras naturezas, a condição – vulnerável ou consolidada – das elites governantes e a situação socioeconômica (ROLL, 2011, p.12). Ademais, nota-se que os países

que não sofreram efeitos negativos possuíam rendas mais altas, economias diversificadas e instituições democráticas, quando seus recursos foram descobertos. Por conseguinte, o petróleo apresenta-se como um problema quando extraído em países de baixa e média renda, não para os ricos e industrializados (ROSS, 2012).

Portanto, há variáveis políticas e sociais que mediam a relação entre recursos naturais e desenvolvimento. A partir disso, há uma inversão da ordem dos questionamentos que, usualmente, cercaram a maldição dos recursos naturais. Assim, a pergunta deixa de ser porque a riqueza dos recursos naturais leva a várias patologias políticas e econômicas, para: quais fatores políticos e sociais permitem que alguns países ricos em recursos os utilize para promover o desenvolvimento, enquanto outros, que possuem igual abundância, não alcançam os mesmos resultados (ROSSER, 2006, p. 8). Essas modificações na tese original da “maldição dos recursos naturais” contribuem para que o entendimento sobre o impacto da riqueza dos recursos naturais, especialmente do petróleo, sejam entendidos. Nota-se, portanto, o afastamento da visão determinista de que a maldição dos recursos naturais portava quando se iniciou seu estudo.

Ross (2012) afirma que os problemas políticos e econômicos dos países produtores de petróleo podem ser delineados a partir das propriedades incomuns das receitas petrolíferas. A forma como os governos utilizam o que arrecadam, seja para benefício próprio, seja para benefício da população, é um fator importante. Sendo as despesas desnecessárias ou não, as receitas possuem efeitos de longo alcance no bem-estar político e econômico de um país. Sendo assim, os rendimentos que são oriundos das vendas de petróleo possuem quatro características distintas: proporção, origem, estabilidade e sigilo. Conforme foram estabelecidas as companhias estatais de petróleo nos países produtores, e seu poder aumentava, essas qualidades se alteravam.

Assim, a proporção dos ganhos em petróleo em países de baixa renda pode ser gigantesca, estimulando uma erupção nas finanças do governo, como ocorreu com Guiné Equatorial de 2001 a 2009. Como consequência, o gasto total do governo aumentou em 800%. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que tal volume de receitas permite aos governos autoritários maior capacidade para silenciar grupos dissidentes, também incita a ocorrência de insurreições violentas, quando os habitantes que vivem no país rico em recursos desejam obter uma porção maior desses ganhos imensos¹⁶ (ROSS, 2012, p. 7).

¹⁶ No caso da Guiné Equatorial, os ganhos provenientes do petróleo consolidaram o regime autoritário e do presidente Obiang Nguema, no poder desde 1979. Além de os benefícios terem se concentrado em uma pequena elite, os poucos empregos da indústria petrolífera foram ocupados por migrantes dos Estados

A estabilidade está relacionada com a volatilidade no preço global do petróleo, que contribui para a oscilação das rendas, acarretando o aumento ou redução das reservas dos países e podendo produzir grandes flutuações nas finanças governamentais. Essa instabilidade também pode acarretar no agravamento de conflitos regionais, tornando mais difícil a ação dos governos para negociar com as exigências de grupos rebeldes. Finalmente, o sigilo em torno das rendas do petróleo é oriundo da relação entre os governos e as companhias internacionais de petróleo, os quais cooperam para encobrir suas transações e usar as próprias companhias estatais para esconder tanto os lucros quanto os gastos. Como consequência desse arranjo em torno dos ganhos reais provenientes do petróleo, as rendas são comumente desperdiçadas, os governantes autoritários permanecem no poder, e as negociações com grupos insurgentes são malsucedidas, uma vez que eles não confiam que o governo compartilhe o faturamento do petróleo de forma equitativa (ROSS, 2012).

Unidos, Nigéria, Filipinas e Camarões. Ademais, pouco da receita petrolífera tem sido investida em programas para melhorar a qualidade de vida do povo, com gastos em saúde representando 1,2% do Produto Interno Bruto (MCSHERRY, 2006, p. 24-25).

3 IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E SECURITÁRIAS REGIONAIS

Este capítulo, em sua primeira parte, tem como objetivo avaliar de que forma o petróleo influenciou nas características e instituições dos Estados no Golfo da Guiné. Para tanto, são apresentadas as principais consequências da alta dependência nos rendimentos dos recursos energéticos, o posicionamento das elites governantes e o papel das Companhias Nacionais de Petróleo nos países desta região. Em seguida, são abordados os interesses estrangeiros na zona, dedicando-se a análise da atuação de China e EUA na região, os dois maiores consumidores de petróleo no mundo e que se apresentaram como os principais destinos das exportações destes países. Na terceira seção do capítulo, é avaliada a evolução da Comissão do Golfo da Guiné, organização regional que reúne os oito países estudados, cujo objetivo principal é mediar a exploração de recursos naturais. Por fim, o estudo concentra-se na avaliação da correlação entre a existência de recursos naturais, especificamente o petróleo, e a ocorrência de conflitos. Assim, são estudadas as principais hostilidades da região, avaliando o papel dos hidrocarbonetos na determinação desses episódios.

3.1 IMPLICAÇÕES POLÍTICAS: CARACTERÍSTICAS ESTATAIS E COMPANHIAS NACIONAIS DE PETRÓLEO

As implicações políticas da extração do petróleo para o Golfo da Guiné, conforme aponta Ricardo Soares de Oliveira (2007, p 36), são percebidas nas alterações das instituições, na qualidade da governança e na mentalidade dos governantes e da população. Os países da região são classificados por esse autor como petro-estados, um termo que se refere não apenas a um país que produz muito óleo bruto, porém sim, um Estado no qual as rendas provenientes desse produto são predominantes e a atividade extrativa é o principal setor da economia doméstica. Nesse sentido, grandes produtores como Canadá e EUA não se enquadrariam como petro-estados (OLIVEIRA R., 2007, p. 30).

Entre as principais consequências das rendas do petróleo está a expansão do poder estatal, que adquire centralidade social, econômica e política. Nesse sentido, através do aumento do fluxo de dinheiro podem ser realizadas grandes obras e modificação do território, em termos físicos e sociais. Portanto, os períodos de expansão – de preços e produção - são acompanhados de crescimento em obras de infraestrutura e aumento do número de empregos, tanto no âmbito estatal quanto no privado. O Estado se torna, dessa forma, o ator principal da

economia doméstica e apoiador do setor privado, já que é ele quem fornece a concessão de contratos públicos. Esse processo é compartilhado pela maioria dos estados exportadores de hidrocarbonetos na África, e é a situação dos países no Golfo da Guiné.

Além dessas características, usualmente esses países apresentam um setor civil inchado, em razão da multiplicação de organizações paraestatais e altos investimentos em forças de segurança. Outra particularidade indicada é a criação das Companhias Nacionais de Petróleo, que se tornam um dos atores principais na petro-economia, desempenhando funções políticas, de geração de empregos e lucros. Em decorrência disso, a economia do petróleo é usualmente gerenciada sob muito sigilo e por um petro-estado autoritário. Nesse sentido, algumas informações como os níveis de produção e valores das negociações com multinacionais acabam permanecendo como especulação. Por esse motivo os orçamentos são descritos como fictícios e aponta-se que os fluxos de dinheiro são desviados (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

Argumenta-se, que os recursos energéticos, nesses países, isolam os governos das suas responsabilidades para com a sociedade. Uma vez que os lucros adquiridos com a venda do produto servem para sustentar o Estado, já não é necessário que seja expandida a base fiscal, através dos impostos. Enquanto o isolamento fiscal fortalece o poder executivo, também rompe as relações dele com a sociedade, bem como com o contrato social mínimo que a taxação dos cidadãos estabelece. Enquanto há um período de expansão, mantem-se a sociedade na crença de que o desenvolvimento está próximo. Na etapa seguinte, quando há uma retração, apenas as elites governantes continuam se beneficiando do petróleo enquanto o restante da sociedade deixa de receber os lucros. Frequentemente, em decorrência disso, a população passa a se rebelar contra os governantes (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

Basedau e Lay (2005, p. 12), em consonância com Oliveira (2007) apontam que o óleo bruto influencia em setores como o desenvolvimento socioeconômico, as instituições estatais, a democracia e a ocorrência de conflitos. Os autores buscam se afastam de uma análise determinista, reconhecendo que tais implicações não são independentes, estando inter-relacionados com outras variáveis. Nesse sentido, os efeitos socioeconômicos diretos da exploração de petróleo são ao menos três: o recurso pode prejudicar outros setores comerciais e fontes de crescimento econômico e desenvolvimento; pode estimular políticas econômicas imprudentes; e, por fim, favorecer a vulnerabilidade aos choques externos.

Esses efeitos se difundem, de acordo com Basedau e Lay (2005), por meio de canais de transmissão, os quais incluem herança colonial adversa e a emergência de um estado rentista que se retroalimenta de corrupção, clientelismo e neopatrimonialismo, ocasionando o

enfraquecendo das instituições e estimulando economias políticas inadequadas. Esses canais afetam o desenvolvimento socioeconômico e devem ser analisados através de sua interação com as condições políticas e institucionais (BASEDAU, LAY, 2005, p. 15).

Nesse sentido, ao longo do período colonial, em muitos desses países as instituições políticas eram constituídas para auxiliar a exploração dos recursos naturais e desenhadas para empoderar as elites coloniais e estatais. Essas instituições, quando perpetuadas para além da independência, permaneciam reproduzindo essa lógica. No entanto, também há de se fazer a ressalva de que muitos países fizeram a descoberta de petróleo após sua independência. Dessa forma, entende-se que a abundância de recursos na África Subsaariana moldou as instituições e sua qualidade na era pós-colonial, em particular aquelas no domínio político.

Os governos dos países produtores de hidrocarbonetos do Golfo da Guiné obtêm suas receitas, majoritariamente, da indústria petrolífera através dos impostos, royalties, bônus de assinatura, contratos de partilha de produção e *joint ventures*. Em seguida, decidem onde e se essas arrecadações serão empregadas. Consequentemente, beneficiam grupos, etnias ou regiões em detrimento de outras, não necessariamente revertendo essas rendas para a população. Além disso, esses locais possuem o poder de decisão para definir quais companhias operam dentro de seu território. Dessa forma, tem capacidade para negociar – dependendo de sua postura e força - sobre questões como a divisão dos lucros da exploração (GARY, KARL, 2003, p. 11).

Segundo Mcsherry (2008, p. 30), o padrão dos membros da região sugere que as instituições permanecerão enfraquecidas. No Gabão, a indústria do petróleo permitiu o crescimento de um enclave econômico que limitou o desenvolvimento apenas a capital Libreville. Os líderes angolanos, ao invés de investirem as rendas do recurso energético em infraestrutura ou capital humano, acabavam desviando o dinheiro. A Nigéria, por sua vez, é um dos principais exemplos dos efeitos negativos da construção de instituições com base na exploração do petróleo. Durante o governo de Babangida, nos anos 1980, nota-se que o país passou a direcionar-se para o desastre econômico. O hidrocarboneto, ao invés de facilitar as boas políticas ou a construção de instituições eficazes, permitiu que o governo gastasse de forma desenfreada o que teria contribuído para o prejuízo das instituições.

Além disso, os locais onde há extração de hidrocarbonetos no Golfo da Guiné frequentemente são enclaves nos quais as companhias se estabelecem, mantendo pouco contato com as populações locais e contratando funcionários de seus próprios países sede. Isso aprofunda as desigualdades, já que os benefícios do desenvolvimento permanecem concentrados em pequenos grupos, não atingindo o restante da população. Um caso que

evidencia essa situação é o da Guiné Equatorial, onde a indústria petrolífera emprega apenas 10 mil pessoas, a maioria dessas originária dos EUA, Nigéria, Filipinas e Camarões. Ainda, os lucros provenientes da extração são pouco empregados para a melhoria da qualidade de vida da nação, sendo que gastos em saúde ficam em torno de apenas 1,2% do PIB (MCSHERRY, 2006, p. 25)

Dada essa realidade, Basedau e Lay (2005, p. 18) interpretam que os lucros provenientes dos hidrocarbonetos, associados aos contextos desses países, incentivam as elites a desviá-los para o consumo próprio ou a gastá-los em grandes projetos e políticas econômicas mal orientadas. Além disso, acredita-se que mesmo quando implementadas políticas voltadas para o desenvolvimento, a abundância de recursos pode desestimular os esforços para a construção de um quadro institucional saudável, incluindo a implementação de uma burocracia estatal eficiente.

Além disso, o combustível fóssil abre a possibilidade para ganhos tanto dos governos locais quanto companhias multinacionais. Assim, esses locais ascendem como parceiros preferenciais, que são alvo do interesse estrangeiro internacional. Nesse contexto, pressões políticas pró-democráticas se tornam menos prováveis e ao mesmo tempo menos promissoras, uma vez que tais locais não dependem de doações para auxiliar no seu desenvolvimento. Ademais, as rivalidades externas e a formação de zonas de influência em torno desses países produtores tornam extremamente improvável que os atores internacionais entrem em acordo – em um esforço conjunto - para pressionar por mais democratização (BASEDAU, LAY, 2005, p. 20)

Nessa perspectiva, observa-se que os líderes de Angola, Gabão e Guiné Equatorial consolidaram seus governos através das rendas do petróleo, utilizando-as para fortalecer suas redes de poder e abafar a oposição. Especialmente nos dois últimos países, em razão de suas pequenas populações e altos ganhos com a extração do recurso energético, afirma-se que há a tendência dos governantes se manterem no poder. Nesse sentido, o aumento dos gastos públicos e implementação de programas sociais é uma forma de comprar a aquiescência da população. Ademais, conforme já referido, a ausência de taxação somada aos altos gastos públicos são fatores que tendem a frear as manifestações populares por democracia e mudanças de governo (MCSHERRY, 2008, p. 31).

No contexto dos petro-estados do Golfo da Guiné, o papel desempenhado pelas companhias nacionais é fundamental, sendo essa característica, inclusive, apontada como uma diferenciação na trajetória institucional desses países em relação às demais trajetórias africanas. O exemplo nigeriano ilustra essa questão. Os governantes perceberam, ao longo do

período de expansão da produção e dos lucros do petróleo, que apesar da desvantagem em aspectos tecnológicos, poderiam investir na capacidade de coletar e interpretar informações que lhes fornecessem vantagens em negociações com companhias multinacionais. Ou seja, notaram que economia do petróleo demandava uma instituição que fosse capaz de se comunicar com os aspectos financeiros, contratuais e tecnológicos da indústria. Para esse fim, a instituição deveria estar isolada da burocracia e do fraco aparato estatal. Assim, de acordo com Oliveira R. (2007, p. 88) surgiram as companhias nacionais de petróleo, que passaram a gerenciar e regulamentar as negociações com as companhias multinacionais.

À vista disso, essas estatais são descritas por Oliveira R. (2007, p. 88) como “estados dentro de estados”, envolvidas muitas vezes em corrupção, ineficiência e compromissos não comerciais. Atualmente, seis dos sete exportadores de petróleo da região possuem uma companhia nacional de petróleo. As principais são a angolana Sonangol e a Corporação Nacional Nigeriana de Petróleo (NNPC), cujas operações ocorrem em um alto patamar. Em seguida a Sociedade Nacional do Petróleo do Congo (SNPC, em francês), Corporação Nacional de Hidrocarbonetos (SNH, em inglês), da República do Congo, a Gepetrole, da Guiné Equatorial e, mais recentemente, a Companhia de Petróleo do Gabão.

Michael Ross (2012) argumenta que a criação das companhias nacionais acabou agravando ainda mais os problemas dos países exportadores de petróleo nos anos 1970. Isso porque, a partir da criação dessas companhias, os governos passaram a ter acesso a grandes quantidades de renda, sem precisar recorrer a coleta impostos, nem royalties das companhias estrangeiras. Assim, podiam financiar-se com a venda do petróleo através dessas instituições, as quais também permitiam que o processo ocorra sob sigilo.

As companhias nacionais de petróleo são primariamente órgãos de supervisão, com alguma presença no refino e distribuição e pouco engajamento significativo na exploração ou produção. O caráter da CNP como um alto corpo político provém das três atividades que as companhias executam, além do anteriormente mencionado papel de supervisão do setor petrolífero. Em primeiro lugar, são responsáveis pela a manipulação da parcela do governo da produção de hidrocarbonetos, a qual vende para o mercado mundial, diretamente ou através de intermediários. Em segundo lugar, firmam *joint ventures* com atores internacionais nas áreas petrolíferas e de produção de gás natural, administram serviços do setor e abrigam outras atividades terciárias como seguros, telecomunicações e logística. Por fim, em terceiro lugar, fazem uso da posse do recurso energético para contraírem empréstimos assegurados no produto (OLIVEIRA, 2007, p. 90).

A Sonangol, de Angola, forneceu a outros produtores de petróleo na região um modelo de realização política e comercial. Fundada em 1976, a companhia imediatamente se beneficiou de parcerias pragmáticas com atores tão diversos quanto a NNPC. No início dos anos 1990, quando o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) abandonou o marxismo, a companhia estava na posição ideal para seguir a nova situação, um movimento auxiliado pela sua reestruturação como uma companhia de *holding* com subsidiários autônomos. Além de suas funções regulatórias, a Sonangol está envolvida na distribuição de petróleo, serviços de apoio a indústria dos recursos energéticos, e muitas outras áreas da economia, como seguros e remessas. A estatal angolana é liderada por aliados do governo, sendo os cargos gerenciais mantidos distantes dos grupos mais críticos do partido governante. A companhia tem sido descrita como um órgão que absorve as finanças angolanas, através da ação conjunta com o Banco Nacional e o Ministério das Finanças. Apesar de suas práticas duvidosas, a companhia apresenta ótimas relações com o cenário internacional, sendo respeitada globalmente e utilizada como um instrumento importante nas ambições regionais angolanas (OLIVEIRA, 2007, p. 91-92).

Criada em 1977, a NNPC é responsável por regular o setor, assim como a Sonangol, sendo agente de arrecadação de impostos e um meio para firmar *joint-ventures* com companhias multinacionais. Oliveira (2007, p. 94) descreve que a estatal nigeriana não é bem gerenciada, o que acarreta no não cumprimento de suas obrigações em *joint ventures*. Discute-se também o papel da NNPC, e de outras instituições, como o exército, no contrabando de petróleo bruto e refinado, o qual acredita-se que atinja a parcela de 20% do total produzido pelo país. Semelhante ao caso angolano, essa companhia nacional também se tornou arena para as disputas políticas do país, o que impacta na continuidade de programas e políticas implementadas. Apesar dos pontos destacados, a NNPC apresenta um bom desempenho relativo, já que a companhia se apresenta como líder no setor econômico e emprega 17 mil pessoas (OLIVEIRA, 2007, p. 92).

As novas companhias nacionais do setor petrolífero do Golfo da Guiné parecem reproduzir os exemplos angolano e nigeriano. Apesar de afirmações de que esses países desejam constituir empresas tecnologicamente capazes, a motivação a curto prazo reside na possibilidade de contrair empréstimos e firmar *joint-ventures* com multinacionais. Nesse sentido, o presidente da República do Congo, Denis Sassou Nguesso, criou a SNPC em 1997 para substituir a antiga companhia Hydro-Congo. Além de vender a parcela da produção estatal através de uma operação em Londres, a SNPC assumiu papel central na estratégia do governo em adquirir empréstimos com garantia no petróleo. A Guiné Equatorial, por sua vez,

também criou uma Gepetrole, a qual compensa sua falta de recursos humanos contratando consultores ocidentais, os quais tem nutrido a imagem pública da companhia. Esses consultores, junto com parceiros libaneses e especialistas angolanos, tem promovido a venda da quota de produção da Guiné Equatorial em termos similares àqueles da Sonangol e da NNPC (OLIVEIRA, 2007, p. 94).

Uma vez investigadas as características internas dos países produtores de petróleo no Golfo da Guiné, observa-se que a extração do produto, em conjunto com outros fatores, contribuiu para moldar um perfil das ações das elites governantes e para o funcionamento das instituições. Admite-se que as companhias nacionais de petróleo se colocaram como atores políticos fundamentais, cujas funções de planejamento e coleta de impostos serviram tanto como mediadoras para o governo, quanto como uma entidade reguladora para o setor petrolífero. Elas que firmam as parcerias com as companhias internacionais, são as provedoras de bens e serviços politicamente sensíveis, bem como representam uma força local empreendedora. Apesar de falhas notáveis, elas são essenciais para o governo e para participação desses países na indústria petrolífera.

3.2 INTERESSES ESTRANGEIROS

O petróleo, como já mencionado anteriormente, possui grande importância na economia mundial, não só para as indústrias, transportes e comércio, porém também no âmbito militar. À vista disso, dentre os atores que competem pelo petróleo africano, Oliveira L (2007, p. 109) afirma que os principais são os Estados, uma vez que seus interesses econômicos e de segurança nacional estão vinculados ao acesso e posse desse recurso energético. Nessa seção do estudo, serão aprofundados os interesses dos Estados Unidos e China no Golfo da Guiné. Esses países foram eleitos para a investigação em razão do seu status como maiores consumidores de energia no mundo e por serem os principais parceiros do continente africano, tendo se colocado como os principais importadores de petróleo dessa região desde o início dos anos 2000 (OLIVEIRA L., 2007, p. 109).

3.2.1 Interesse dos Estados Unidos no Golfo da Guiné

Ao longo dos anos 1990, a África foi tratada de forma marginal pela política externa estadunidense. Durante essa década, a visão do continente era de uma região que necessitava de assistência humanitária, e não de uma zona de interesse estratégico norte-americano

(WALLE, 2009). Essa situação se modificou no início dos anos 2000, quando os EUA voltaram sua atenção para o território africano, especialmente em razão do petróleo. Durante o governo de George W. Bush, foi adotada uma nova estratégia, cujo objetivo era garantir a segurança energética nacional do país. Essa prática foi fundamentada no relatório emitido em maio de 2001, pelo presidente do Grupo de Desenvolvimento de Políticas Energéticas Nacionais, o vice-presidente Richard Cheney, conhecido como Cheney Report. No documento, havia a determinação de que, para suprir a demanda crescente dos consumidores estadunidenses, e manter a prosperidade do país, era necessário assegurar o acesso às fontes de petróleo externas (VOLMAN, 2003, p. 574).

No início dos anos 2000, os Estados Unidos importavam 53% do seu petróleo, estimando-se, na época, que esse número aumentaria para 62% em 2020. Uma das principais preocupações frente a dependência de importação de petróleo pelo país era a sua concentração na região do Golfo Pérsico. Por essa razão, a administração de Bush procurou intensificar a diversificação das fontes de abastecimento. Como consequência, a busca por essa variação levou Washington a voltar a sua atenção a outras áreas produtoras no mundo, como a América Latina, o Mar Cáspio e, especialmente, a África (VOLMAN, 2003, p. 574).

No período, o petróleo africano representava 14% do total das aquisições externas do recurso energético pelos EUA. Naquele contexto, previa-se que, em 2015, essa proporção se elevaria para 25%. Além disso, ao mesmo tempo em que a qualidade do petróleo africano se apresentava como ideal para os as refinarias da costa leste dos EUA¹⁷, a região também se colocava como uma alternativa ao Oriente Médio. Conseqüentemente, o empenho em promover a maior diversidade na importação de petróleo conduziu a administração do governo de George W. Bush a voltar sua atenção para seis países africanos em especial, cinco deles pertencentes ao Golfo da Guiné: Nigéria, Angola, Gabão, República do Congo, Guiné Equatorial e Chade. (VOLMAN, 2003, p. 574)

A partir de disso, o Golfo da Guiné concentrou a atenção de empresas norte-americanas, as quais buscavam o acesso ao petróleo leve encontrado na região. Esse interesse estava relacionado ao contexto de mudanças políticas, econômicas e estratégicas no Sistema Internacional, após os eventos de 11 de setembro de 2001. O cenário que se estabelecia no período era de aumento no sentimento de vulnerabilidade em relação às fontes de

¹⁷ As características do petróleo da região também contribuem para que o interesse norte-americano fosse reforçado, já que por volta de 64% do produto é leve e doce. Esses atributos são ideais para as refinarias estadunidenses, uma vez que concedem grandes volumes de gasolina e contém baixo enxofre. Esse fato, em conjunto com a localização geográfica, mais próxima do litoral norte-americano, tornou a necessidade de assegurar a proteção da região algo indispensável (ONUOHA, 2010, p 373).

abastecimento de petróleo, especialmente quanto a dependência de zonas de fornecimento tradicionais mais voláteis, como as do Oriente Médio. No período, a imprevisibilidade das fontes usuais, o preço crescente do petróleo, e as projeções de aumento de demanda doméstica nos EUA, tornavam a diversificação de fornecedores uma questão de segurança nacional. Foi nesse contexto que o Golfo da Guiné se apresentou como uma zona de interesse para Washington (ONUOHA, 2010). Indicava-se que as companhias ocidentais de petróleo investiriam entre 40 bilhões e 60 bilhões de dólares, apenas no Golfo da Guiné, até 2020. A maior parte seria destinada à expansão da exploração do produto em campos de águas profundas na Nigéria (BANCHANI, 2016). Desde então, a região passou a receber uma atenção sem precedentes de países consumidores e companhias de petróleo. À vista disso, de acordo com Onuoha (2010, p. 370): “a repentina mudança de atenção da política ocidental e os interesses econômicos no Golfo da Guiné geraram oportunidades e riscos para a África”.

As empresas estadunidenses como a ExxonMobil, Chevron, Amerada Hess, Noble Energy, Kellogg Brown & Root e KerrMcGee passaram a elevar seus investimentos na região do GG. Duas dessas empresas – Chevron-Texaco e ExxonMobil - realizaram inversões significativas. A primeira, entre os anos de 1999 e 2003, empregou mais de 5 bilhões de dólares na zona, com intenções de investir mais 20 bilhões de dólares nos cinco anos subsequentes. A segunda, envolveu a construção de um oleoduto no Chade e grande participação nos novos campos de exploração em águas profundas na Nigéria, Guiné Equatorial e Angola (ONUOHA, 2010, p 373).

Ao longo dos anos 2000, a Nigéria figurou entre os cinco maiores fornecedores de petróleo dos EUA. Em conjunto com a estatal nigeriana NNPC, as companhias norte-americanas com maiores interesses na Nigéria são a ExxonMobil e Chevron, estando presentes no país também a anglo-holandesa Shell, a italiana ENI/Agip, e a Franco-Belga TotalFinaElf. Angola, por sua vez, foi ao longo do período o nono maior exportador de petróleo para os EUA. As empresas norte-americanas na região, que trabalham em conjunto com a estatal Sonangol, são a ExxonMobil e a Chevron (VOLMAN, 2003, p. 576).

Além desses dois principais parceiros dos EUA na região, outros importantes exportadores de petróleo incluíam Gabão e a República do Congo. O Gabão - que havia deixado a OPEP em 1996, retornando apenas em 2016 - no início da década era o terceiro maior produtor de petróleo na África Subsaariana, fornecendo 140 mil barris de petróleo por dia para os EUA, em 2001 (OPEC, 2016). Isso representava 46% da produção de petróleo gabonense. As principais empresas de petróleo localizadas no país são a anglo-holandesa

Shell, a francesa Total, a italiana ENI/AGIP e a norte-americana Amerada Hess (VOLMAN, 2003, p. 576).

A República do Congo, cuja maior parte das exportações é destinada para a França, vendeu 38 mil barris de petróleo diários para os EUA. As principais companhias petrolíferas instaladas no país são a francesa Total e a italiana ENI/Agip. No entanto, as empresas norte-americanas Chevron e ExxonMobil, firmaram parcerias com as duas companhias europeias no desenvolvimento de diversos campos de petróleo. A Guiné Equatorial, que se tornou um importante exportador de petróleo, também passou a ser fonte de fornecimento para os EUA. Em 2001, dois terços de sua produção, estimada em aproximadamente 181 mil barris de petróleo diários, foi comercializada para os estadunidenses. Quatro companhias norte-americanas dominam a produção do país, são elas: ExxonMobil, Marathon Oil, Amerada Hess, e Ocean Energy (VOLMAN, 2003, p. 576).

São Tomé e Príncipe também se tornou foco da atenção estadunidense. As pequenas ilhas foram prospectadas para receberem uma base naval norte-americana. O presidente Fradique de Menezes foi um dos nove líderes africanos recebidos na Casa Branca em setembro de 2002, todos eles governantes de países ricos em depósitos de petróleo. Além disso, as forças armadas norte-americanas também haviam acordado em conduzir operações militares em conjunto no Delta do Níger, onde os insurgentes têm como alvo os trabalhadores internacionais das companhias de petróleo, com o objetivo de forçar sua saída (YEOMANS, 2004).

Esse cenário, que se estabelecia no início dos anos 2000, contribuiu para que o petróleo africano passasse a ser percebido pelos estadunidenses como de interesse vital para a segurança nacional do país. Por conseguinte, o Departamento de Defesa do governo George W. Bush empenhou-se em assegurar que o deslocamento do petróleo africano para os EUA ocorresse de maneira ininterrupta. A partir disso, a atenção dos oficiais voltou-se para o fortalecimento das forças de segurança nos países produtores de petróleo e para o aumento de suas habilidades, com a finalidade de garantir o fluxo do produto aos EUA (VOLMAN, 2003, p. 577).

De acordo com Volman (2003, p. 577), essas ações foram realizadas por meio de três mecanismos. O primeiro deles, a venda de armas para governos africanos, através dos programas denominados *Foreign Military Sales*, e *Commercial Sales*. O segundo, se configurou no fornecimento de treinamento militar e programa educacional - tanto na África e nos EUA - para tropas africanas e oficiais através do Programa Internacional de Treinamento

e Educação Militar¹⁸ (IMET, sigla em inglês) e o Programa Regional Africano de Manutenção de Paz¹⁹ *African Regional Peacekeeping Program*. Por último, o pentágono passou a conduzir exercícios militares conjuntos com tropas ao redor do continente com o objetivo de treinar as forças locais e aumentar a habilidade das forças norte-americanas para empreenderem operações militares na África.

A Nigéria foi o centro dos programas de assistência norte-americanos. Volman (2003, p. 577) destaca que no ano de 2003, o Departamento de Defesa dos EUA projetava vender um valor de aproximadamente 4,5 milhões de dólares em armas para o governo nigeriano. Além disso, outros 12,6 milhões de dólares em equipamentos militares seriam vendidos por empresas privadas de armamentos dos EUA. Também havia a intenção de conceder um milhão de dólares em treinamento militar para tropas nigerianas em instalações militares dos EUA, por meio do programa IMET para a África Subsaariana, estando esse apenas abaixo do programa IMET para a África do Sul. Outros países também se tornaram alvo do IMET, como Angola, Chade, República do Congo, Guiné Equatorial e Gabão. No mesmo período, esperava-se que Angola e Gabão comprassem quantidades expressivas de equipamentos militares de empresas privadas norte-americanas, sob licenças do Departamento de Estado.

Em 2003, o presidente Bush visitou a África pela primeira vez, sendo a segunda ocasião em que um presidente norte-americano percorreu oficialmente o continente. Pouco antes dessa visita, o Comandante do Comando Europeu anunciou algumas mudanças de prioridade para os militares norte-americanos. No período, os EUA negociavam com os países africanos o uso de bases militares com o objetivo de empregar o combate ao terrorismo na região. Entre as áreas de interesse se encontravam a Argélia, Marrocos e Mali. Somando-se a essas bases estariam as forças navais e marinhas norte-americanas, operando no Golfo da Guiné, sublinhando a importância da costa ocidental africana para os norte-americanos (YEOMANS, 2004).

A administração Bush trabalhou vigorosamente para promover relacionamentos securitários com uma série de encontros de alto nível entre oficiais americanos e líderes políticos africanos e representantes de governos. O secretário de estado adjunto Walter Kansteiner viajou a África no ano de 2002, visitando três países do Golfo da Guiné: Nigéria, Angola e Gabão. No período, havia rumores de que os EUA estariam pressionando a Nigéria para que o país deixasse de ser um membro da OPEP. O Secretário, entretanto, negou tais afirmações, informando que as discussões entre os governos nigeriano e estadunidense

¹⁸ No original, em inglês: International Military Education and Training Program.

¹⁹ No original, em inglês: African Regional Peacekeeping Program.

enfaticavam a questão de que o Golfo da Guiné estava fornecendo aos Estados Unidos quantidades crescentes de petróleo bruto, adquirindo um papel importante dentro do quadro de fornecedores ao país (UNITED STATES OF AMERICA, 2002; KLARE, VOLMAN, 2007).

A necessidade de proteger os investimentos norte-americanos na região, aliada ao imperativo de garantir as fontes de petróleo para os EUA, foram fatores que forneceram as bases para o estabelecimento do novo comando militar, o *United States African Command* (AFRICOM). De acordo com Esterhuysen (2010, p. 75-76), até o ano de 1952 a África não esteve incluída em nenhuma estrutura de comando militar norte-americano. Naquele período, apenas alguns países africanos foram adicionados como responsabilidade do Comando Europeu, tendo em vista as relações coloniais estabelecidas entre os continentes. Os demais países só passaram a ser incluídos em um comando norte-americano nos anos 1960, no contexto da Guerra Fria, em razão do receio estadunidense frente a influência soviética na região. A partir de então, a África Subsaariana foi responsabilidade do Comando Atlântico. Já, em 1962, foi atribuída ao Comando de Ataque o qual, posteriormente, se transformara em Comando de Prontidão. Finalmente, nos anos 1980, o quadro estabelecido pelo confronto bipolar levou a administração do presidente Reagan a distribuir a responsabilidade pela África em três comandos: o Comando Europeu, o Comando Central, e o Comando do Pacífico (ESTERHUYSE, 2010, p. 75-76).

Em fevereiro de 2007, portanto, o então presidente George W. Bush anunciou a formação de um Comando Africano, como parte do Plano de Comando Unificado. Embora seu estabelecimento estivesse planejado para o dia 30 de setembro de 2008, já em agosto de 2007 o Comando possuía capacidade operacional, sediado em Stuttgart, na Alemanha (ESTERHUYSE, 2010, p. 76).

A criação do AFRICOM possui associação às consequências dos eventos de 11 de setembro de 2001, os quais, indiscutivelmente, impactaram as relações entre os EUA e o mundo árabe. Considera-se que a guerra no Iraque tenha colocado em risco os interesses estratégicos no petróleo do Oriente Médio ao longo de toda uma geração (ESTERHUYSE, 2010, p. 77-78). Apesar das autoridades estadunidenses alegarem que o AFRICOM está presente como uma forma de aumentar a capacidade de segurança africana, através da cooperação militar, projetos humanitários e intervenções para o desenvolvimento, há controvérsias. Além do óbvio interesse ao acesso aos recursos naturais do continente, especialmente o petróleo, o Comando Africano coloca-se também como um contraponto a crescente influência chinesa no continente (ONUOHA, 2010, p. 374).

Na época, o governo estadunidense explorou a possibilidade do Comando se instalar na Nigéria, durante a gestão do presidente Umaru Yar'Adua, em novembro de 2007. A escolha do país mais populoso e com grande quantidade de recursos parecia ser a opção ideal. Não obstante, tanto a Nigéria, quanto outros países como África do Sul e Líbia rejeitaram a ideia de possuir um comando norte-americano em solo africano (ONUOHA, 2010, p. 374). Nesse sentido, as consequências da instalação do AFRICOM em 2007 foram desastrosas do ponto de vista africano. A iniciativa foi vista com extrema desconfiança pelos países do continente, sendo considerada como uma forma de projeção dos interesses norte-americanos, sem que houvesse preocupações com os interesses africanos. Consequentemente, a decisão de instalar o quartel general do AFRICOM em território africano foi deixada de lado pelos estadunidenses, e o governo começou a minimizar a iniciativa (WALLE, 2009, p. 14).

Entre os anos 2000 até 2014, a África forneceu, em média, 19% do valor total das importações de petróleo bruto dos EUA. Especialmente entre os anos de 2000 até 2010, como pode ser verificado na Tabela 4, a parcela de petróleo bruto comprado do continente africano no total das importações norte-americanas foi bastante expressiva, atingindo seu máximo no ano de 2007, quando o valor chegou a 27% das importações totais (OEC, 2014b).

A participação dos países do Golfo da Guiné, Angola, Camarões, Gabão, Guiné Equatorial, República do Congo, República Democrática do Congo e Nigéria, em conjunto, representaram uma média de 15% do valor total das importações norte americanas, de 2000 até 2014. A Nigéria se colocou como o principal país fornecedor do recurso energético para os estadunidenses, sendo a média de fornecimento entre 2000 e 2014 de 8,9%. Especialmente entre 2004 até 2010, os EUA compraram, em média, 11% de seu petróleo da Nigéria. Essa parcela não se encontrava muito inferior à média de grandes fornecedores e tradicionais parceiros estadunidenses, como a Arábia Saudita e o Canadá, os quais no mesmo período representaram 13% e 17%, respectivamente, das compras de petróleo bruto de Washington (OEC, 2014b).

Tabela 4 - Importações de petróleo bruto dos EUA provenientes dos países Golfo da Guiné (GG) em % do valor total importado pelo país em US\$: 2000 - 2014²⁰

	Nigéria	Angola	Gabão	RDC	Congo	Guiné Equatorial	Camarões	Total (GG)	Total África
2000	12,00	3,40	2,10	0,17	0,35	0,11	0,07	18,20	19,00
2001	9,90	3,70	2,00	0,15	0,47	0,47	0,05	16,74	18,00
2002	7,40	3,40	1,80	0,13	0,14	0,54	0,01	13,42	15,00
2003	9,10	3,90	1,80	0,08	0,26	0,75	0,16	16,05	19,00
2004	11,00	3,10	1,70	0,05	0,48	0,77	0,13	17,23	22,00
2005	12,00	4,20	1,70	0,06	0,73	0,74	0,01	19,45	25,00
2006	11,00	4,70	0,65	-	1,20	0,67	0,04	18,26	25,00
2007	12,00	4,60	0,91	0,01	1,10	0,53	0,03	19,19	27,00
2008	11,00	5,00	0,69	0,01	1,30	0,84	0,09	18,94	25,00
2009	9,00	4,40	0,67	0,15	1,40	1,20	0,03	16,85	23,00
2010	11,00	4,30	0,73	0,17	1,10	0,73	0,03	18,06	23,00
2011	8,90	3,60	1,20	0,15	0,58	0,30	-	14,73	19,00
2012	5,30	2,80	0,52	-	0,40	0,48	0,01	9,51	13,00
2013	3,50	2,80	0,34	-	0,27	0,27	0,03	7,21	9,50
2014	1,20	2,00	0,24	-	0,05	0,03	-	3,53	4,60

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Observatory of Economic Complexity (2000-2014b).

Observa-se que, a partir de 2012, as importações norte-americanas originárias tanto da África quanto do conjunto de países do Golfo da Guiné despencaram consideravelmente, passando o total de fornecimento de petróleo bruto africano de 19% em 2011, para 4% em 2014 (OEC, 2014b). Dessa forma, as estimativas do início dos anos 2000 de que, em 2015, os EUA importariam 25% do seu petróleo do continente africano não se realizaram. O motivo para o não cumprimento dessas previsões reside, em grande parte, no desenvolvimento tecnológico do fraturamento hidráulico. Essa inovação permitiu que os EUA passassem a produzir petróleo a partir do xisto, deixando de importar o produto de seus principais fornecedores africanos. A queda foi significativa: enquanto em 2007 eram adquiridos 2,4

²⁰ Os espaços da tabela que não apresentam dados, deixaram de ser preenchidos porque não constavam na fonte consultada, possivelmente por serem muito inferiores ao valor de 0,01% das importações estadunidenses.

milhões de barris de petróleo por dia dos países africanos, em 2014 esse volume caiu para 290 mil barris diários. (BRUNE, 2015).

Essa nova conjuntura modificou o padrão que havia se estabelecido nas últimas duas décadas, no qual os países africanos figuravam como grandes provedores de recursos energéticos para os EUA. Em junho de 2015, apenas Angola permanecia entre os dez maiores fornecedores de hidrocarbonetos para o mercado estadunidense. Ressalta-se que a partir de então, os indianos se tornaram os principais compradores do recurso nigeriano. Entretanto, o país asiático não chegou a tomar o lugar dos EUA em termos da proporção de petróleo comprado, principalmente em razão das refinarias dessa região serem constituídas para processar petróleo pesado. Os demais países do Golfo da Guiné também foram afetados pelas quedas das importações norte-americanas, que ocorreram em concomitância ao declínio dos preços do petróleo no mercado mundial. Consequentemente, as economias desses Estados foram afetadas, gerando interrupção nos investimentos em infraestrutura tanto dentro do setor energético, quanto fora dele (BRUNE, 2015).

3.2.2 Interesse da China no Golfo da Guiné

A África passou a figurar na agenda de política externa chinesa, inicialmente, no contexto da Conferência de Bandung, em 1955. Após esse evento, o relacionamento sino-africano se desenvolveu gradualmente, tendo em vista a importância que os chineses passaram a dedicar aos discursos e aos países do Terceiro Mundo, em oposição às superpotências. Até meados dos anos 1960, no âmbito da Guerra Fria e da independência dos países africanos, Pequim ofereceu auxílio e envolveu-se no apoio a alguns movimentos de libertação do continente. Com a Revolução Cultural, houve um período de retraimento da política externa em direção ao continente africano, a qual foi retomada no início dos anos 1970. Dessa forma, nota-se que o país asiático não é recém-chegado à África, embora seu envolvimento com esse território tenha se tornado mais intenso no final dos anos 1990 e ao longo dos anos 2000 (TAYLOR, 2006b).

Em 1989, após os incidentes da Praça da Paz Celestial, Pequim sofreu forte condenação dos países ocidentais, recebendo, em contrapartida, solidariedade de países do Terceiro Mundo. A partir desse evento, os chineses passaram a dar maior ênfase às relações com os países africanos. Essa reaproximação ocorreu em concomitância a reprodução do discurso ocidental em defesa da democracia liberal e dos direitos humanos, no início dos anos 1990. Ao passo que o conflito bipolar chegava ao fim, ocorria a terceira onda democrática na

África, ameaçando a posição de alguns líderes no continente. Esses, por sua vez, percebiam as críticas direcionadas aos seus governos como imposições dos valores ocidentais e como uma forma de imperialismo. Essa percepção ia ao encontro das crenças do país asiático, o qual se guiava pelos princípios da coexistência pacífica²¹, especialmente o de não interferência aos assuntos internos de outras nações. Assim, para os chineses, os direitos humanos estão antes relacionados com questões de direitos econômicos ou direitos pela subsistência, do que associados a direitos pessoais ou individuais. Foi esse tipo de entendimento que contribuiu, e segue contribuindo, para a aproximação entre líderes chineses e africanos (TAYLOR, 2006a, p. 939).

Entende-se que a forma como a China emprega a sua estratégia geoeconômica na África é caracterizada por diferentes linhas de compromisso e modos de governança. Em contrapartida às ações ocidentais, percebidas como mais rígidas, baseadas no emprego do livre mercado e da democracia liberal, as ações chinesas possuem características bem mais flexíveis. Assim, Pequim busca adaptar suas estratégias para que elas se enquadrem nos contextos específicos dos países africanos. Esse modelo, bem menos prescritivo, negocia os recursos e o acesso aos mercados através da cooperação com as elites governantes (CARMODY; TAYLOR 2011, p. 77). Além disso, Lai (2007, p. 525) ressalta que, não só a ligação entre China e África se apresenta desprendida de obstáculos ideológicos, mas também se encontra afastada do histórico de hostilidades que esse continente possui com os países ocidentais.

As últimas três décadas foram marcadas pelo o extraordinário crescimento econômico da China, o qual apresentou uma média anual de aproximadamente 10%. Tal desempenho foi acompanhado do aumento da demanda por produtos primários e novos mercados. Assim, exigiu-se a ampliação da presença do país ao redor do mundo, especialmente no continente africano, rico em recursos naturais. Anteriormente, em meados dos anos 1960, a China havia adquirido autossuficiência na produção do petróleo, após ter passado por um grave período de escassez, quando a União Soviética deixou de fornecer o produto no início daquela década. Essa autonomia perdurou até 1993, quando o país se tornou um importador líquido de petróleo, tanto em razão da exaustão de seus campos petrolíferos, quanto pelo crescimento acelerado. À vista disso, entre os anos 1995 e 2005, a demanda chinesa por petróleo dobrou: de 3,3 milhões de barris de petróleo diários, para 6,6 milhões de barris de petróleo diários

²¹ Os cinco princípios da coexistência pacífica: a) respeito mútuo pela integridade territorial; b) não-agressão; c) não interferência nos assuntos internos; d) equidade e benefício mútuo; e) coexistência pacífica. Esses princípios, que inicialmente fundamentavam as relações entre China e Índia, foram ampliados às relações com todos os países do Terceiro Mundo, após a conferência de Bandung (TAYLOR, 2006b, p. 18).

(HONG, 2007). Além disso, de 2000 até 2015, em média, o aumento da demanda por petróleo foi de 6% ao ano, sendo que em setembro de 2013, as importações líquidas de petróleo da China já superavam as dos Estados Unidos (BP, 2016).

Esse cenário de aumento de importações, somado ao imperativo de garantir o abastecimento do país, acabou tornando-se objeto de inquietação para os campos acadêmicos e políticos chineses. A partir disso, os governantes notaram a urgência em assegurar o fluxo de recursos energéticos e estruturar capacidades para que o país se inserisse no mercado global de petróleo. Como consequência dessas preocupações, Chen Jin Hua, ex-diretor do Comitê de Planejamento Nacional Chinês, anunciou que era necessário obter acesso aos campos de petróleo estrangeiros, o que seria a estratégia “*going out*”, cujos objetivos eram dois. O primeiro deles buscava incentivar as companhias de petróleo chinesas a seguir o caminho percorrido pelas grandes empresas internacionais, desenvolvendo participações na exploração do recurso. A segunda meta era de estabelecer companhias competitivas, as quais conseguissem disputar com grandes corporações, tanto na China quanto em outros locais do mundo. Esse plano contribuiria também para a exportação de equipamentos relacionados a exploração de petróleo e outros bens, promovendo o comércio bilateral entre Pequim e os países fornecedores do produto (HONG, 2007, p. 399-400).

Nesse contexto de busca por produtos primários, especialmente o petróleo, que as relações sino-africanas se intensificaram, ao longo dos anos 2000. A partir de 1999, os chineses passaram a importar mais de 20% do seu petróleo bruto dos países africanos. Em 2004, a proporção das importações desse continente chegou a 30%, alcançado o valor máximo de 33% no ano de 2007. Assim, os principais fornecedores de Pequim foram: Angola, Sudão e República do Congo, sendo que outros países como Nigéria, Gabão e Camarões também contribuíram, ainda que em menor expressividade, para o abastecimento de Pequim (OEC, 2016; BP, 2016). A crescente dependência nas importações de petróleo africano, portanto, evidencia que o continente passou a fazer parte da estratégia energética do país (HONG, 2007).

Essa aproximação e fortalecimento de laços sino-africanos se tornou fonte de atenção para os governos ocidentais. Passou a ser especulado que, conforme a busca chinesa por petróleo estrangeiro se tornasse mais intensa, o potencial de haver um choque de interesses entre o país asiático e os Estados Unidos também aumentaria. Consequentemente, afirmava-se que Pequim utilizaria todos os meios necessários para obter seus recursos energéticos, desestabilizando a ordem global e regional (LAI, 2007, p. 519).

Para Carmody e Taylor (2011, p. 79), entretanto, é preciso cautela ao realizar tais afirmações, uma vez que a expansão da China para a África ocorreu em concomitância a expansão desse país para outros locais do mundo. Ainda assim, é notável o fato de Angola ter assumido o papel de um dos maiores fornecedores de petróleo para a China nos últimos anos. Dada a proporção de petróleo bruto africano importado pelos chineses, pode-se dizer que essa região se tornou estrategicamente muito mais importante para a China, do que para os estadunidenses (CARMODY; TAYLOR, 2011, p. 79). Nesse sentido, Ian Taylor (2006a) argumenta que a diplomacia do petróleo exercida pela China na África apresenta dois objetivos principais:

No curto prazo, assegurar o fornecimento de petróleo para auxiliar na crescente demanda doméstica da China; no longo prazo, posicionar a China como um ator global no mercado internacional do petróleo. Energeticamente perseguindo esses objetivos enquanto joga com a histórica suspeita dos líderes africanos frente às intenções ocidentais, é como Pequim geralmente emprega sua diplomacia do petróleo no continente. (TAYLOR, 2006a, p. 938, tradução nossa.)²²

A estratégia chinesa pretende encorajar a compra de recursos energéticos estrangeiros através de contratos de longo prazo, bem como através da compra de ativos de indústrias petrolíferas internacionais. Nesse sentido, uma das vantagens desse país na África está relacionada ao fato de que suas companhias são estatais. Por essa razão, elas conseguem cobrir os lances de outros competidores nas licitações concedidas pelos governos africanos, se dispondo a pagar possíveis revezes (TAYLOR, 2006a, p. 941).

A busca pelo acesso a fontes de petróleo vai além de questões de segurança energética, possuindo intenções a longo prazo. Isso porque, ainda com o aumento das atividades no exterior, Pequim dificilmente conseguiria alimentar toda a demanda do país. Então, essa ascensão da diplomacia do petróleo, de acordo com Taylor (2006b, p. 943), possui o propósito de situar o país no comando dos recursos petrolíferos, controlando-os diretamente em suas fontes e possibilitando a manipulação dos preços futuros.

Entre os anos 2000 e 2014, a África forneceu em média 26% do petróleo bruto importado pela China, como pode ser observado na Tabela 5. Os países do Golfo da Guiné, especificamente, contribuíram, no mesmo período, com uma média de 19% das importações do país asiático. Entre eles, Angola exerceu um papel central, se colocando como o segundo

²² No original: “In the short term, to secure oil supplies to help feed growing domestic demand back in China; and in the long term, to position China as a global player in the international oil market. Energetically pursuing these aims while playing on African leaders’ historic suspicion of western intentions is how Beijing generally engages in its oil diplomacy on the continent.”

maior fornecedor de petróleo bruto para a China no mundo, ficando marginalmente atrás da Arábia Saudita. Por sua vez, a média de fornecimento anual foi de 13%. Outros países da região, embora com menor expressividade, contribuíram também para o abastecimento de Pequim como República do Congo, Guiné Equatorial, Nigéria, Camarões e Gabão (OEC, 2014a).

Tabela 5 - Importações de petróleo bruto da China provenientes do Golfo da Guiné (GG) em % do valor total importado pelo país em US\$ de 2000 – 2014:

	Nigéria	Angola	Gabão	RDC	Congo	Guiné Equatorial	Camarões	Total GG	Toda África
2000	1,80	12,00	0,53	-	1,90	1,70	0,73	18,66	22,00
2001	1,30	6,00	0,21	-	0,99	3,60	1,10	13,20	21,00
2002	0,78	9,70	-	-	1,70	2,90	0,62	15,70	22,00
2003	0,17	12,00	0,31	-	3,80	1,70	0,34	18,32	26,00
2004	1,20	14,00	0,35	-	4,00	2,80	0,14	22,49	30,00
2005	1,00	14,00	-	-	4,00	2,80	-	21,80	30,00
2006	0,33	16,00	0,64	-	3,70	3,70	-	24,37	32,00
2007	0,66	16,00	0,49	-	3,30	2,00	-	22,45	33,00
2008	0,20	17,00	0,65	-	2,60	1,60	0,25	22,30	30,00
2009	0,78	16,00	0,10	-	1,90	1,10	0,27	20,15	32,00
2010	0,62	17,00	0,18	-	2,10	0,37	0,15	20,42	26,00
2011	0,41	12,00	0,06	0,15	2,10	0,71	0,18	15,61	23,00
2012	0,41	15,00	0,12	0,32	1,90	0,75	0,21	18,71	24,00
2013	0,45	14,00	0,17	0,40	2,40	0,87	-	18,29	23,00
2014	0,66	13,00	0,50	0,34	2,20	1,10	0,22	18,02	22,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Observatory of Economic Complexity (2000-2014a).

Segundo Zhao Hong (2007, p. 405) a estratégia energética da China na África ocorre através da combinação da diplomacia com negócios e da incorporação do petróleo em um sistema amplo de comércio. A combinação da diplomacia com negócios compreende o fornecimento de investimentos às companhias petrolíferas chinesas, para que elas possam investir nos países africanos. Além disso, também incorpora o financiamento de projetos de

infraestrutura e auxílio aos países produtores de petróleo, frequentemente fornecendo empréstimos que são garantidos pelo produto. Nesse sentido, a atuação do Banco de Exportação e Importação chinês, o Banco EXIM, possui um papel central no fornecimento de crédito aos países africanos, especialmente os produtores de petróleo. Já em 2006, o total de empréstimos fornecidos aos países africanos era de 12,5 bilhões em desenvolvimento de infraestrutura, sendo Angola e Nigéria, junto com Sudão e Zimbábue, os principais receptores nessas negociações.

A estratégia de incorporar o petróleo em um sistema amplo de comércio foi delineada pelo governo chinês como uma forma de compensar a sua desvantagem frente aos antigos atores no continente, como os EUA e países europeus. Logo, mais do que apenas considerar o continente africano como uma fonte de matérias primas e recursos energéticos, pretendia-se incrementar o comércio bilateral, o que de fato ocorreu. À vista disso, quando as companhias chinesas passaram a empreender a sua estratégia *going out* na África, objetivaram que ambos os lados fossem beneficiados, com Pequim investindo na diversificação das trocas estabelecidas, para além do fornecimento de petróleo apenas (HONG, 2007, p. 406).

Deve-se pontuar que as Companhias Nacionais de Petróleo chinesas (CNP's) são importantes intermediários desse país no continente africano. Assim, as principais corporações são: a *Chinese National Overseas Oil Corporation* (CNPC), a *China Petrochemical Corporation* (SINOPEC) e a *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC). Hong (2007, p. 401) chama a atenção para o fato de que foram as próprias companhias nacionais chinesas que tomaram a decisão inicial de investir na exploração e produção no exterior. Assim, a CNPC foi a primeira a se expandir, no final dos anos 1980, indicando que a internacionalização de suas operações era uma de suas estratégias de longo prazo. No final dos anos 1990, essa mesma companhia orientou sua estratégia "*going out*" para a África. Entende-se que a política externa chinesa em direção à África foi, desde então, intimamente ligada aos objetivos da companhia estatal CNPC, no seu empenho em acessar o petróleo do continente.

Entre os países do Golfo da Guiné, Angola foi o que desenvolveu laços mais expressivos com a China. As relações diplomáticas entre ambos tiveram início em 1983; em seguida, na década de 1990, as visitas de alto nível tornaram-se frequentes entre os líderes desses Estados (LAI, 2007, p. 525). Ao mesmo tempo em que a China lançou sua política de expansão em busca de novos mercados, Angola encontrava-se saindo de um longo período de guerra civil. Nesse sentido, as ofertas de empréstimos chineses chegaram em um momento oportuno. Além da necessidade de reconstruir o país, os angolanos enfrentavam dificuldade

em obter fontes de financiamento externo, uma vez que a maioria delas exigia que o país se adequasse aos padrões do Fundo Monetário Internacional (FMI) para que tal auxílio fosse concedido (ALVES, 2010, p. 4).

Nesse contexto, em que o país africano necessitava reconstruir seu território e Pequim procurava novos parceiros, as relações sino-angolanas evoluíram rapidamente. Em alguns anos, os chineses alcançaram uma posição de destaque na economia angolana, se colocando como o seu maior parceiro comercial. Além disso, o país asiático se tornou fonte de financiamento e o maior agente nos projetos de reconstrução do país. Apesar de não ser tão perceptível em um primeiro momento, Alves (2010, p. 4) afirma que o petróleo permeia todos os aspectos do envolvimento chinês em Angola. Além de ser o principal produto comercializado entre os países, os empréstimos fornecidos por Pequim são geralmente garantidos pelo petróleo, com a maior parte dos investimentos chineses dedicados a essa indústria.

Assim, em 2003, Pequim ofereceu um empréstimo concessional ao governo angolano, o qual tinha como propósito financiar o programa de infraestrutura do país. Posteriormente, o Banco EXIM concedeu três linhas de crédito à Luanda, entre os anos de 2004 e 2007, somando o valor de 4,5 bilhões de dólares. Esse acordo oferecia termos mais vantajosos do que os empréstimos comerciais, como taxas de juros e condições de pagamento, o qual deveria ser realizado parcialmente através do petróleo. Inicialmente, o acordo era de que fossem concedidos 10 mil barris diários; entretanto, esse valor quadruplicou em 2009. O contrato estava associado a aquisição de produtos e a participação das empreiteiras chinesas nos empreendimentos, porém não havia condições relacionadas a questões como transparência e democracia (ALVES, 2010, p. 6).

Além desses empréstimos, outra linha de crédito de um fundo privado chinês baseado em Hong Kong - China International Fund – foi concedida em 2004, fornecendo 2,9 bilhões de dólares, entre 2005 e 2007. Essa linha de crédito, a qual foi contratada de forma semelhante à do Banco EXIM, também era garantida pelo petróleo, sendo direcionada a projetos de infraestrutura sob o Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN). Esses projetos compreendiam a reabilitação de três estradas de ferro, o novo aeroporto internacional e projetos habitacionais (ALVES, 2010, p. 6)

Recentemente, a combinação da crise econômica global - a qual dificultou a diversificação de fundos para Angola - com a necessidade do país em dar continuidade aos projetos de infraestrutura, posicionaram Pequim numa situação vantajosa para fortalecer sua presença. Assim, em 2009, três novas linhas de crédito foram assinadas: do Banco EXIM, de

6 bilhões de dólares; do Banco Industrial e Comercial da China (ICBC, sigla em inglês) de 2,5 bilhões de dólares; e do Banco de Desenvolvimento Chinês (CDB, sigla em inglês), de 1,5 bilhões de dólares. Das três, apenas a fornecida pelo CDB não foi garantida pelo petróleo e se destinou ao setor agrário. Diferentemente, a maioria dos empréstimos pelo EXIM Bank e pelas linhas de crédito ICBC são asseguradas pelo petróleo. Cada uma, respectivamente, foi acordada por 100 mil e 40 mil de barris de petróleo diários, sendo esses empréstimos direcionados a obras de infraestrutura (ALVES, 2010, p. 6)

Em relação aos investimentos das companhias nacionais de petróleo chinesas em Angola, a Sinopec foi a pioneira, iniciando seus investimentos em julho de 2004, quando adquiriu 50% do Bloco 18, operado pela empresa britânica BP. A partir disso, a Sonangol Sinopec Internacional (SSI) foi criada para administrar esse bloco, sendo uma *joint venture* entre Sinopec, Dayuan International Development Ltd., e a Sonangol China, cada uma delas com respectivamente 55%, 31,5% e 13,5% de participação. A operadora BP Angola e a SSI informaram que a área de desenvolvimento “*Greater Plutonio*” no Bloco 18 iniciaria sua produção em outubro de 2007 (VINES et al, 2009, p. 42).

Nas rodadas de licitação seguintes, entre os anos de 2005 e 2006, a Sinopec continuou a expandir seus investimentos, aproveitando-se também da posição de privilégio que possuía frente a elite angolana. Em 2006, a SSI obteve a participação em alguns dos blocos de águas profundas mais disputados, adquirindo 20% do bloco 15/06; 27,5% no bloco 17/06; e 40% no bloco 18/06. Especula-se que a China teria oferecido 2,2 bilhões de dólares pela aquisição dos blocos 17/06 e 18/06, sendo o valor pago pelo bloco 15/06 ainda desconhecido. Os lances oferecidos por essa rodada de negociações foram um dos mais altos já pagos por áreas de produção de petróleo em todo o mundo (ALVES, 2010, p. 6). Quando houve a compra, a SINOPEC acreditava que esses blocos possuíam 1,5 bilhões de barris de petróleo em reservas (VINES et al, 2009, p. 43).

Demonstrando determinação em consolidar sua participação no setor petrolífero angolano, a SINOPEC tem, desde então, perseguido estratégias mais focadas no mercado para expandir seus recursos petrolíferos no país. Assim, em julho de 2009, essa companhia em conjunto com a CNOOC fechou um acordo com a Marathon Oil para que fossem adquiridos 20% da participação no Contrato de Partilha de Produção e Acordo de Operação Conjunta do Bloco 32, por 1,3 bilhões de dólares (VINES et al, 2009, p. 46).

Em razão das ações realizadas pelas companhias chinesas, pode-se imaginar, em um primeiro momento, que elas estejam dominando o setor petrolífero angolano. Entretanto, a SINOPEC ainda se encontra numa posição secundária dentro desse setor, quando comparada

com as grandes empresas ocidentais já consolidadas no país. Ainda assim, houve avanços significativos desde a metade dos anos 2000, quando são considerados os fatos de que a companhia chinesa não possuía conhecimentos sobre perfurações em águas profundas e se encontra há pouco tempo – comparativamente – no mercado angolano. Portanto, a SINOPEC ainda possui um caminho longo pela frente para consolidar sua posição na indústria, dado que suas áreas de exploração ainda são pequenas e a maioria de seus ativos estão no início da produção (ALVES, 2010, p. 8).

Os demais países do Golfo da Guiné fornecem uma fração pequena de petróleo para a China, especialmente quando comparados às quantias ofertadas por Angola. Não obstante, as companhias chinesas avançam gradualmente nesses países, sem oferecer riscos às multinacionais já estabelecidas. Nesse sentido, o Gabão também se tornou fonte de investimentos do país asiático. Assim como em Angola, a SINOPEC é a principal companhia chinesa operando no território gabonense, possuindo blocos de exploração e participando conjuntamente de processos de exploração e produção. Estão presentes duas subsidiárias: a Sino-Gabão Petróleo e Gás, estabelecida em março de 2005, e que em conjunto com Transworld, conduz a exploração do Bloco Salsich; e a *Sinopec International Petroleum Service* (SIPSC, sigla em inglês), a qual, por sua vez, tem conduzido o trabalho de exploração para a Sino-Gabão Gás e Petróleo²³ (JANSON et al, 2009, p. 16).

A SINOPEC possui joint ventures em duas concessões *onshore*: a de Ozigo e a de Awoun, ambas contendo petróleo pesado. A Shell Gabão é a operadora em ambas, sendo que na de Ozigo, a Sinopec possui 5,75%, a Shell Gabão tem 44, 25% e a Amerada Hess 50%. Por sua vez, no depósito de Awon as participações estão distribuídas na seguinte proporção: a Shell Gabão, 40%, Addax 40% e Sinopec 20%. Em ambas, a Sinopec entrou na joint venture após o petróleo já ter sido descoberto. Dessa forma, também no Gabão, nota-se que a presença chinesa no setor petrolífero permanece limitada. As companhias já estabelecidas, como a Shell e a Total continuam dominando o setor. Nesse sentido, a Shell opera o maior depósito de petróleo do país, o Rabi-Kunga, que produz 150 mil barris diários, representando quase a metade da produção total gabonense (JANSON et al, 2009, p. 17).

²³ Os Blocos da Sinopec são Lotus, GT-Est e DT-Est. A Sinopec recebeu o direito de explorar o bloco Lotus, localizado no Parque Nacional de Loango, onde a empresa iniciou suas pesquisas sísmicas. Entretanto, a avaliação do impacto ambiental, realizado por uma empresa holandesa não foi aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente, antes que os estudos fossem iniciados. Em razão do parque abrigar animais e plantas raras, o ministério não autorizou a exploração. O estudo foi repetido, em conjunto com a EnviroPass e a organização gabonense da WWF. Eles retomaram as atividades e estão, atualmente, explorando petróleo no Loango National Park.

Ainda que a Nigéria seja o maior produtor de petróleo da região, o seu fornecimento para a China é muito pequeno, ficando abaixo de 1% do total de importações de petróleo bruto do país asiático. Ainda assim, esses países construíram um longo relacionamento comercial. Na primeira metade dos anos 2000, o comércio bilateral alavancou, passando de 348 milhões de dólares em 1998, para 3 bilhões de dólares em 2006. Tendo em vista o volume populacional nigeriano, Pequim almeja ganhar espaço nesse mercado para a venda de seus produtos. Além disso, contratos significativos foram assinados com as empresas chinesas: um acordo com Lagos para a construção de uma zona de livre comércio na cidade, e contratos para a construção de infraestrutura dos jogos africanos, que ocorreram na Nigéria em 2003 (VINES et al, 2009, p. 10).

Em relação aos investimentos diretamente relacionados ao petróleo, a companhia chinesa CNPC recebeu quatro blocos, dois no Delta do Níger (OPLs 471 e 298) e outros dois na Bacia do Chade (OPLs 732 e 721). Como esses blocos não haviam sido adquiridos pelos chineses na licitação de 2005, em troca, a companhia se comprometeu a investir dois bilhões de dólares na refinaria de Kaduna, a qual já se encontrava bastante obsoleta. Em março de 2006, a Sinopec recebeu permissão para ser operadora do Bloco 2 como a maior acionista, com 28,67% de participação (VINES et al, 2009, p. 16).

Em razão da ampliação da presença das Companhias Nacionais de Petróleo chinesas nos países africanos, emergiram preocupações de diversos atores internacionais, especialmente Estados Unidos e Europa. A crescente proximidade entre África e China é percebida como prejudicial aos interesses e influências de outros países e empresas no continente. Nesse sentido, usualmente a percepção sobre a diplomacia do petróleo chinesa na África, se dividem em dois pontos de vista. O primeiro deles, percebe que as companhias têm sido predominantes na competição pelo acesso ao petróleo africano. Isso seria consequência de uma estratégia altamente coordenada pelo governo chinês, o qual busca garantir que a demanda crescente por petróleo seja satisfeita. O segundo, aponta que a estratégia de Pequim vai além de apenas assegurar o petróleo para os mercados chineses: ela também seria uma forma de prejudicar os esforços norte-americanos e europeus em manter condições equitativas para os investidores estrangeiros, promover a boa governação e punir regimes que violam os direitos humanos (DOWNS, 2007, p. 42).

Entretanto, Downs (2007, p. 42-43) sustenta que as Companhias Nacionais de Petróleo chinesas não atuam de forma a impedir ou restringir o acesso ao petróleo africano, influenciadas por determinações governamentais. Para a autora, em alguns casos há exagero na percepção do quanto essas companhias estão envolvidas na África e na sua capacidade de

induzir mudanças nas estruturas estabelecidas pelos governos ocidentais e instituições financeiras internacionais. Assim, como se percebe através da atuação chinesa ainda - relativamente - pequena em alguns países do Golfo da Guiné, ressalta-se que as aquisições das companhias do país asiático são discretas tendo em vista a competição rígida pelo acesso ao petróleo do continente.

Tanto a China quanto os EUA atribuem o acesso ao petróleo africano como um meio de garantir a segurança energética. Oliveira L. (2007, p. 111), nesse sentido, define que o estado de segurança energética seria atingido quando um país conseguisse produzir sua energia, seja elétrica ou combustível, a partir de fontes variadas e através dos recursos energéticos próprios, localizados dentro de suas fronteiras. Essa situação, no entanto, dificilmente é alcançada, uma vez que a maioria dos países necessita importar – ao menos parte – de suas fontes energéticas. Dada essa realidade, parte-se então para o objetivo de diversificar a origem desses recursos, de modo que o seu fluxo não seja interrompido, seja, por exemplo, pelo estrangulamento das vias de transporte, ou por instabilidades nos locais de fornecimento, como conflitos ou embargos.

A partir do exposto, nota-se que a forma como esses dois países se inserem na região apresenta distinções. Os EUA atuam através das companhias privadas de petróleo, principalmente a Exxon Mobil e a Chevron, que já se encontram consolidadas nos principais produtores de petróleo da região. Além disso, se fazem presentes no âmbito militar, através do treinamento de tropas, venda de armamentos e apoio às forças militares na região. A criação do AFRICOM evidencia esse traço da atividade dos EUA na África. Ressalta-se também que o lobby de grupos internos impulsionou os norte-americanos a buscarem o petróleo do Golfo da Guiné, pelas suas características adequadas às refinarias do país ocidental.

A China, por outro lado, insere-se na região através de suas companhias nacionais. Nota-se que esses atores não se colocam como competidores das multinacionais já estabelecidas no GG, procurando, inclusive, estabelecer parcerias com essas empresas. Além disso, diferentemente dos EUA, o país asiático fornece auxílio técnico e promove trocas comerciais, agradando os governantes africanos e construindo uma imagem mais amigável do que a estabelecida pelos países ocidentais. Dessa forma, as relações sino-africanas são usualmente classificadas como mutuamente benéficas, sem a conotação de exploração que por vezes acompanha a presença estadunidense no continente.

3.3 A COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ (CGG): TENTATIVA DE COOPERAÇÃO REGIONAL

Os integrantes da sub-região do Golfo da Guiné compartilham responsabilidades e desafios que vão além da exploração dos recursos naturais, compreendendo também questões relacionadas aos transportes, à comunicação e ao desenvolvimento científico. Nesse sentido, Joveta José (2011, p. 251) salienta que a idealização da Comissão do Golfo da Guiné (CGG) foi uma forma de reconhecer que a formulação de organizações regionais e sub-regionais “constituem os elos essenciais para uma África íntegra e solidária”. Em linhas gerais, a CGG foi criada tanto para gerenciar os recursos naturais da região, principalmente o petróleo, quanto para a solução de controvérsias, de modo a garantir a paz entre seus membros.

Nesse sentido, a instituição faz-se necessária para mediar a exploração das riquezas, uma vez que muitos delas se localizam em zonas de fronteira e tornam-se motivos de disputa entre os países da região. Além disso, é um meio para estimular a cooperação, captar recursos e desenvolver tecnologia em conjunto, não só para a exploração, mas também para a proteção do petróleo existente na costa. Apesar de existir há quase duas décadas, apenas em 2015 que as relações entre a CGG e a Comissão da União Africana foram formalizadas, no âmbito do Tratado da CGG e da Estratégia Marítima Integrada da União Africana para 2050 (THE RELATIONSHIP..., 2015).

A Comissão do Golfo da Guiné (CGG)²⁴ foi idealizada, inicialmente, pela Nigéria em novembro de 1999. O tratado que inaugurou a organização apenas foi assinado em 2001, por cinco países da sub-região: Angola, Gabão, República do Congo, São Tomé e Príncipe e Nigéria. Após alguns anos, os outros três integrantes se uniram à organização: em 2006, Guiné Equatorial e em 2008 República Democrática do Congo e Camarões. Essa iniciativa, portanto, se estabelece como uma plataforma para favorecer a cooperação e o desenvolvimento de seus integrantes. Além disso, visa a prevenção de conflitos, gestão das fronteiras e, especialmente, auxiliar na exploração dos recursos naturais que se encontram em áreas de sobreposição das Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE) dos países membros (CGG, 2001).

Ao analisar o tratado constitutivo da iniciativa, observa-se que entre os principais objetivos descritos estão os de promoção à paz e à segurança, o fomento da exploração dos

²⁴ Gilberto Verissimo (2015), considera que os países fundadores da Comissão do Golfo da Guiné adotam uma visão geológica da região para fundamentar o conjunto de seus membros. Portanto, entende-se que os países pertencentes são aqueles que possuem reservas de hidrocarbonetos em seu território.

recursos naturais, de modo que eles assegurem o desenvolvimento econômico dos integrantes, e o desenvolvimento de políticas conjuntas em relação à migração. Os princípios estabelecidos pela Comissão, de modo semelhante àqueles compreendidos no Ato Constitutivo da União Africana, são relacionados a defesa da não ingerência aos assuntos internos dos Estados membros, a solução pacífica de conflitos e a manutenção das fronteiras como elas se apresentavam no momento das independências (CGG, 2001).

O órgão supremo concebido pela Comissão, denominado Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, previa que ocorressem reuniões anuais, em sessões ordinárias, e reuniões em sessões extraordinárias, as quais poderiam ser convocadas a qualquer momento. Além dessa determinação, foi acordado que o processo decisório seria realizado através de consenso, ou pela maioria de dois terços dos Estados presentes. Os demais órgãos criados foram: o Conselho de Ministros, o Secretariado e o Mecanismo Arbitral “ad hoc”.

Ainda que tenham sido previstos encontros anuais, desde a criação da CGG ocorreram apenas três reuniões de cúpula. A I Cúpula de chefes de Estado e de governo ocorreu em agosto de 2006, em Libreville, na República Gabonesa. A partir de então, a Guiné Equatorial passou a integrar a iniciativa, através da decisão do presidente Obiang Nguema. Na ocasião, também foram deliberadas questões que estruturavam o órgão, como a composição do seu secretariado, e Angola foi escolhida como sede para abrigar a Comissão (CGG, 2006). Ademais, o governo angolano, demonstrando a importância que concede à região, dispôs-se a fornecer o orçamento ao longo do primeiro da organização²⁵, além de outros recursos que fossem necessários para contribuir com o seu funcionamento (JOSÉ, 2011, p. 250).

A II Cúpula da CGG ocorreu na cidade de Luanda, em novembro de 2008, quando se tornaram membros a República do Camarões²⁶ e a República Democrática do Congo. Na ocasião, José Eduardo dos Santos, presidente de Angola, foi escolhido para também presidir a Comissão, substituindo o seu homólogo gabonês, El-Hadj Omar Bongo Ondimba. Durante esse encontro foi discutida a necessidade de realizar uma conferência sobre os aspectos de defesa e segurança no Golfo da Guiné e reconhecidos os esforços para a retomada da paz na República Democrática do Congo. Além disso, foram analisados os efeitos da crise financeira internacional e da queda dos preços do petróleo nos países da sub-região (CGG, 2008).

Após cinco anos houve a terceira conferência, realizada em agosto de 2013, na cidade de Malabo, na Guiné Equatorial, quando foi nomeado Obiang Nguema Mbasogo como o

²⁵ A organização se tornou funcional a partir do ingresso da República Gabonesa, no ano de 2006.

²⁶ Atribui-se que a entrada de Camarões na organização está relacionada a solução do conflito na península de Bakassi.

presidente em exercício da CGG. Em ambas as cúpulas, os líderes dos países emitiram discursos favoráveis a continuação do órgão, preocupações frente a queda dos preços de petróleo e perspectivas de cooperação e apoio econômico aos membros mais frágeis da sub-região. Além disso, também foram tratados de assuntos securitários, como os riscos relacionados ao aumento das ameaças nos mares, especificamente quanto o aumento da pirataria na região (CGG, 2013).

Existem diversos desafios em comum enfrentados por esses países, cuja solução pode ser orquestrada utilizando como apoio a Comissão do Golfo da Guiné. Entre eles, há a controvérsia relacionada a demarcação das fronteiras marítimas. Quando a Organização da Unidade Africana, no momento de sua criação, na década de 1960, definiu que as fronteiras dos países deveriam ser aquelas estabelecidas no momento de suas independências, não houve a consideração de que os limites dos mares não estavam demarcados ainda. No momento em que ocorrem novas descobertas de depósitos de hidrocarbonetos nessas áreas, usualmente há contestação sobre qual país possui os direitos de exploração, já que há sobreposição dos limites. Assim, as zonas em discussão se localizam: entre a Nigéria e Camarões, em relação a península de Bakassi; entre Guiné Equatorial e Camarões, em relação a uma ilha do Rio Ntem; e entre Gabão e Guiné Equatorial, em relação a Ilha Mbane e as fronteiras da Bahia de Corisco (UKEJE, ELA, 2013, p. 18).

Outro desafio, compreendido nas bases do tratado da CGG, se encontra na realização da prospecção de petróleo de uma forma benéfica para todos os países da região. Assim, pretende-se que a exploração em um local não ocasione danos ambientais em outro país, em razão do movimento das marés, por exemplo (VERÍSSIMO, 2015). Além disso, Barros (2004, p. 71), sugere que os países do Golfo da Guiné necessitam desenvolver, em conjunto, uma política do petróleo formulada no nível regional. Através dessa ação, alguns benefícios poderiam ser atingidos, ao fazer uso das vantagens econômicas da venda de petróleo ou dos fluxos de investimentos externos diretos para o setor energético. Isso poderia ser realizado por meio da elaboração de projetos em comum, como a criação de fundos especiais, harmonização das políticas petrolíferas e assinatura de tratados de comércio. Ainda, a construção de uma política regional de petróleo incluiria a necessidade de defender interesses em comum frente às grandes companhias multinacionais.

Apesar de existirem diversos âmbitos nos quais a cooperação poderia ser desenvolvida, desde a sua criação, a CGG permanece num estágio inicial, sem conseguir implementar ações efetivas. Gilberto Veríssimo (2015), secretário-executivo adjunto da Comissão do Golfo da Guiné, aponta que a região constitui uma “cintura fragmentada” onde

os Estados encontram dificuldades para articularem-se tanto nas esferas políticas, quanto econômicas. Os motivos para a existência desse quadro se encontram tanto na ausência de uma liderança que promova a agregação dos países, quanto na desconfiança existente entre os membros da iniciativa. Assim, para que a organização evolua, esses são pontos a serem superados. Nesse sentido, não só Nigéria e Angola são indicados como atores que poderiam exercer esse papel de liderança, mas também Guiné Equatorial, cuja abundância de recursos poderia ser empregada no financiamento da organização. Esse seria um triângulo de Estados que teria a capacidade de dar continuidade e alavancar o processo.

Ao avaliarem a Comissão do Golfo da Guiné, Charles Ukeje e Wullson Mvomo Ela (2013, p. 36-37) observam que há interesse dos países em ampliar sua atuação, especialmente nas esferas de cooperação marítima e mobilização inter-regional entre a África Ocidental e a África Central. Entretanto, os esforços não avançam, em grande parte, porque enfrentam obstáculos relacionados à sobreposição de diferenças geopolíticas, cujas raízes se encontram no histórico estabelecido entre essas duas regiões. Assim, como já assinalado por Veríssimo (2015), os pesquisadores afirmam que a primeira dificuldade se encontra na desconfiança direcionada à liderança da Nigéria. Em razão de seu tamanho populacional, econômico e potencial militar frente aos outros integrantes da Comissão, esse país é visto com suspeita. Entre os membros francófonos da região, há resistência em permitir a regionalização das decisões securitárias, justamente pelo receio de que os nigerianos dominem e coordenem as políticas de modo que beneficiem suas próprias ambições na região. Na perspectiva da Nigéria, também há inquietações. Apesar de não haver referências diretas sobre essa questão, o país se preocupa com o fato de discutir ou deliberar sobre as dimensões securitárias do Golfo da Guiné, justamente por colocá-la em destaque em relação aos seus próprios problemas de segurança domésticos (UKEJE, ELA, 2013, p. 36-37).

Além dessas dificuldades, entre os motivos pelos quais os tratados não se materializam, aponta-se a característica dos chefes de Estados e de governo africanos, os quais, nas reuniões de cúpula, dificilmente expõe seu desacordo com alguma decisão. Assim, quando saem das conferências, os acordos não são colocados em prática justamente porque não há debate suficiente. Outro empecilho que contribui para a estagnação da organização é o pagamento das quotas, parcialmente interrompido por alguns países membros nos últimos anos, em razão da queda internacional dos preços do petróleo. Assim, a responsabilidade pelo orçamento da organização acaba sendo depositada nos países maiores, como Angola e Nigéria (VERÍSSIMO, 2015).

Com o crescimento da demanda por comprometimento regional, para que coletivamente se solucionem problemas e ameaças em comum, os países começam a perceber a necessidade de maior ação coletiva e coordenação sob a égide da CGG. Ademais, enquanto ainda se acredita que ocorrerão disputas fronteiriças, as quais podem se multiplicar com a descoberta de novos depósitos de hidrocarbonetos em áreas de águas profundas ainda não demarcadas, o incentivo para a cooperação tem intensificado. No futuro, a Comissão do Golfo da Guiné pode se tornar a instituição foco para alavancar as vantagens comparativas de maneiras que podem contribuir significativamente para o desenvolvimento de quadros de segurança marítimos efetivos, bem como uma política do petróleo comum (UKEJE, ELA, 2013, p. 36).

Apesar de quase duas décadas de existência, evidencia-se que a Comissão do Golfo da Guiné não possui poder efetivo e encontra muitos obstáculos relacionados às questões financeiras e de adesão dos países às deliberações realizadas nas reuniões de cúpula. As dificuldades em dar prosseguimento às proposições da CGG não são exclusivas a essa organização, também sendo notadas em outros processos de integração no continente africano. Nesse sentido, evidencia-se que os desafios encontrados residem na desconfiança entre os países, na falta de complementaridade entre as economias, e nas suas assimetrias. Além disso, há uma percepção diferente quanto aos benefícios que essa instituição pode trazer aos seus membros, já que há a suspeita de que possa fortalecer ainda mais países já predominantes na região, como Nigéria e Angola (QOBO, 2007).

3.4 IMPLICAÇÕES SECURITÁRIAS REGIONAIS

Frequentemente, sugere-se que a presença de petróleo está vinculada a ocorrência de conflitos, motivados principalmente pelo controle do recurso e dos ganhos provenientes de sua comercialização. De fato, os países produtores de petróleo aparentam possuir uma propensão maior a disputas armadas, ainda que seus gastos com forças de segurança sejam maiores em comparação com outros países em desenvolvimento (PAES, 2004).

À vista disso, nesta seção do trabalho, pretende-se investigar de que maneira a existência desse recurso nos países do Golfo da Guiné está associada, ou não, aos conflitos armados da região. Para tanto, em primeiro lugar, realiza-se uma revisão da literatura sobre recursos naturais e a ocorrência de conflitos, privilegiando as análises que discutem especificamente a atuação do petróleo. Em seguida, são examinados os principais conflitos contemporâneos na região, para assim avaliar qual o papel do hidrocarboneto em cada um

deles. Enfatiza-se que, apenas a existência de reservas energéticas em uma região não é um fator automaticamente gerador de conflitos armados ou de disputas entre os países. Entretanto, algumas características do petróleo, em conjunto com as particularidades apresentadas por esses países, configuram um cenário que aumenta a probabilidade de conflitos.

3.4.1 A Correlação entre Petróleo e Conflitos

Até o final da Guerra Fria, as teorias que buscavam explicar a ocorrência de guerras nos países africanos enquadravam as hostilidades no contexto da competição entre as superpotências, sendo que muitas delas eram explicadas através do conceito de guerra por procuração. Como o desfecho do confronto bipolar não foi acompanhado da redução dos conflitos na África Subsaariana, outras abordagens emergiram para analisá-los. Uma das interpretações que se tornou bastante conhecida, introduzida por Paul Collier (2000), utilizava variáveis econômicas para compreender os eventos conflituosos, demonstrando que muitas deles eram motivadas por uma sobreposição de interesses econômicos (*greed*) e exigências sociais (*grievance*)²⁷ (PAES, 2004, p. 87; COLLIER, 2000, p. 4).

O debate sobre a relação dos recursos naturais como motivação para conflitos passou a ser influenciado pela perspectiva apresentada por Collier (2000). Assim, os interesses econômicos estão associados à ganância, tanto de atores internos, quanto de atores externos, em relação aos lucros provenientes da exploração dos recursos. Como esses ganhos concentram-se nas mãos do governo, usualmente os grupos que empreendem na luta armada objetivam derrubá-lo para obter controle do poder central, tomando para si o acesso a essas riquezas. Por outro lado, as exigências sociais estão relacionadas a situações em que a população residente em áreas produtoras de recursos se sente injustiçada por não receber os benefícios provenientes da extração. Nesses casos, além da população sofrer com as consequências ambientais da produção, geralmente não são repassados recursos suficientes para que essas adversidades sejam compensadas. Portanto, essa motivação usualmente origina movimentos com objetivos separatistas. Apesar das motivações por interesses econômicos ou

²⁷ A investigação de Paul Collier, que analisou 47 guerras civis, entre 1965-1999, se opôs a maioria das outras pesquisas sobre esse assunto, uma vez que argumentava não existir conexão entre fatores como falta de democracia, desigualdade e diversidade étnica no risco de conflitos armados. Para o autor, a correlação significativa era a estabelecida entre a dependência de exportações de produtos primários e a ocorrência de guerras. Justifica-se que, pelo fato de alguns recursos naturais serem mais facilmente explorados pelos grupos insurgentes, seja através de pilhagem ou taxaço, há a viabilidade financeira de se sustentar um conflito civil (COLLIER, 2000, p. 4).

por exigências sociais serem usualmente justificativas para guerras civis, existem também implicações regionais e internacionais. Os interesses econômicos podem ser também razão para conflitos entre fronteiras em regiões ricas em recursos, como a que se localiza entre Camarões e Nigéria, na península de Bakassi (BASEDAU, LAY, 2005, p. 21).

Ao seguir a abordagem das motivações econômicas para a ocorrência de conflitos, Michael Ross (2003, p. 54) propõe que diferentes recursos naturais se envolvem de maneiras distintas nos conflitos. Dessa forma, recursos como cobre, diamantes e petróleo possuem, cada um deles, a tendência de alimentar conflitos específicos, favorecendo grupos insurgentes ou o governo. As características propostas pelo autor associam os recursos a sua propensão a serem saqueados (*lootability*), obstruídos (*obstructability*) e ser ou não ilícitos (*legality*).

A propensão a ser saqueado é medida através da “facilidade em que um recurso pode ser extraído ou transportado por pequenos grupos ou trabalhadores sem conhecimentos técnicos” (ROSS, 2003, p. 54). A obstrução está associada a possibilidade de o transporte do recurso ser interrompido pelo esforço de poucos indivíduos, com baixos recursos. Ou seja, matérias-primas que possuem um alto valor em relação ao seu volume, como diamantes, usualmente são transportadas por via aérea, sendo difícil de impedir sua movimentação. Já, outros minerais e madeira são moderadamente bloqueáveis, uma vez que percorrem longas distâncias para serem distribuídos. Quanto aos recursos que são líquidos, como o petróleo, e transportados através de oleodutos, há vulnerabilidade em relação a possíveis perfurações e interrupções ao longo do percurso. Outro fator observável no âmbito do transporte de petróleo é a sua localização: quando se encontra no interior do continente, geralmente seu bloqueio é fácil. Por outro lado, quando se encontra em alto mar, se torna bastante difícil impedir seu escoamento. Por fim, a ilegalidade permite que alguns recursos sejam mais facilmente negociados nos mercados internacionais, como ópio e derivados.

A análise dessas características é importante uma vez que elas estabelecem relações com o desenvolvimento de conflitos em torno de suas motivações - separatistas ou não separatistas – e em torno de quem tendem a favorecer, se governos ou grupos insurgentes. Usualmente, o petróleo é um recurso difícil de ser obstruído e saqueado, especialmente quando se encontra em alto mar. Assim, descreve-se que conflitos em países que possuem o petróleo em *offshore* apresentam, geralmente, motivações separatistas. Nesse arranjo, o petróleo favorece o governo, que é capaz de centralizar os recursos e canalizá-los para as forças armadas, as quais vão abafar as insurgências. Ressalta-se, no entanto, que as características apresentadas por Ross (2003) não possuem um valor determinista. O próprio autor, em uma pesquisa subsequente, alertou que embora o petróleo possua poucas chances de

ser saqueado, há casos em que isso ocorre, favorecendo os grupos insurgentes. Essa é a situação observada no conflito do Delta do Níger (ROSS, 2012).

Paes (2004, p. 92) aponta que as grandes companhias internacionais de petróleo se preocupam com a sua imagem pública, evitando lidar com grupos insurgentes e preferindo negociar com governos. Durante as guerras-civis o dinheiro do petróleo auxilia no financiamento das forças armadas comandadas pelo governo, o que influencia no resultado do conflito. Consequentemente, os grupos rebeldes possuem oportunidades limitadas de desafiar o monopólio do governo central sobre as rendas do produto, nos locais onde a produção ocorre no interior do continente, alvejando os oleodutos e sequestrando trabalhadores, para interromper a produção. Ainda assim, mesmo quando essa estratégia é bem-sucedida, resta para os insurgentes apenas negar as rendas ao governo, não conseguindo facilmente se beneficiar delas no mercado internacional.

Além disso, a produção de petróleo geralmente configura-se como uma economia de enclave, dependente do mundo externo para recrutar seus trabalhadores e com pouca ligação com a comunidade ao redor. Essa população, por sua vez, sofre com os efeitos da exploração, sem compartilhar de seus lucros. Onde essas demandas sociais não são adequadamente atendidas pelas companhias e pelo governo central, o qual possui, usualmente, a responsabilidade para distribuir o recurso, isso fortalece a causa dos insurgentes em exigir a separação das zonas produtoras de petróleo do resto do país (PAES, 2004, p. 93).

De acordo com a pesquisa de Basedau e Mahler (2011, p. 76) os estudos quantitativos realizados sobre a associação entre a extração de petróleo e ocorrência de guerra civil²⁸ apresentaram resultados indicando que em áreas onde há a extração do produto, o risco de conflito é aparentemente maior, quando comparado a áreas não produtoras. Nesse sentido, Michael Ross (2012) afirma que, desde o início dos anos 1990, os países exploradores de petróleo possuem uma chance 50% maior de enfrentarem uma guerra civil. Essa probabilidade aumenta significativamente nos países produtores de baixa e média renda, sendo duas vezes maior do que em países de renda elevada. Considerando-se que cada vez

²⁸ Desde o fim da década de 1990 foram realizadas diversas novas pesquisas sobre as causas e consequências da guerra civil. A maioria dos pesquisadores concorda em alguns fatos: grande parte dos conflitos, atualmente, ocorre dentro dos países e não entre eles. Assim sendo, as guerras civis se dividem em duas categorias: a primeira delas abrange guerras separatistas, as quais são empreendidas para que se conquiste independência regional; a segunda, enquadra as guerras governamentais, as quais buscam tomar o controle do governo central. Assim, entre os anos de 1960 e 2006, 30% das guerras civis no mundo classificavam-se como guerras separatistas, enquanto 70% foram guerras governamentais. Há diferenças importantes entre elas. As guerras civis usualmente são mais longas do que os conflitos governamentais, apesar de tipicamente resultarem em menos baixas. Além disso, as guerras governamentais ocorrem de forma de forma mais espalhada no mundo, enquanto as concentram-se em algumas regiões, como o Sul da Ásia, e na África Subsaariana (ROSS, 2012).

mais a exploração de petróleo ocorre em países pobres, a tendência é de que o perigo de confrontos armados aumente. No entanto, os pesquisadores ressaltam que deve haver cautela ao estabelecer a ligação direta entre petróleo e conflitos, uma vez que essa relação é bem mais complexa do que se percebe usualmente. Nesse sentido, é importante uma observação cuidadosa para que se compreenda que o petróleo nem sempre é um fator único ou, até mesmo, um fator central para a ocorrência dessas hostilidades (BASEDAU, MAHLER 2011, p. 76; ROSS, 2012).

Dessa forma, Basedau e Mahler (2011, p. 77) destacam três aspectos dos conflitos no Golfo da Guiné: os mecanismos pelos quais eles podem surgir ou perdurar; os atores envolvidos e o contexto em que se inserem. Ao abordar os mecanismos envolvidos na geração, intensificação ou permanência dos conflitos na região, nota-se que eles se enquadram, por sua vez, em três arranjos possíveis. No primeiro deles, o conflito é gerado em razão dos benefícios ou custos da produção do petróleo, que criam motivação para que os atores se engajem nas lutas armadas. Em um segundo cenário, os lucros provenientes dos recursos podem favorecer o financiamento de guerras tanto por parte dos governos como por grupos insurgentes. Por fim, em terceiro lugar, ainda que a existência de petróleo não exerça influência direta na probabilidade de ocorrência de conflitos, pode intervir em outras condições dentro do país, como o desenvolvimento econômico, o bem-estar geral da população e a qualidade das instituições políticas, o que, conseqüentemente, contribui para a emergência de hostilidades.

Os dois primeiros mecanismos descritos vão ao encontro do que Michael Ross (2012) descreve, ao afirmar que o petróleo gera uma disposição a conflitos essencialmente por afetar os cidadãos, não os Estados. Isso porque os cidadãos apenas empreenderiam em uma luta armada se os benefícios econômicos de se unir a ela fossem maiores do que seus custos. Nesse sentido, para cada soldado insurgente em potencial, o custo econômico mais importante é o custo de oportunidade de se juntar ao exército rebelde, abandonando seu trabalho na vida civil. Em países pobres, como os exploradores de petróleo do Golfo da Guiné, onde o trabalho é escasso e os salários são baixos, o custo de oportunidade é pequeno. Conforme os países se tornam mais ricos, e os trabalhos mais lucrativos, o custo de oportunidade aumenta. A partir desse raciocínio, se todo o resto permanecer constante, presume-se que os exércitos insurgentes tem propensão maior de serem formados em países pobres, onde não há tanto a se perder com a opção pela guerra (ROSS, 2012).

Nesse sentido que o papel do petróleo se torna significativo para a ocorrência dos conflitos, podendo influenciar nos custos e nos benefícios de se empreender em uma rebelião.

Os exércitos insurgentes podem obter fundos tanto através de doações dos cidadãos que os apoiam, quanto por meio de atividades criminais, como extorsão, sequestros e contrabando. Por um lado, a renda do petróleo pode aumentar a renda dos sujeitos através de empregos ou maiores benefícios governamentais. Por outro lado, pode também aumentar os ganhos de se unir a um exército rebelde. Esse segundo cenário tende a ocorrer quando a população de uma zona produtora de petróleo em determinado país se opõe ao restante dos habitantes, buscando a independência para que os lucros sejam divididos apenas entre o povo daquela determinada área (ROSS, 2012).

Uma vez que as rendas do petróleo afetam os cidadãos, e não os Estados, segundo Ross (2012) isso poderia indicar que as rendas do governo têm pouco papel nesse padrão. Entretanto, o tamanho e a ausência de informações exatas sobre o valor desses ganhos são o que tornam o petróleo um recurso particularmente perigoso. O sigilo em torno dos lucros pode levar a conflitos por tornar mais difícil uma negociação entre grupos separatistas e governos. Além disso, a presença de instalações próximas de petróleo podem também aumentar os benefícios de uma rebelião. Nessa ocasião, o grupo separatista obtém os lucros através do crime e são motivados pela possibilidade de ganhar dinheiro através do roubo do recurso energético, pagamento de resgate por trabalhadores do setor e extorsão paga pelas companhias multinacionais que tentam evitar esses tipos de sabotagem.

O segundo aspecto importante destacado por Basedau e Mahler (2011, p. 77) é relativo aos atores que podem estar envolvidos nos conflitos e como eles se associam. Os antagonismos podem surgir, em primeiro lugar, no interior dos países produtores entre os principais atores governamentais e a oposição, bem como entre companhias multinacionais de petróleo e as companhias estatais. Já, entre países vizinhos, podem haver desavenças quando são realizadas descobertas de reservas petrolíferas em alguma área contestada ou mal delimitada entre eles. Há também a possibilidade de intervenção de países estrangeiros nos Estados ricos em petróleo, com o objetivo de controlar os lucros provenientes do produto ou dominar a própria extração do mineral. Por último, pode ser especialmente perigoso que países externos à região desenvolvam algum tipo de rivalidade ou competição ao concentrarem seus interesses nos recursos de um mesmo local.

Nesse sentido, no nível internacional, Eze e Traub-Merz (2004, p. 73) observam que a disputa entre potências externas pela garantia de acesso às fontes de petróleo pode efetivamente resultar em conflitos que envolvam os países fornecedores do produto. No entanto, nota-se que as disputas mais preocupantes para os países do Golfo da Guiné são as

oriundas de interações locais e regionais. Especificamente os conflitos que emergem da reivindicação e controle de fronteiras territoriais e das reservas de petróleo que existem nelas.

Portanto, entende-se que os países do Golfo da Guiné possuem propensão a dois tipos de disputas territoriais, relacionadas a propriedade e exploração de petróleo. A primeira delas está associada a definição incerta de fronteiras, que usualmente não se coloca como motivo de muitas preocupações em circunstâncias habituais, porém podem se tornar uma fonte de rivalidade quando o petróleo é descoberto entre zonas contestadas. O segundo cenário está associado às ocasiões em que os campos de petróleo são descobertos em áreas onde, embora não haja contestação dos limites, as reservas se expandem para além deles, dividindo-se entre territórios vizinhos. Como consequência disso, a perfuração e exploração em um país pode alterar a quantidade de petróleo existente para a exploração nos países vizinhos, gerando desconfiança entre eles²⁹ (EZE, TRAUB-MERZ, 2004, p. 73-77).

Além dos mecanismos e atores envolvidos nos conflitos, o terceiro aspecto a ser ressaltado é o contexto no qual essas disputas se desenvolvem, entendendo-se que os recursos petrolíferos não são responsáveis por ocasioná-las automaticamente. A conjuntura das áreas onde se encontram tais riquezas é fundamental. Nessa perspectiva, há riscos significativos de hostilidades em situações nas quais a renda proveniente do petróleo não é tão abundante, ou quando não ocorre sua distribuição. Nessas situações os lucros se concentram entre os governos e companhias petrolíferas, ao invés de serem direcionados para áreas como o desenvolvimento do país. Além disso, um quadro potencialmente causador de conflitos se estabelece quando os recursos são produzidos em uma zona etnicamente distinta, onde a região produtora sofre as consequências da atividade de extração, porém não recebe parcela significativa – ou que compense os malefícios ambientais - dos lucros. Por fim, quando há choques de preços repentinos, os quais podem provocar profundas crises econômicas, a possibilidade de ocorrerem hostilidades também aumenta (BASEDAU, MAHLER, 2011 p. 77).

Há condições de risco que não estão relacionadas a extração de recursos, porém quando associadas a atividade de extração de petróleo apresentam uma combinação

²⁹ Essa desconfiança emerge especialmente em razão da complexidade para mapear com exatidão a extensão dos campos petrolíferos. A investigação sobre a existência de reservas é estabelecida através de um processo de duas fases. Em primeiro lugar, se utiliza pesquisa sísmica, a qual leva a indicações sobre a presença de depósitos de hidrocarbonetos em determinada região. Em seguida são realizadas perfurações teste, as quais irão comprovar se há ou não petróleo em determinada área. Como o custo para a perfuração é muito elevado, quanto mais profundo um campo de petróleo é, menores são o número de perfurações exploratórias. Em razão disso, os campos mais profundos acabam, muitas vezes, sendo totalmente mapeados em termos de localização e quantidade de produção, apenas depois do início da exploração em si (EZE, TRAUB-MERZ, 2004, p. 77).

potencialmente perigosa. À vista disso, no âmbito das guerras civis, Ross (2012) sugere que há uma diversidade de fatores, além do petróleo, que se associam e permitem que esse tipo de contenda ocorra. Entre eles são apontados: a) baixa renda per-capita, a qual pode induzir a conflitos uma vez que os indivíduos não possuem tanto a perder ao se engajarem numa luta armada; b) crescimento econômico lento e “choques” na economia; c) grande número populacional – o que aumenta a dificuldade em controlar o território e a possibilidade de emergirem movimentos separatistas d) países vizinhos que enfrentam ou tem propensão a conflitos, podendo essas situações transferirem-se entre as fronteiras; e) terreno montanhoso, o que torna mais fácil para os insurgentes esconderem-se; f) a presença de diamantes, os quais os insurgentes podem utilizar para financiar suas operações.

Por conseguinte, as rebeliões são mais propensas a ocorrer em países pobres do que em ricos, e quando os insurgentes possuem financiamento suficiente, seja de aliados locais ou através de atividades criminais. Assim, a riqueza do petróleo tem dois efeitos contraditórios: por um lado, pode impedir rebeliões ao aumentar a renda, o que desencoraja os cidadãos de se juntarem as insurgências; por outro lado pode induzir a rebeliões ao tornar a independência lucrativa em regiões produtoras, facilitando o levantamento de dinheiro pelos insurgentes (ROSS, 2012). Em outros contextos, a existência de recursos naturais pode se apresentar como algo favorável, como no caso que em as rendas contribuem para a manutenção, ou compra, da paz, para o desenvolvimento e para a democracia (BASEDAU, MAHLER, 2011, p. 78).

3.4.2 Os Conflitos Interestatais e Intraestatais no Golfo Da Guiné

Dos oito países do Golfo da Guiné, cinco deles, Angola, Camarões, Nigéria, República Democrática do Congo e República do Congo, enfrentaram conflitos armados desde os anos 1990. Dois desses ainda permanecem, na região de Cabinda, em Angola e na República Democrática do Congo, sendo que o recurso energético esteve amplamente relacionado com os conflitos na Nigéria, em Angola e na República do Congo. No território nigeriano, a região do Delta do Níger oscila entre momentos mais pacíficos e rebeliões da população, as quais muitas vezes são fortemente reprimidas pelo governo federal.

Na Nigéria ocorreram três grandes conflitos armados. Em relação a disputa localizada na região denominada cinturão central (*middle belt*), considera-se que há uma relação marginal com o petróleo, sendo motivada prioritariamente por questões étnicas, religiosas, e pela competição por terras e recursos do governo (BLANCHARD, HUSTED, 2016). O

segundo conflito diz respeito a disputa com Camarões pela península de Bakassi. Essa zona tem sido contestada há décadas entre os dois países, porém, nos anos 1990, a indicação de que haveria ali grandes depósitos de petróleo estimulou hostilidades e confrontos militares entre eles. A situação se agravou até que Camarões submeteu as disputas com a Nigéria à Corte Internacional de Justiça. Após examinar o caso por oito anos, a decisão foi favorável a Camarões, que ganhou os direitos sobre a região rica em petróleo³⁰ (BAYE, 2010).

Por sua vez, o conflito existente no Delta do Níger, que será abordado com maior profundidade no último capítulo deste trabalho, está diretamente associado a extração de petróleo. Essa zona é principal em termos de extração de hidrocarbonetos no país, conseqüentemente, há inúmeros impactos relacionados a essa atividade. Não só o frágil ecossistema ribeirinho foi amplamente danificado em razão dos derramamentos de petróleo, mas também a população local possui indicadores sociais extremamente baixos (BLANCHARD, HUSTED, 2016, p. 14). Dessa forma, a disputa pelos ganhos econômicos, distribuição de rendas e controle dos recursos são algumas das motivações primárias para a instabilidade na região. Além disso, os líderes das comunidades acabam lucrando com o conflito, o que agrava ainda mais a situação (EZIRIM, 2011, p. 62). São notórias as ações das milícias rebeldes, como o Movimento para Emancipação do Delta do Níger (MEND), que perfuram oleodutos e sequestram funcionários das companhias multinacionais.

Além disso, parte das forças armadas que deveriam combater a insurgência, acabam contribuindo com a permanência do conflito. Outros atores nacionais e internacionais também causam efeitos negativos, seja por meio da venda de armas ou do comércio ilegal de petróleo (BASEDAU, MAHLER, 2011 P. 80). Segundo Charles Ukeje (2010, p. 28), no âmbito regional, há a possibilidade de que a militância do Delta do Níger acabe penetrando em outros países do Golfo da Guiné. Nesse sentido, após o evento em junho de 2008, quando o MEND atacou o campo em águas profundas de Bonga, que se encontrava a uma distância de 120 mil milhas náuticas da costa, demonstrou-se a capacidade das milícias de operar tanto em terra como no oceano.

Em Camarões, a disputa pela península de Bakassi com a Nigéria foi o único conflito armado enfrentado pelo país, sendo parcialmente relacionado aos recursos energéticos. Aponta-se, inclusive, que os hidrocarbonetos contribuíram para a manutenção do regime. Entretanto, há alguns elementos que podem favorecer a emergência de hostilidades. Em primeiro lugar, o país apresenta uma produção petrolífera declinante, o que pode prejudicar a

³⁰ A decisão foi realizada com base no Tratado Anglo-Germânico de 1913 que traçava as fronteiras entre as potências coloniais, em outubro de 2002 (BAYE, 2010).

estabilidade econômica e ameaçar o governo do país. Em segundo lugar, há oposição entre anglófonos e francófonos no país, parcialmente relacionada ao petróleo, já que os primeiros habitam a região rica em petróleo (BASEDAU, MAHLER, 2011 P. 81).

Em Angola, a província de Cabinda, localizada na fronteira com a República do Congo, também se configura em uma zona conflituosa. A Frente de Libertação do Enclave de Cabinda demanda maior recebimento dos lucros da exploração de petróleo e maior autonomia política. A região produz uma grande parcela do petróleo angolano e enfrenta diversas consequências relacionadas a essa exploração, que causou danos ambientais e prejuízos à população local. Os insurgentes, no entanto, não foram bem sucedidos em seus ataques às instalações de petróleo. O governo abafou a rebelião ao empregar ações que fragmentaram os grupos de oposição e forte repressão militar, além de firmarem acordos de paz parciais. Entretanto, a instabilidade persiste nessa área (BASEDAU, MAHLER, 2011, p. 81).

A guerra civil de Angola, que perdurou de 1975 a 2002, possuiu vínculos com a exploração petrolífera. Isso porque os grupos que se enfrentavam, UNITA e MPLA, utilizavam o dinheiro dos recursos minerais para sustentarem suas tropas e compras de armas. Enquanto UNITA arrecadava as rendas procedentes do comércio de diamantes, o MPLA sustentava-se através do dinheiro do petróleo. Portanto, os recursos contribuíram tanto para a permanência quanto para o desfecho do conflito, em 2002. Isso porque os lucros oriundos da venda dos diamantes decresceram, ao passo que a renda da exploração petrolífera aumentou, favorecendo os integrantes do MPLA e contribuindo para o fim do conflito. Assim como a Nigéria, Angola também depende profundamente das exportações de petróleo. Em razão do aumento da produção e dos preços relativamente altos do produto, observados no período de 2002 a 2008, o país se beneficiou desse resultado nos últimos anos. Entretanto, há ainda muita vulnerabilidade quanto a variação dos preços do combustível, o que torna evidente uma clássica característica dos Estados rentistas: corrupção massiva e regime autoritário apoiados pelos petrodólares (BASEDAU, MAHLER, 2011, p. 81).

No início dos anos 1990, a República do Congo começou a enfrentar instabilidade política, parcialmente devido à queda nos preços do petróleo, sendo o país bastante dependente do produto, e em razão da crise da década de 1980, que afetou o padrão de vida da população. Em 1991, o último líder após uma sucessão de três presidentes militares, Denis Sassou-Nguesso, afastou-se do poder após ter governado desde 1979. A partir de então, o país passou por um período de transição que levou a eleições multipartidárias e a uma nova constituição, em 1992. As expectativas pelas reformas, no entanto, foram frustradas pelos embates políticos subsequentes. Em 1993, 1997, 1998-99 e 2002 houve enfrentamentos entre

milícias representantes e grupos étnico-regionais (CLARK, 1997, p. 63; BASEDAU, MAHLER, 2011, p. 81).

Ao mesmo tempo em que a disputa pelos lucros do petróleo foi um fator que alimentou o conflito, no final de 1999, foram esses os recursos que, posteriormente, auxiliaram a vitória da milícia liderada por Nguesso e sua consolidação no poder. Além desse fator, o líder foi apoiado por militares franceses e angolanos, sendo, desde então, um aliado da França e intimamente conectado com a empresa Total, sucessora da Elf Aquitaine (CLARK, 1997, p. 63; ENGLEBERT, RON, 2004, p. 62).

Um aspecto importante a ser ressaltado é o de que o petróleo na República do Congo encontra-se, em sua maioria, em *offshore*. Como acessar o recurso é muito difícil – em termos físicos, não há como saqueá-lo ou impedir seu fluxo – apenas as rendas oriundas de seu comércio podem ser manejadas. Para que se obtenha acesso, é necessário fazer parte de um governo reconhecido. Consequentemente, os embates no país centralizaram-se na capital, pelo controle do governo central (ENGLEBERT, RON, 2004, p. 62). Até 2007 houve certa resistência ao governo de Nguesso, a qual reduziu quando um dos últimos líderes insurgentes da guerra civil, Frédéric Bitsangou, aceitou um acordo de paz e assumiu um cargo no ministério do governo. A situação pacífica em que o país se encontra, no entanto, é bastante frágil, em razão da falta de legitimidade do regime e da politização de questões étnicas, as quais podem somar-se aos aspectos da exploração petrolífera (BASEDAU, MAHLER, 2011 p. 82).

Na República Democrática do Congo, apesar dos confrontos violentos, poucos deles têm sido associados diretamente aos hidrocarbonetos, sendo vinculados a outros recursos minerais como coltão, diamantes, ouro e cobre. Por fim, tanto na Guiné Equatorial quanto no Gabão, não houve a ocorrência de conflitos armados, embora tenham existido tentativas de golpe no primeiro país, e ações violentas no segundo. Nota-se que nesses locais o dinheiro do petróleo foi utilizado para comprar a paz, através de mecanismos de repressão, de compra de proteção ou favoritismo e políticas redistributivas. Outra característica compartilhada por ambos é a de que possuem uma alta renda per capita, em razão do tamanho pequeno das populações, o que permite que o governo mantenha a paz. Entretanto, há a possibilidade de conflitos quando se leva em consideração a previsão de que as fontes de petróleo possam se exaurir nas próximas décadas. Esses dois países também possuem um conflito em torno das fronteiras marítimas, disputando a posse de três pequenas ilhas que podem ser ricas em reservas de combustíveis fósseis (BASEDAU, MAHLER, 2011 p. 84).

Em suma, o panorama estabelecido permite observar que o petróleo e o gás têm impactado de formas diferentes para a paz e a segurança. Nesse sentido, nos casos da Guiné Equatorial e do Gabão, evidencia-se que o recurso energético tem contribuído para a estabilidade. Em contrapartida, em Angola, República do Congo e Nigéria, o impacto do produto tem sido negativo. Nesses três países, o petróleo somado às questões relacionadas às identidades étnicas regionais tem produzido uma combinação perigosa. Além disso, também se nota os efeitos negativos em relação a dependência da produção de petróleo, os quais podem contribuir indiretamente para os riscos. Diferentemente, na República Democrática do Congo, os conflitos não estão relacionados ao petróleo, mas resultam de outros recursos em conexão a contextos desfavoráveis (BASEDAU, MAHLER, 2011 p. 84)

A seguir, no Quadro 1, observa-se a compilação das lutas armadas no Golfo da Guiné desde a década de 1990, realizada por Basedau e Mahler (2011, p. 78-79). No quadro é categorizada a produção de petróleo, avaliados os conflitos e a relação do recurso energético com seu início e término. Nota-se que São Tomé e Príncipe, apesar das tentativas de golpe, se manteve estável. As descobertas de recursos energéticos nesse país são recentes, portanto não há como estabelecer o seu impacto nas situações de hostilidades. Ressalta-se que essas ilhas se encontram em uma posição estratégica, próximas das reservas nigerianas e angolanas. Nesse sentido, em 2003, foi firmado um acordo com os EUA para que fosse permitida a instalações de bases militares no território (GONZÁLEZ, 2016, p. 17).

Quadro 1 - Conflitos no Golfo da Guiné desde 1990

País	Produção petrolífera atual	Conflito desde 1990	Conflitos Atuais	Petróleo ou Gás Natural Alimentaram o Conflito?	Petróleo ou Gás Natural Contribuíram para a Paz?
Angola	Sim, massiva	Sim: (Guerra Civil; 1975 - 2002; Cabinda 1975 - ?)	Sim: Cabinda	Sim, Cabinda demanda maior participação nos rendimentos do petróleo; a Guerra entre Unita e MPLA foi sustentada pelos recursos	Sim, auxiliou na vitória do governo
República Democrática do Congo	Sim, substancial	Sim	Sim: conflito na região leste	Não, indiretamente apenas, conflitos relacionados com outros recursos	Não
República do Congo	Sim, substancial	Sim (1994 - 2007)	Não	Sim, rivalidade interna foi intensificada através da rivalidade internacional e intervenção (EUA, França, Angola)	Depois de 1997 e antes de 1990
Gabão	Sim, substancial	Não	Não	Não	Sim
Guiné Equatorial	Sim, substancial	Não (tentativa de golpe)	Não	Não	Sim
São Tomé e Príncipe	Potencialmente	Não (duas tentativas de golpe)	Não	-	-
Camarões	Sim, substancial	Sim (conflito com a Nigéria sobre a Ilha de Bakassi)	Não	Possivelmente, uma vez que se acredita que há petróleo em Bakassi.	Possivelmente
Nigéria	Sim, massiva	Sim (conflito com Camarões, no Delta do Níger e no Cinturão Central)	Sim: Delta do Níger, Cinturão Central	Sim (Diretamente no Delta do Níger, Bakassi. Cinturão central a influência é indireta)	Não

Fonte: Adaptado de Basedau e Mahler (2011, p. 78-79).

Diante do exposto, indica-se que a existência de petróleo nos países do Golfo da Guiné não é a causa direta dos conflitos, porém sim associa-se a sua ocorrência, principalmente quando opera em conjunto com outros fatores de risco. Considera-se, portanto, que a possibilidade de hostilidades persiste, uma vez que muitos Estados já apresentam ameaças não específicas a posse do recurso energético, como as tensões entre diferentes grupos étnicos ou regionais, fragilidade estatal, pouca legitimidade política e dificuldades relacionadas ao desenvolvimento. A junção dessas condições, somadas a aspectos como quedas de preços nos

mercados internacionais, renda insuficiente da atividade extrativa e quedas na produção contribuem para a instabilidade.

No capítulo seguinte será investigado o petróleo na Nigéria, evidenciando que esse local aglutina muitos dos fatores mencionados na presente seção, como: disputas étnicas, desigualdade de distribuição de rendas entre as regiões, ampla pobreza e impactos ambientais resultantes da atividade de exploração. O país, portanto, apresenta as características clássicas de um petro-estado, com a elite governamental se apropriando dos recursos, pouca transparência e dominância dos interesses das companhias multinacionais aliadas à nacional. Além disso, os nigerianos são os maiores produtores de petróleo do Golfo da Guiné e da África Subsaariana, destacando-se também em termos do volume populacional e desempenho econômico dentro do continente. Tais fatores justificam a escolha do país para o aprofundamento do estudo.

4 O PETRÓLEO NA NIGÉRIA: HISTÓRIA, CONFLITO E POLÍTICA EXTERNA

A Nigéria é um país chave, não só dentro do contexto do Golfo da Guiné, mas também para todo o continente africano. Em termos demográficos, caracteriza-se como o Estado mais populoso da África, com aproximadamente 180 milhões de habitantes. Ou seja, um em cada cinco africanos é nigeriano. Essa população distribui-se entre mais de 250 grupos étnicos, dos quais os Hausa e Fulani, do norte, os Yorubas do sudoeste, e os Ibos, do sudeste prevalecem no cenário político. Além dessa divisão étnica, há a separação religiosa: o norte do país é majoritariamente muçulmano, enquanto a porção sul é habitada em sua maior parte por cristãos (DALI, 2015, p. 1).

Em 2014, o país ultrapassou a África do Sul como a maior economia da África. Na ocasião foi apresentado um valor atualizado do PIB, de 510 bilhões de dólares³¹, calculado através de uma nova metodologia que incluía setores em crescimento da economia, como o de comunicações, bancário e a indústria cinematográfica (AFRICA'S..., 2014). Além disso, os nigerianos também passaram a atuar de forma relevante nas operações de paz e estabilidade do continente, tendo se apresentado como um dos dez principais fornecedores de tropas para as missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) (BLANCHARD, HUSTED, 2016, p. 1).

Apesar desses fatores, o que efetivamente eleva a Nigéria no cenário mundial é seu posto como maior produtor de petróleo da África, com um volume de produção de aproximadamente 2 milhões de barris diários. Além disso, estima-se que concentre 32% das reservas de petróleo e 34,2% das reservas de gás natural do continente, sendo o quinto maior exportador de óleo cru da OPEP. Em contrapartida, assim como outros países exportadores desse produto, os nigerianos não foram poupados da ocorrência de conflitos recorrentes relacionados ao gerenciamento dos recursos energéticos (BP, 2016; DALI, 2015, p. 1).

O país apresenta um equilíbrio de poder ténue entre os diferentes povos e a desigualdade de distribuição de renda, a qual favorece a região sudoeste do país, sendo comum disputas étnicas e religiosas por uma parcela desses ganhos. Estima-se que 18 mil nigerianos morreram em hostilidades locais desde 1999. A oposição dos grupos étnicos, entre o norte e o sul, e entre cristãos e muçulmanos, seguidamente são derivadas de problemas

³¹ A revisão do PIB representou um aumento de 89%. Em comparação, no mesmo ano, o PIB sul africano foi de 370 bilhões de dólares (AFRICA'S..., 2014). Em 2016, a África do Sul retomou a posição de maior economia do continente, embora a diferença entre os dois países seja pequena em relação aos números do PIB, a economia sul africana é mais diversificada do que a nigeriana (SOUTH AFRICA..., 2016)

relacionados ao acesso a terras, trabalhos, desenvolvimento socioeconômico, e razões políticas (BLANCHARD, HUSTED, 2016, p. 1)

Embora seja o maior produtor de petróleo do continente, a Nigéria permanece altamente subdesenvolvida. Como razões para tal configuração estão as dificuldades relacionadas a governança de recursos e corrupção, que têm limitado o desenvolvimento de infraestrutura e oferecimento de serviços sociais, tornando o crescimento vagaroso e contribuindo para manter a maior parte do país na pobreza. Além disso, o país também abriga a segunda maior população de infectados por HIV e AIDS, e possui os índices mais altos de tuberculose do continente africano (BLANCHARD, HUSTED, 2016, p. 1).

O número de pessoas que ainda vivem na pobreza é de aproximadamente 62% da população, cuja receita diária em 2010 era de 1,25 dólares em paridade de poder de compra, o que demonstra ampla pobreza no país. A desigualdade, nesse sentido, continuou a aumentar. Os três polos centrais de atividade desenvolveram-se em torno de Abuja, Lagos e Port Harcourt, respectivamente as capitais administrativa, econômica e a região petrolífera do país, as quais têm concentrado o recebimento das receitas. Ao longo dos anos, surgiram também diferenças marcantes entre as regiões do norte e do sul em termos de disparidade econômica (DALI, 2015, p. 1).

À vista disso, o presente capítulo pretende, primeiramente, analisar a evolução da indústria do petróleo nigeriana, aprofundando o que já foi apresentado na primeira parte deste trabalho, estabelecendo um histórico desde a descoberta do produto até os dias atuais. Em seguida, na seção seguinte, se dedica a explorar o conflito na região do Delta do Níger, o qual tem raízes no início da prospecção de petróleo na região, se agravando entre as décadas de 1990 e anos 2000. Por fim, serão investigadas as associações entre os recursos energéticos e a política externa do país.

4.1 A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NA NIGÉRIA

De acordo com Obi (2007, p 16), o desenvolvimento da indústria petrolífera na Nigéria percorreu três fases. A primeira delas, ainda durante o período colonial até o final dos anos 1960, corresponde ao início das concessões para exploração de petróleo e ao baixo envolvimento estatal na indústria. A segunda fase se estabelece como consequência da guerra civil, que perdurou de 1967 até 1970, sendo marcada pela intervenção estatal direta. A terceira etapa, por fim, corresponde a um momento de desregulamentação da indústria, como resposta à crise econômica da década de 1980 e à adoção do Programa de Ajuste Estrutural (PAE), em

1986. Afirma-se, entretanto, que a política petrolífera da Nigéria não foi inteiramente coerente em razão de mudanças frequentes de oficiais que deliberavam sobre questões relacionadas ao petróleo, e das diferenças entre as elites governantes.

O primeiro período tem suas origens no início do século XX, quando a atividade exploratória começou a ser exercida pela *Nigerian Bitumen Corporation*, uma subsidiária da companhia alemã *German Bitumen Corporation*. Essa empresa permaneceu no país de 1907 até 1914, quando a ocorrência da Primeira Guerra Mundial a fez retirar-se, não obtendo permissão de retornar após o final do conflito. A partir de então, as autoridades coloniais britânicas passaram a dar preferência às companhias de seu próprio país. Dessa forma, através da *Mineral Oil Ordinance* de 1914, foi determinado que as licenças para exploração de petróleo apenas poderiam ser concedidas às empresas britânicas. Foi assim que, em 1938, estabeleceu-se no país uma *joint venture* nascida da parceria das duas grandes companhias britânicas, a Shell e a BP, denominada *Shell D'arcy Exploration Parties*. Em seguida, a empresa obteve o monopólio de exploração no país, recebendo o direito de exploração em todo o território nigeriano (BAMBERG, 2000, p. 110).

Após a interrupção das operações, em razão da Segunda Guerra Mundial, a Shell/D'arcy voltou a operar no país, com uma redução da área de exploração para aproximadamente 60 mil milhas quadradas, incluindo a região do Delta do Níger. Bamberg (2000, p. 110) descreve a região como um extenso manguezal tropical, atravessado por diversos riachos e estuários pouco profundos, onde há períodos de chuva incessante e grande umidade. Em razão dessas características, não havia mapas adequados, já que o acesso ao local era tão difícil que até mesmo o mapeamento realizado a pé era impossível.

As atividades de perfuração começaram em 1951, realizando-se uma pequena descoberta de 450 barris de petróleo no poço de Akata. Em 1956, a companhia, que havia passado a ser denominada como Shell-BP, descobriu petróleo em quantias comerciais pela primeira vez em Oloibiri, onde é atualmente o estado de Bayelsa. Nos anos subsequentes, até 1960, as atividades de perfuração foram expandidas obtendo-se grandes descobertas, das quais se destacou o campo de petróleo de Bomu, na região de Ogoni, em 1958 (OBI, 2007, p. 16).

Esse período inicial de exploração foi caracterizado pelo controle externo e pelo não envolvimento do governo nigeriano, cuja função era apenas de recolher as receitas e os impostos provenientes da atividade. Ao longo desse período, pontua-se que a Nigéria não dependia do setor petrolífero. Pelo contrário, outras commodities como o óleo de palma, carvão e estanho tinham uma importância econômica bem maior. Além disso, na época,

conforme a divisão feita pelos britânicos, cada região concentrava-se na produção de um artigo específico: o norte, grãos; o oeste, cacau; e o leste, óleo de palma. Esta configuração mitigava as possíveis tensões políticas. No entanto, conforme o petróleo adquiria proeminência na pauta de exportações do país, ao longo dos anos 1960, as regiões passaram a competir pelos lucros. Cada área defendia sua causa com o argumento que lhe cabia, as mais populosas demandavam maior parcela, assim como as mais pobres e aquelas onde ocorria prospecção (SHAXSON, 2007, p. 13).

Ainda que o petróleo tenha aumentado de importância, no contexto das exportações nigerianas, a produção era comparativamente pouco substancial no momento da independência. Assim, ao final da era colonial, o país se destacava não pela quantidade extraída de hidrocarbonetos, mas pelas perspectivas de expansão da produção e do desempenho futuro. O volume de petróleo bruto apenas se tornou mais expressivo em 1970, quando a Nigéria se tornou o maior produtor entre os membros da Comunidade Britânica (FRYNAS, 2000, p. 11). De um volume de 20 mil barris diários no anos 1960, foram alcançados, na década seguinte, níveis de produção de aproximadamente 2 milhões de barris diários. Uma quantidade semelhante a que apresenta atualmente (BP, 2016; ODULARU, 2008, p. 7).

No momento em que a Nigéria se tornou independente, as companhias Shell e BP já eram dominantes no país, sendo que a Shell permanece neste posto até hoje. Entretanto, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, outras empresas começaram a se inserir nas atividades de exploração e produção do país, se limitando às áreas previamente abandonadas pela Shell-BP. Assim, estabeleceu-se a Mobil, em 1955 (na época, Socony-Vacuum), a Chevron, em 1941 (na época, Gulf), Tenneco, em 1960 (na época, Tennessee), American Overseas em 1961, Agip, em 1962 (na época, Elf), Phillips e Esso, ambas em 1965. Em suma, nota-se que as seis grandes companhias de petróleo que hoje dominam a indústria nigeriana já se faziam presentes: Shell, Mobil, Chevron, Elf, Agip e Texaco (FRYNAS, 2000, p. 12).

Alguns marcos de descobertas petrolíferas podem ser destacados ao longo dos anos 1960, como a descoberta em 1964 do campo petrolífero de Okan, pela Chevron, localizado na plataforma continental nigeriana, o qual iniciou a produção em 1965. Consequentemente, essa empresa se estabeleceu, principalmente, nas áreas de exploração *offshore*. Por outro lado, a Shell, se baseou desde o princípio em áreas de exploração *onshore*, onde já havia comunidades estabelecidas. Por esse motivo, a empresa se envolveu em mais conflitos locais e processos litigiosos do que outras companhias. (FRYNAS, 2000, p. 12).

Ao longo do período colonial, as empresas Shell e BP se beneficiaram de um quadro legal que possibilitou a expansão de suas atividades na Nigéria. Nesse sentido, entre as resoluções da *Mineral Oil Ordinance*, implementada em 1914, havia a determinação de que apenas as companhias britânicas poderiam obter licenças para exploração na Nigéria. No entanto, essa regulamentação poderia ser contornada, caso os britânicos desejassem fornecer concessões a companhias aliadas, como assim o fizeram para atrair investimentos norte-americanos em meados da década de 1950. Logo, os principais benefícios oriundos dessa legislação foram o estabelecimento das companhias nos principais campos de petróleo do país, e a renovação das licenças para períodos que chegavam a 40 anos, como no Delta do Níger (FRYNAS, 2000, p. 13).

Em 1966 o petróleo já representava um terço das exportações nigerianas. Em razão das desconfianças de que os recursos federais estavam sendo direcionadas à região norte do país, alguns oficiais da etnia Ibo, do leste, investiram em um golpe de estado, o qual acabou sendo derrubado em um contragolpe, meses depois. A partir disso, os Ibos decidiram iniciar um movimento de secessão na tentativa de incorporar os campos de petróleo no seu território, declarando a República Independente de Biafra, e iniciando a guerra civil nigeriana. Ressalta-se que o petróleo não foi o único motivador do conflito, embora tenha servido como um estímulo para que ele ocorresse (SHAXSON, 2007, p. 13).

A segunda fase da indústria petrolífera na Nigéria foi caracterizada pelo crescente envolvimento do Estado nas atividades de extração e produção do hidrocarboneto. Observa-se que a tendência de não intervenção nos anos 1960 foi interrompida nos anos 1970. Isso foi consequência, principalmente, do aumento dos preços internacionais do petróleo e da adesão da Nigéria à OPEP, em 1971. Esse último evento contribuiu para que o país recebesse apoio e incentivo para empreender nas medidas de nacionalização (ODULARU, 2008, p. 6).

Além disso, os nigerianos passaram a confrontar as Sete Irmãs por desconfiarem que as companhias estivessem utilizando contas no exterior para cobrir seus lucros reais e burlar os impostos do país. Em 1969, o governo implementou o Ato do Petróleo, o qual introduziu duas discontinuidades nos direitos de participação da indústria petrolífera. A primeira delas determinava que apenas cidadãos nigerianos, ou companhias incorporadas no país, poderiam receber licenças para realizar exploração, perfuração e produção de petróleo. Em segundo lugar, era concedido o direito ao Estado de ter participação em todas as novas concessões. No entanto, essa mudança só começou a ser efetivada pelo governo no começo dos anos 1970 (SHAXSON, 2007, p. 14; NWOKEJI, 2007, p. 13).

Além dessas modificações, o Ministério dos Recursos Petrolíferos foi unido com a *Nigerian National Oil Corporation* (NNOC) para formar a companhia estatal em 1977. A partir de então, o nome da companhia passou a ser Corporação Nacional Nigeriana de Petróleo (NNPC). Um dos setores de inspeção, o *Petroleum Inspectorate*, se tornou autônomo e também obteve uma nova denominação, como Departamento dos Recursos Petrolíferos, estabelecido para regular as companhias de petróleo operando no país (OBI, 2007, p. 16).

Ressalta-se que algumas medidas de nacionalização não foram inerentemente opostas aos interesses das companhias estrangeiras. Em conformidade com a política de nacionalização do governo, por exemplo, as multinacionais passaram a substituir os representantes de cargos de gerência, originários de sua matriz, por gestores nigerianos. Esse processo, inclusive, já ocorria antes do Ato do Petróleo, uma vez que fazia sentido comercial empregar indivíduos nigerianos. Já em 1950, por exemplo, a Shell-BP havia se comprometido a contratar mais funcionários nigerianos. Entretanto, era difícil encontrar trabalhadores capacitados. Esse problema também foi enfrentado pelas instituições nigerianas, especialmente com a falta de indivíduos treinados para assumirem cargos do governo (FRYNAS, 2000, p. 31).

Ao longo dos anos 1970 as ações para a nacionalização da indústria evoluíram. Em 1971 o governo gradualmente criou empreendimentos conjuntos com empresas que exploravam e produziam hidrocarbonetos na Nigéria. Em julho de 1979, o Estado adquiriu participação de 60% em todas as principais empresas de petróleo estrangeiras, exceto pelo acordo de partilha de produção com a Ashland e o empreendimento Tenneco-Mobil-Sunray. A nacionalização da BP, em 1979, foi um evento que serviu para demonstrar que o governo nigeriano era capaz de nacionalizar por completo uma companhia estrangeira, caso essa fosse sua determinação. Frynas (2000, p. 31) pontua que essa ação, entretanto, foi conduzida em razão de considerações de política externa, não por motivos econômicos. Isso porque na prática, para a indústria petrolífera nigeriana, essa iniciativa trazia poucas alterações. Nas áreas de exploração e produção, a Shell continuava a operar o empreendimento conjunto em nome do governo, o qual era previamente operado pela companhia anglo-holandesa e pela BP.

A partir do ponto de vista das comunidades localizadas onde o petróleo era extraído, a nacionalização trouxe pouca, ou nenhuma, mudança. As companhias estrangeiras permaneceram com o controle das *joint ventures*. Mesmo com participação minoritária nas ações, as multinacionais mantinham o controle efetivo das operações, sendo que as medidas de estatização apenas geravam efeitos financeiros para elas (FRYNAS, 2000, p. 33). Obi (2007, p. 17), afirma que, apesar da posse do petróleo pelo Estado e de uma maior

participação nos lucros (e nos custos) do combustível fóssil, ele ainda mantinha uma relação estruturalmente desigual com as companhias estrangeiras. Essas eram muito mais ricas e tinham controle sobre a tecnologia de petróleo e conhecimento sobre a gestão global das empresas (OBI, 2007, p. 17).

Foi também ao longo desse período o governo nigeriano construiu três novas refinarias: Warri, em 1978; Port Harcourt II, em 1989; e Kaduna, em 1980. Além dessas, o governo já havia tomado posse da refinaria de Port Harcourt I, que havia sido construída em 1963. Essas medidas visavam a garantia do fornecimento de petróleo refinado para o crescente mercado doméstico, além de ser um modo de obter receitas para o governo (OBI, 2007, p. 17).

Apesar das ambições, a NNPC nunca conseguiu avançar para a nacionalização de toda a indústria petrolífera. De modo contraditório, no mesmo ano que a companhia nacional foi estabelecida, o governo introduziu novos incentivos financeiros direcionado às companhias multinacionais, com o objetivo de estimular novas explorações. Segundo Frynas (2000, p. 33) houve uma mudança entre o momento em que os funcionários da NNPC desejavam nacionalizar a indústria na sua totalidade, e o entendimento posterior, no final dos anos 1970, de que o país não poderia abrir mão dos investimentos estrangeiros. O autor, nesse sentido, aponta que a terceira fase da indústria petrolífera na Nigéria, a qual é caracterizada pelo distanciamento das medidas de nacionalização, já teria começado no final dos anos 1970, e não em meados de 1980, como determina Obi (2007).

Em 1968, a produção de petróleo era de 150 mil barris diários, passando em 1971 para 500 mil, e excedendo os dois milhões já em 1973, o que representava um valor superior ao que os EUA importavam do Golfo Pérsico. A partir de então, o fluxo de petrodólares foi massivo. Ademais, o preço do petróleo quadruplicou, com a guerra do Yom Kippur e o embargo da OPEP, em 1973, trazendo mudanças excepcionais para os nigerianos. Em 1975 o petróleo representava 95% das exportações do país, sendo que entre 1970 e 1980 os ganhos anuais de exportação saltaram de um bilhão para 26 bilhões de dólares (SHAXSON, 2007, p. 15).

Nesse período, a riqueza proveniente do petróleo fomentou um enorme crescimento da economia e do setor público, possibilitando que projetos de infraestrutura fossem implementados. Entre eles, estão os complexos siderúrgicos em Ajaokuta e Warri, fábricas de cimento, construção civil, instituições voltadas para a saúde e educação, estádios e complexos para eventos culturais e fábricas de montagem de automóveis. Ressalta-se que grandes quantias foram investidas em importações para o florescente setor industrial e de alimentos,

além de itens de luxo. Embora o governo tenha empreendido em grandes despesas, financiadas pelas receitas do petróleo, houve consciência de que a economia tinha que ser diversificada e que o controle nacional do setor de petróleo era importante (OBI, 2007, p. 17).

Entretanto, como um dos efeitos colaterais do aumento dos preços do petróleo, e sua transformação no principal, e único, produto que gerava rendas ao país, o setor agrícola entrou em colapso. Anteriormente, a produção de cacau representava três quartos das exportações do país. Conforme o recurso energético adquiria maior importância, as áreas de cultivo diminuíram em 60%, levando dezenas de milhares de pessoas para a pobreza. Além disso, a doença holandesa assolava o país, tornando os bens locais muito mais caros quando comparados aos produtos importados. Outra consequência importante foi a de que, com o aumento das receitas do petróleo, o governo não mais dependia da taxaço da população, o que, como pontuado anteriormente no estudo, pode isolá-lo das responsabilidades em relação à sociedade (SHAXSON, 2007, p. 18).

Por conseguinte, a Nigéria passou de exportadora para importadora de alimentos no intervalo de uma década. Além disso, mesmo com as medidas para a nacionalização da indústria petrolífera, o país não possuía o conhecimento tecnológico das companhias estrangeiras. Para combater essa falha, o governo procurou inserir funcionários nigerianos nos cargos de gerenciamento em todas as companhias multinacionais que operavam no país. Outras iniciativas foram dedicadas para o desenvolvimento de recursos humanos e tecnologia, como o *Petroleum Trust Development Fund*, o *Petroleum Technology Development Fund*, e o Instituto de Treinamento de Petróleo instaurado em Warri (OBI, 2007, p. 18).

O final da segunda etapa da indústria petrolífera na Nigéria foi marcado pela queda súbita nos preços do petróleo em 1977 e 1981. Logo, a diminuição de receitas, em 1982, levou o país a negociar com o FMI. Conforme o quadro se agravava, as empresas fechavam as portas, já que, em razão da escassez de divisas, não conseguiam mais importar suas matérias-primas e outros insumos. Os trabalhadores foram dispensados, causando uma onda de descontentamento entre a população e gerando protestos. O governo, por sua vez, recorreu à repressão para conter a crescente onda de oposição e as manifestações agravaram a crise econômica (OBI, 2007, p. 18).

Como desdobramento da crise econômica e das manifestações da população, o governo de Shehu Shagari perdeu sua legitimidade, sendo derrubado em um golpe militar em dezembro de 1983. Entretanto, o regime militar instaurado, liderado pelos generais Buhari e Idiagbon, foi deposto em dois anos, em um novo golpe que levou o general Ibrahim Babangida ao poder em agosto de 1985. Um ano depois, o novo líder anunciou a adoção de

um Programa de Ajuste Estrutural (PAE), aprovado pelo FMI e pelo Banco Mundial, bem como pelos credores do país. No cenário de adoção do programa, uma série de medidas de desregulamentação voltadas para reverter a participação do Estado na economia começou a ser implementada. A indústria do petróleo tornou-se mais aberta aos investimentos privados locais e estrangeiros (OBI, 2007, p. 18).

As consequências da queda brusca dos preços do petróleo se espalharam por toda a sociedade. As facções rivais, não apenas religiosas e étnicas, mas dos serviços civis, partidos políticos e governos locais passaram a disputar para garantirem seus ganhos. As parcelas mais pobres, evidentemente, sofreram as consequências dos programas de austeridade implementados. Consequentemente o FMI se tornou foco do ódio da população, ao passo que milhões de pessoas tornavam-se mais pobres, enquanto poucos enriqueciam (SHAXSON, 2007, p. 22).

Segundo Obi (2007, p. 19), esse quadro instaurado pela adoção do PAE resultou na terceira etapa da indústria petrolífera nigeriana, a qual se caracterizou pelas ações já mencionadas de desnacionalização e retração da participação do Estado. Frynas (2000, p. 35), do mesmo modo, nota a existência de uma nova fase, destacando a busca do governo pela diversificação de investidores. Entretanto, esse autor também destaca esforços relacionados à nacionalização, que desta vez não ocorreria através da apropriação do Estado, mas pelas ações de companhias privadas nigerianas.

Com o objetivo de enfrentar as consequências da queda nas receitas do petróleo e da crise política, o governo implementou melhorias nos termos fiscais para as companhias de petróleo com a intenção de atrair novos investidores estrangeiros. Nesse sentido, destacou-se o chamado Memorando de Entendimento (MOU, em inglês), introduzido em 1986, que ofereceu um amplo e melhorado acordo financeiro entre o governo e as multinacionais. Frynas (2000, p. 34) aponta que as mudanças nas composições dos tributos de 1970 em diante resultaram numa maior dependência nas rendas provenientes das companhias estrangeiras. Como consequência, o governo nigeriano passou a ser mais suscetível às necessidades desses atores, priorizando-os em detrimento das demandas das comunidades nas áreas onde havia a extração do hidrocarboneto (FRYNAS, 2000, p. 34).

As ações dedicadas a adquirir novos parceiros foram exitosas. Novas corporações como Satoil-BP Alliance, Exxon e Du Pont iniciaram atividades de exploração de petróleo e gás no país e contribuíram com descobertas de novas jazidas, como as encontrados pela empresa Conoco, em 1998, e pela Statoil, em 1999. Além disso, o número total de corporações desenvolvendo atividades na Nigéria ampliou de forma expressiva: enquanto na

década de 1980, apenas doze companhias possuíam licença para a exploração de petróleo, em 1998 esse número passou para cinquenta (FRYNAS, 2000, p. 35).

As medidas de nacionalização, dessa vez relacionadas com os investimentos de companhias privadas da Nigéria, também foram eficazes. Em março de 1999, havia 46 companhias nacionais com 55 das licenças de petróleo nigerianas, grande parte delas obtiveram as licenças no período entre 1990 e 1993. Apesar desse avanço, essas empresas permaneceram como atores secundários, em razão dos custos altos e a exigência de capital para os empreendimentos. Além disso, poucas companhias nigerianas se estabeleceram como realmente competitivas, pela ausência de conhecimento técnico exigido pela indústria. Por essa razão, elas usualmente se aliavam aos parceiros estrangeiros, formando *joint ventures* nos quais a companhia nigeriana possuía 60% de participação, e a estrangeira, 40% (OBI, 2007, p. 19; FRYNAS, 2000, p. 37).

As práticas direcionadas para a diversificação e nacionalização da indústria petrolífera não ameaçaram a dominância das seis grandes companhias estabelecidas desde o princípio da exploração na Nigéria, sendo elas: Shell, Mobil, Chevron, Elf, Agip e Texaco, as quais em 1997 dominavam 97% da produção de petróleo. Evidencia-se, portanto, que a repercussão dos produtores nacionais foi muito pequena para influenciar a posição da Nigéria frente às companhias estrangeiras (FRYNAS, 2000, p. 37).

Nos anos 1990, o ministro do petróleo Dan Etete, implementou uma emenda ao Decreto do Petróleo número 23, fornecendo respaldo ao governo para recuperar todos os campos marginais de petróleo não desenvolvidos pelas companhias estrangeiras, realocando-os para as corporações nacionais. Essa ação possuía o objetivo de beneficiar o Estado nigeriano, permitindo que ele recebesse receitas maiores através da produção nesses campos. Não obstante, o decreto possuía inúmeras lacunas legais³², falhando até mesmo em definir o que era considerado um campo marginal, não sendo implementado até 1999, e causando pouco efeito para as multinacionais (FRYNAS, 2000, p. 38).

Com o fim do regime militar, ascendeu ao poder um novo governo, liderado pelo general aposentado Olusegun Obasanjo, que havia sido o chefe de Estado da Nigéria entre 1976 e 1979. Esse contexto gerou um novo incentivo para a desregulamentação da indústria do petróleo no país. Dessa forma, a partir de 1999, todos os subsídios existentes foram removidos, após oito aumentos sucessivos de preços, objetivando diminuir as diferenças entre

³² As empresas poderiam simplesmente afirmar que não possuíam campos marginais, dada a ausência de definição para o termo. De fato, a Shell afirmou que nenhum de seus campos se enquadrava em tal classificação, portanto, não podendo serem confiscados (FRYNAS, 2000, p. 38).

preços domésticos e globais do produto refinado. Essa medida também serviu como uma forma de imposto sobre vendas de produtos originários de petróleo refinado, levando a um substancial aumento nos preços domésticos dos combustíveis e, em conjunto com seus efeitos multiplicadores, ocasionou aumento no preço dos bens locais e de serviços (OBI, 2007, p. 19).

Entre os anos de 1999 e 2003, aproximadamente 250 milhões de dólares foram gastos no reparo e na manutenção dos depósitos de petróleo, oleodutos e outras infraestruturas petrolíferas no país. Nesse sentido, destaca-se o fato de que a capacidade de refino da Nigéria é muito baixa, especialmente se for considerado que o petróleo produzido é qualificado como leve e com baixo teor de enxofre, cujo o refino é facilitado. A capacidade conjunta das refinarias do país é de aproximadamente 440 mil barris de petróleo diários, para uma produção de mais de dois milhões de barris diários. Durante as últimas duas décadas, as taxas de refino do país estiveram em declínio, e estão associadas às distorções ligadas aos subsídios de petróleo. A incapacidade do país de realizar o refinamento de petróleo conduz a um paradoxo. Enquanto a Nigéria é um dos maiores produtores de petróleo bruto, também é um importador líquido de combustível refinado (DALI, 2015, p. 16).

Nesse sentido, o governo nigeriano planejou, nos últimos anos, a construção de uma nova refinaria. Entretanto, os planos encontraram obstáculos na falta de financiamento e nas políticas governamentais de subsídio aos combustíveis. A companhia denominada Dangote Group, de origem nigeriana, projeta a construção de uma refinaria com capacidade de processar 500 mil barris diários, em Lagos, a um custo entre 9 e 14 bilhões de dólares, porém o início da construção está programado apenas para o final de 2017 (EIA, 2016).

O governo também forneceu incentivos destinados a atrair mais investimentos ao setor *upstream* da indústria petrolífera, com o objetivo de duplicar a produção diária, que na época era de 2,5 milhões de barris de petróleo diários. Em resposta, as companhias Shell, Chevron Texaco e Exxon Mobil anunciaram planos para aumentar suas atividades no país³³. Além disso, novos investidores de diversas partes do mundo passaram a operar na Nigéria, o que foi bem recebido pelo governo do país, cujos objetivos são a diminuição da dependência das companhias ocidentais, descobrir novas reservas de hidrocarbonetos e receber maiores receitas. Entre os novos atores estão: CNOOC, SINOPEC, CNPC, *Korean National Oil*

³³ A Shell, que é responsável por aproximadamente a metade da produção de petróleo da Nigéria desde a década de 1990, expandiu as operações de suas outras subsidiárias, como a Companhia de Exploração e Produção Shell Nigeria (SNEPCO, sigla em inglês), que explora o campo de petróleo de águas profundas denominado Bonga; a Shell Nigeria Gas (SNG, sigla em inglês); e a Shell Nigeria Oil Products (SNOP, sigla em inglês) para aproveitar-se da desregulamentação da indústria no país (OBI, 2007, p. 21).

Corporation (KNOC, sigla em inglês), a Statoil da Noruega e a Petrobras do Brasil (OBI, 2007, p. 21).

Além da abertura do setor *upstream* para companhias originárias da Ásia e da América do Sul, a Nigéria também promoveu a participação de nigerianos na indústria petrolífera ao demandar que houvessem funcionários locais em todos os contratos de empreendimentos conjuntos. Determina-se também que 10% das licenças de exploração de petróleo concedidas devem ser direcionadas às companhias petrolíferas nigerianas. Assim, ao invés de uma rendição completa às companhias petrolíferas estrangeiras, o estado nigeriano tem procurado uma redistribuição das fontes de investimento. Isso demonstra a perspectiva nacionalista, que busca assegurar alguma participação nigeriana significativa nas operações do setor estratégico de petróleo. Ainda assim, apesar dessas iniciativas políticas, o setor petrolífero na Nigéria enfrenta grandes desafios (OBI, 2007, p. 21).

Entre essas dificuldades, estão os problemas relacionados às interrupções nas áreas de produção de petróleo, em razão do roubo, desvio ou extração ilegal, principalmente na região do Delta do Níger. De fato, estima-se que os extravios e roubos de petróleo, entre os anos de 2003 e 2012, correspondam a uma perda de aproximadamente 150 a 200 mil barris por dia, o que representa a maior quantidade de desperdício entre os países produtores de petróleo no mundo. Em termos tributários, calcula-se que o Estado nigeriano deixe de arrecadar aproximadamente 5,4 bilhões de dólares (DALI, 2015, p. 17).

Em 2008 foi proposta a *Petroleum Industry Bill* (PIB), ato que representa um quadro de regulamentações para a indústria petrolífera no país, com determinações para as operações nos setores *upstream* e *downstream*. Espera-se que essa medida modifique a estrutura organizacional e os termos fiscais em relação ao setor, o que levantou preocupações para as empresas estrangeiras. Entre algumas das propostas controversas da PIB estão a possibilidade de renegociar contratos com as companhias estrangeiras, mudanças nas estruturas de royalties, desregulamentação do setor *downstream*, reestruturação da NNPC, concentração da supervisão do Ministério dos Recursos Petrolíferos e uma contribuição obrigatória de 10% dos lucros líquidos das empresas ao Fundo das Comunidades Sede do Petróleo (EIA, 2016c).

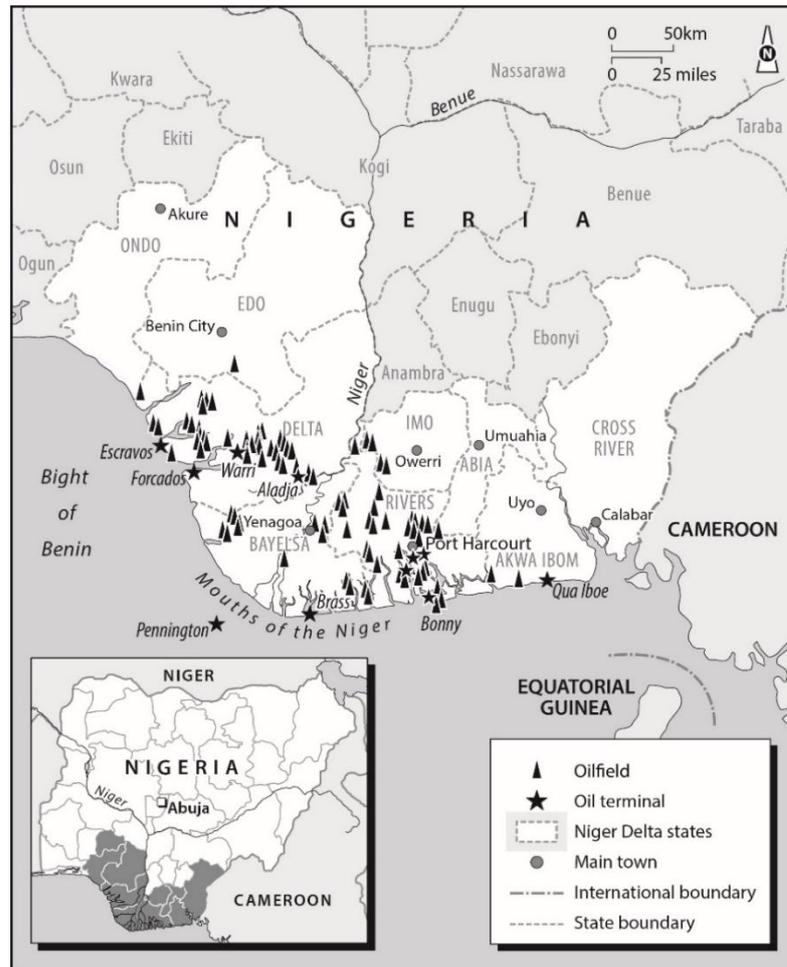
Apesar do longo caminho percorrido pela indústria petrolífera nigeriana, as tentativas de nacionalização e abertura para companhias estrangeiras de países emergentes, as corporações transnacionais como Shell, Chevron, Texaco, Exxon Mobil, Total e Agip, bem como outras empresas ligadas a elas, permanecem com o monopólio no país. Além de possuírem tecnologia muito superior, elas se encontram em vantagem em termos de gerenciamento, capital e apoio político tanto dos Estados Unidos quanto da União Europeia.

Dessa forma, compreende-se que outra dificuldade enfrentada pela Nigéria, é a de efetivamente regular as operações dessas companhias. Nesse cenário, o que resta para o Estado é coletar e distribuir as receitas, sendo esse o poder que advém da posse estatal do petróleo. Por isso que capturar o poder estatal se torna fundamental, tanto na esfera das disputas entre as facções da elite dominante, quanto no âmbito da competição entre a elite hegemônica e a maior parte da população, que vive abaixo da linha da pobreza (OBI, 2007, p. 21-22).

4.2 O PETRÓLEO E O CONFLITO NO DELTA DO NÍGER

A região do Delta do Níger corresponde a uma área de aproximadamente 70 mil quilômetros quadrados, ao sul da Nigéria, onde o Rio Níger, um dos maiores em extensão da na África Ocidental, deságua no Oceano Atlântico, entre os Golfos de Biafra e Benin. A área compreende atualmente nove estados: Ondo, Edo, Delta, Bayelsa, Rivers, Imo, Abia, Akwa Ibom, e Cross River. Esse espaço corresponde a um rico ecossistema, sendo um dos maiores manguezais do mundo, onde estima-se que habitem 31 milhões de pessoas. As estruturas geológicas dessa região a tornaram propensa à formação de depósitos de petróleo, os quais foram descobertos nesse território na década de 1950. Desde que o produto começou a ser extraído, a região se tornou responsável por mais de 90% das receitas petrolíferas da Nigéria, sendo as reservas estimadas em 31,5 bilhões de barris de petróleo. Embora seja extremamente rico em termos minerais, o Delta do Níger é um dos locais mais atrasados e subdesenvolvidos em toda a Nigéria (OBI, RUSTAD, 2011, p. 3; OYEFUSI, 2007, p. 7; WATTS, 2004, p. 58).

Mapa 3 - Estados do Delta do Níger



Fonte: Obi e Rustad (2011).

Atualmente, os conflitos na região estão centrados em disputas não só entre as companhias multinacionais e as comunidades locais, mas também entre essas comunidades e o governo nigeriano. No primeiro caso, as divergências são motivadas pelas demandas por compensação pela apropriação de terras realizadas pelas corporações, e por danos ambientais causados pela atividade extrativa. Nesse sentido, discute-se sobre as causas dos derrames de petróleo na área e se as companhias deveriam pagar ou não indenizações. Já, as disputas que opõe o governo e a população, estão relacionadas à partilha das receitas do petróleo e à divisão dos recursos públicos entre os diversos grupos étnicos. Além disso, são exigidas ações governamentais que compensem os habitantes pelos danos causados pela indústria (OYEFUSI, 2007, p. 8).

À vista disso, aponta-se que os principais atores envolvidos na região são: o Estado nigeriano, as companhias multinacionais, os governos de países ocidentais que possuem interesse no local e as comunidades do Delta do Níger. A atuação do governo nigeriano é

marcada por dificuldades em negociar com a população do Delta, principalmente em razão do uso da força em medidas desproporcionais. Observa-se que o governo parece interpretar a situação como um problema ocasionado pela população, a qual é vista como criminosa, sem que sejam compreendidas e atendidas as suas reivindicações (OVIASUYI, UWADIAE, 2010, p.114 -115).

Na mesma linha que o governo, as companhias transnacionais tendem a culpabilizar a população. A companhia Shell, nesse sentido, demorou décadas até reconhecer que suas atividades causaram danos ao território, apenas recentemente concedendo indenizações para as comunidades. Os governos dos países ocidentais, por sua vez, apesar de compreenderem que os problemas estão relacionados ao desenvolvimento na região, são mais inclinados enxergá-lo em termos securitários. Isso explica a oferta dos EUA de treinarem tropas militares nigerianas para operarem no Delta do Níger, no início dos anos 2000. Dessa forma, entende-se que a ação em conjunto do Estado nigeriano e das companhias transnacionais não apenas priva os habitantes do Delta a acessar os recursos, mas também parece contribuir para que a população se volte contra si (OVIASUYI; UWADIAE, 2010, p.114 -115).

As origens do conflito no Delta do Níger podem ser observadas já no período colonial, quando a divisão da Nigéria como colônia resultou na marginalização das comunidades multiétnicas da região. Na época, o Império Britânico dividiu o território nigeriano entre as seguintes regiões: oeste, composto pela etnia Yuruba; leste, pela etnia Igbo; e norte, pelos Hausa Fulani. Em decorrência disso, as comunidades no Delta do Níger ficaram relegadas a condição de minoria. O desequilíbrio de poder entre as regiões foi acentuado uma vez que o compartilhamento das receitas, a representação política, e a distribuição de lideranças foram edificados sobre essas diferenças, reforçando a hegemonia das etnias majoritárias (OBI, RUSTAD, 2011, p. 5).

Quando a Nigéria passava pelo período de transição para tornar-se independente, essas minorias étnicas anunciaram suas preocupações quanto a sua condição na Comissão Willink, em 1955, enunciando que se encontravam completamente dominadas pelos outros povos numericamente superiores. De fato, a disparidade que já existia antes de independência, se agravou ainda mais no período pós-colonial (WATTS, 2004, p. 58). Com o início da produção de petróleo, na década de 1950, surgiu a esperança de que essa comunidade pudesse superar a negligência e desenvolver-se. Entretanto, a presença das companhias multinacionais, operando em conjunto com o Estado nigeriano, ocasionaram um enorme dano ambiental e alterações nas práticas de subsistência da população.

Em 1966 houve uma tentativa frustrada de secessão, realizada pela etnia Ijaw, liderada por Adaka Boro, através do grupo denominado Força Voluntária do Delta do Níger (NDVF, em inglês). O objetivo desse líder e de seus apoiadores era criar uma república do Delta do Níger que possibilitaria a autodeterminação do povo Ijaw e o controle e a posse do petróleo que se localizava sob suas terras. Em parte, a revolta ocorreu pelo receio de que a elite dominante da região Leste, composta pela etnia Igbo, iria tomar posse dos recursos petrolíferos do Delta. Entretanto, Boro e seus aliados foram capturados e condenados por traição, sendo soltos após o governo federal ser derrubado em julho de 1966. No ano seguinte, o novo governo criou doze novos estados, três deles no Delta do Níger: Midwest, Rivers e Southeast. Essa medida visava diminuir as possibilidades de emergência de grupos de secessão no futuro. (OBI, RUSTAD, 2011, p. 6; NWAJIAKU-DAHOU, 2012, p. 301).

Durante a guerra civil, que perdurou de 1967 até 1970, o governador da região leste e líder dos separatistas de Biafra, Odumegwu Ojukwo, combateu os esforços de autodeterminação do povo Ijaw, pretendendo obter o controle do petróleo no Delta do Níger. Boro, que então havia se aliado ao governo federal, morreu pouco antes do final do conflito em 1970, tornando-se um mártir e ícone da luta pelas minorias étnicas da região (OBI, RUSTAD, 2011, p. 6).

Ao longo do conflito, e depois que ele chegou ao fim, diversos desenvolvimentos tiveram implicações nas disputas que envolviam as minorias étnicas do Delta do Níger. Em primeiro lugar, foi nesse período que a região se tornou a principal fonte de receitas e de onde se originavam a maior parte das exportações do país. Além disso, em segundo lugar, no ano de 1969 o governo federal tomou o controle de todas as reservas de petróleo em seu território, através do Decreto 51 ou Ato do Petróleo. Por fim, em terceiro lugar, com o aumento das atividades de exploração houve também a intensificação do impacto ambiental no ecossistema frágil da região (OBI, RUSTAD, 2011, p. 6).

Em decorrência desses fatos, surgiram novos descontentamentos entre as minorias étnicas do Delta, principalmente por se sentirem trapaceadas pelo governo federal. Durante a guerra civil, o povo do Delta do Níger havia fornecido apoio ao governo, o qual não apenas deixou de retribuir o auxílio, como levou a região a perder acesso a uma considerável porção do petróleo produzido. Ao invés de receberem o direito a 50% das rendas do petróleo na base do princípio da derivação e de alocação de rendas, a quota da região foi diminuída de forma progressiva, até chegar em apenas 3% no início dos anos 1980. Em seguida, diversos grupos de etnias minoritárias, como os Ijaw, Ogoni, Urhobo, Isoko, Egi, Ikwerre e Itsekiri passaram a se mobilizar através de ações pacíficas, para protestar contra as atividades das companhias

petrolíferas e a negligência do governo. Tais protestos ocorreram através de artigos em jornais locais, petições e relatórios (OBI, 2010, p. 226).

Entre os anos 1970 e 1980 os habitantes do Delta começaram a se manifestar contra as ações conjuntas das companhias petrolíferas e do governo militar. Nesse sentido, Ken Saro-Wiwa e o povo Ogoni, um grupo étnico de aproximadamente 400 mil habitantes, desempenharam um papel pioneiro ao estabelecer uma organização política denominada Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP, em inglês), em 1990. O movimento emitiu uma declaração de direitos para demandar indenizações da companhia Shell, e exigir que o Estado nigeriano transferisse o controle da extração do petróleo para os habitantes da região (WATTS, 2004, p. 59).

O povo Ogoni é usualmente considerado um grupo étnico distinto, que se concentra no estado de Rivers, cuja extensão é de aproximadamente 50 mil quilômetros quadrados. Nesse local se encontra uma das taxas mais elevadas de densidade demográfica do continente africano, onde as regiões mais populosas coincidem com as áreas onde se encontram os maiores poços de petróleo. Até a descoberta de petróleo, a população vivia de atividades como pesca e agricultura, aproveitando-se das boas condições do solo e da biodiversidade (WATTS, 2004, p. 66).

Nos anos 1970, quando o primeiro aumento dos preços de petróleo ocorreu, a região de Ogoni contribuía com quase 15% da produção nigeriana. Nas últimas três décadas estima-se que 30 bilhões de dólares em receitas de petróleo foram produzidos nessa área. Em contrapartida, a alocação de recursos para o estado de Rivers despencou, tanto em termos absolutos, quanto em termos relativos. Enquanto a região produzia aproximadamente 60% do petróleo no período em que os preços se encontravam mais altos, recebia apenas 5% da alocação de recursos conforme previsto pela lei. Entre as décadas de 1970 e 1980, as receitas recebidas pela região eram um quinquagésimo do valor de petróleo que produziam. Isso se reflete nas condições de vida em Ogoni. As taxas de analfabetismo, mortalidade infantil e de desemprego são muito altas, até mesmo para os padrões nigerianos e poucos tem acesso à eletricidade (WATTS, 2004, p. 67). Sobre as consequências da exploração de petróleo nessa região, Watts (2004) pontua:

Se Ogoniland não conseguiu enxergar os benefícios materiais do petróleo, o que de fato experimentou foi um desastre ecológico - o que o Parlamento Europeu chamou de "pesadelo ambiental". O centro dos danos ecológicos provém de derrames de petróleo - quer dos oleodutos que atravessam Ogoniland (frequentemente passando diretamente através das aldeias) ou de explosões nos poços - e queima de gás. No que diz respeito a este último, uma quantidade surpreendente de 76% do gás natural nas áreas produtoras de petróleo é queimado (contra 0,6% nos EUA). Como um

ambientalista visitante observou em 1993 no delta, "algumas crianças nunca conheceram uma noite escura, embora não tenham acesso à eletricidade" (WATTS, 2004, p. 67).³⁴

Diante dessa realidade, grupos de pressão também emergiram para demandar a criação de novos estados na região, e maior representação nas instituições federais. A expansão da indústria petrolífera, a crise econômica que se seguiu da queda no preço do petróleo no início dos anos 1980 e os efeitos socioeconômicos adversos das reformas da política econômica contribuíram para a piora nas condições do Delta do Níger e, conseqüentemente, para a intensificação das hostilidades (OBI, 2010, p. 226).

Em 1990, houve uma tentativa frustrada de golpe contra o Chefe de Estado nigeriano Ibrahim Babangida, que recebeu apoio dos militares Ijaw. Após esse evento, os oficiais dessa etnia, que foram forçados a abandonar seus postos e retornar ao Delta, tornaram-se grandes líderes da região, se colocando como protagonistas junto aos chefes das vilas. A partir de então, começaram a treinar e armar os grupos de jovens, objetivando pressionar as companhias de petróleo a concederem benefícios materiais para a população ou apoio às suas demandas políticas, como o recebimento de maior participação nas receitas do petróleo e a criação de um maior número de estados (NWAJIAKU-DAHOU, 2012, p. 301).

Em seguida, as elites e os chefes Ijaw passaram a ser acusados pelos círculos jovens da etnia de terem se corrompido e passado a apoiar as companhias petrolíferas e o regime militar. Conseqüentemente, após a criação do MOSOP, no início dos anos 1990, os membros da elite política Ijaw se sentiram compelidos a aceitarem o nacionalismo dos jovens da etnia, de modo a aliviar as tensões que também passara a ameaçá-los. Como resposta, foi criado o Congresso Nacional Ijaw (INC, inglês), em 1991, que objetivava reintegrar os Ijaw à classe política nigeriana. Através do INC, pretendia-se realizar um tipo de *lobby* para obter ganhos para as demandas da região, o que acabou funcionando em certa medida, uma vez que foi criado o estado de Bayelsa, em 1996. Esse se configurou como o primeiro e único estado majoritariamente Ijaw no país. No entanto, uma parcela mais jovem e com acesso à educação, dessa etnia começou a fazer frente ao conservadorismo do INC, fundando uma nova associação denominada Conselho da Juventude Ijaw (IYC, em inglês), em 1998. Esse

³⁴Do original em inglês: If Ogoniland failed to see the material benefits from oil, what it did experience was an ecological disaster - what the European Parliament has called 'an environmental nightmare'. The heart of the ecological harms stem from oil spills -either from the pipelines which criss-cross Ogoniland (often passing directly through villages) or from blow outs at the wellheads - and gas flaring. As regards the latter, a staggering 76 per cent of natural gas in the oil-producing areas is flared (compared to 0.6 per cent in the US). As a visiting environmentalist noted in 1993 in the delta, 'some children have never known a dark night even though they have no electricity'.

conselho tinha uma agenda radical de autodeterminação e de não violência para abordar as questões relacionadas ao controle dos recursos (NWAJIAKU-DAHOU, 2012, p. 302).

Em 1995, o líder Ogoni, Ken-Saro Wiwa, um dos idealizadores do Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni, foi executado pelo governo militar nigeriano junto a outros oito ativistas, após ter sido preso no ano anterior. Ainda assim, o legado dos manifestantes se proliferou, ocasionando o surgimento de outros movimentos semelhantes ao MOSOP. Em 1997, um grupo de 10 mil jovens organizou um protesto em Aleibiri, contra as atividades da companhia Shell, influenciados pelas ações do MOSOP. Entre 1998 e 1999, a população Ijaw passou a manifestar-se através das lutas dos movimentos do Conselho da Juventude Ijaw, do Conselho Nacional Ijaw e do Movimento para a Sobrevivência da Etnia e Nacionalidade Ijaw contra o governo do general Sani Abacha. A partir dessas atividades houve um aprofundamento das tensões políticas na região do Delta do Níger (WIWA, 2015; WATTS, 2004, p. 59)

Em seguida, ao contrário do que se poderia supor, a transição do governo militar para o civil coincidiu com o aumento de tropas militares no Delta do Níger, em níveis inéditos até então. Em dezembro de 1998, às vésperas da transição, foi emitida a Declaração de Kaiama, ao final da Conferência de Toda a Juventude Ijaw, que reuniu aproximadamente cinco mil pessoas. Nessa declaração, além das demandas já reconhecidas pela distribuição equitativa dos lucros das atividades extrativas, e por maior participação política, também foi exigido que todas as companhias petrolíferas suspendessem suas operações na região dos Ijaw. Além de fazer essa reivindicação, foi declarado que o povo rejeitava o rótulo de sabotadores e terroristas, uma vez que estavam exaustos das consequências da indústria, como a queima de gás, o derramamento de petróleo e as explosões (NWAJIAKU-DAHOU, 2012, p. 302; ALL IJAW YOUTHS CONFERENCE, 1998).

Como resultado, mais de 15 mil soldados e dois navios de guerra foram enviados ao estado de Bayelsa pelo governo do General Abusalami Abubakar, sendo declarado estado de emergência. O embate resultou na morte de aproximadamente 200 pessoas, enquanto muitas outras foram feridas, estupradas e torturadas. Esse desastroso evento acabou determinando o teor das próximas ações governamentais civis. Em 1999, a cidade de Odi, em Bayelsa, foi invadida pelas tropas federais após o assassinato de policiais nigerianos, por uma facção possivelmente não associada às demandas políticas Ijaw. Os soldados enviados pelo governo mataram centenas de pessoas, em um massacre que destruiu a cidade. (NWAJIAKU-DAHOU, 2012, p. 302; HUMAN RIGHTS WATCH, 1999)

Kathryn Nwajiaku-Dahou (2012, p. 303) afirma que, antes da transição para o governo civil, a Conferência de Kaiama abriu a possibilidade para a ascensão de uma liderança nacionalista Ijaw que poderia direcionar as demandas das massas contra os interesses da elite. Entretanto, a democratização foi acompanhada da possibilidade de reincorporação desses grupos jovens pela parcela conservadora da elite Ijaw, através do financiamento e patrocínio das atividades políticas, orientando-os conforme seu interesse.

Nesse sentido, a eleição de Asari Dokubo para a presidência do Conselho da Juventude Ijaw, em 2001, com o apoio financeiro do governador do estado de Rivers, marcou uma ruptura entre os membros desse Conselho. Dokubo afirmava representar todas as comunidades produtoras de petróleo e, através do IYC e do uso de armas, extorquiu as petrolíferas. Após auxiliar, em 2003, a fraudar as eleições estaduais e eleger o governador do estado de Rivers (Peter Odili), Dokubo abandonou sua posição no IYC e fundou a Força Voluntária do Povo do Delta do Níger (NDPVF, em inglês). No ano seguinte, reuniu um exército de mil soldados, composto por indivíduos desempregados e de facções urbanas. A partir de então, essa organização passou a envolver-se em uma série de conflitos violentos ao redor de Port Harcourt, contra uma milícia rival, chefiada por Ateke Tom. Esse grupo, denominado Vigilantes do Delta do Níger, assim como o NDPVF, era também financiado pelo governador Odili. O cenário, desde então, agravou-se com o aumento dos conflitos locais (NWAJIAKU-DAHOU, 2012, p. 303).

Em setembro de 2004, Dokubo declarou guerra contra todas as companhias petrolíferas e o governo nigeriano, após um ataque militar contra as suas bases no leste de Delta, ocasionando, inclusive, um aumento nos preços mundiais do petróleo. Inicialmente, o governo considerou esse líder como um criminoso, porém, posteriormente o presidente Obasanjo passou a negociar o cessar fogo entre a NPDFV e os Vigilantes do Delta do Níger, até que conseguiu efetuar a prisão de Dokubo, em 2005 (NWAJIAKU-DAHOU, 2012, p. 304).

Em 2006, emergiu o Movimento para a Emancipação do Delta do Níger (MEND), o qual demandou a libertação de Asari Dokubo e de Alamieseigha, ex-governador do estado de Bayelsa, preso após ser retirado do cargo por corrupção, em 2005. Apesar dessas exigências sugerirem que há uma continuidade entre NDPVF e essa nova organização, elas seriam apenas associadas, já que até sua origem geográfica não coincide. O MEND seguia as mesmas demandas de autodeterminação dos outros movimentos e se posicionou contra o então presidente Obasanjo e o Partido Democrático Popular (PDP) (NWAJIAKU-DAHOU, 2012, p. 304).

Em março de 2009 as exportações de petróleo bruto despencaram para 1,6 milhões de barris diários, uma queda significativa se comparado ao ano de 2006, quando a quantia era de 2,6 milhões de barris. Após a cogitação de negociações e anistia, em maio do mesmo ano, o presidente Yar'Adua ordenou o bombardeio de duas regiões no estado Delta, Gbaramatu e Escravos, um local central para os militantes, e próximo das plataformas em offshore das companhias Shell e Chevron. Em seguida foi oferecida anistia para aqueles militantes que se entregassem. De fato, alguns líderes passaram a negociar com o governo e render-se. Assim, manteve-se um período relativamente pacífico durante quase três anos, com a diminuição dos sequestros e o retorno da produção aos níveis de 2006 (NWAJIAKU-DAHOU, 2012, p. 304).

Em suma, como decorrência do aumento da militância, o número das interrupções nas operações petrolíferas na Nigéria aumentou enormemente entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Algumas estimativas sugerem que a militância e protestos interromperam a produção de petróleo produzido *onshore* em um terço, de 2001 até 2003. Além da perda da produção de petróleo, há perdas financeiras para as companhias, um movimento que tem as motivado a começar a redirecionar a sua atenção para as atividades offshore (OYEFUSI, 2007, p. 8)

Nesse período, em resposta ao aumento dos protestos e sob a pressão da opinião pública, o governo nigeriano realizou tentativas para aumentar seu comprometimento no desenvolvimento do Delta do Níger. Em 1993, portanto, estabeleceu um órgão denominado *Oil Mineral Producing Areas Development Commission* (OMPADEC, em inglês), que acabou não sendo eficaz pela falta de planejamento, deixando inúmeros projetos não finalizados. Em 2000 foi implementada a Comissão de Desenvolvimento do Delta do Níger (NDDC, em inglês) em meio a oposição de ativistas que afirmavam que a Comissão não serviria às comunidades e sofreria da falta de gestão e corrupção. Ademais, o Movimento para Emancipação do Delta do Níger também se opôs à Comissão, apontando que ela seria um novo ambiente de corrupção que retiraria recursos que deveriam ser empregados ao Delta. De fato, os receios expostos pelo MEND se tornaram realidade, descobrindo-se que um dos diretores da Comissão havia concedido o equivalente a cinco milhões de dólares para um curandeiro auxiliá-lo a consolidar sua posição no quadro de diretores. Questiona-se como um funcionário teria conseguido adquirir tanto dinheiro para esse fim. Dessa forma, as ações da NDDC ainda não foram sentidas pela população do Delta do Níger (OVIASUYI, UWADIAE, 2010, p.121).

Além das ações governamentais, desde os anos 1990 o escopo das atividades de desenvolvimento das companhias de petróleo nas comunidades produtoras tem sido

expandido. Acredita-se, inclusive, que as companhias petrolíferas pagam alguns líderes locais para induzir o comportamento pacífico. Entretanto, aponta-se que muitas das multinacionais se engajam em projetos comunitários por razões de imagem, e não pela motivação de solucionar efetivamente os problemas do povo local. Dessa forma, projetos que não existem são divulgados e as quotas que são direcionadas ao auxílio são artificialmente aumentadas, para evitar o pagamento de impostos (OYEFUSI, 2007, p. 8)

Enquanto que, tanto as companhias quanto o governo nigeriano têm sido propensos a conceder auxílio financeiro às comunidades produtoras, uma resposta mais frequente aos protestos tem sido o uso de medidas de repressão. Tais ações, como evidenciado ao longo desta seção, são caracterizadas por serem desproporcionalmente violentas. Vilas como Odi, Opiá-Ikenyan, Okerenkoko e Ogoniland foram destruídas pelos soldados nigerianos, os quais empreenderam o uso excessivo de força ao combaterem as insurgências (OVIASUYI, UWADIAE, 2010, p. 112). As multinacionais têm, por sua vez, apoiado a repressão dos protestos das comunidades e instigado as forças de segurança contra elas (OYEFUSI, 2007, p. 9).

Evidencia-se que o uso de força militar desproporcional, sendo empregada a menor sugestão de manifestação no Delta do Níger tornou-se uma prática comum, desde o final dos anos 1980. Em 2003, forças combinadas do exército, marinha e aeronáutica foram implementadas em Warri, no estado Delta, próximo das quatro refinarias nigerianas e das plataformas das companhias Shell e Chevron. Essa medida, que se justificava como uma tentativa de pacificar o conflito, servia como proteção para as atividades petrolíferas e uma questão de segurança nacional para a Nigéria (HUMAN RIGHTS WATCH, 2003).

Diante do exposto, observa-se que o conflito no Delta do Níger está associado à extração de petróleo na região e suas consequências. A poluição ambiental causada pela prospecção do recurso impediu que a população local continuasse a desenvolver suas atividades de subsistência. Além disso, relata-se que as rendas não foram distribuídas adequadamente, ou de modo que compensasse os efeitos prejudiciais da indústria petrolífera. O governo nigeriano, por sua vez, usualmente privilegia as empresas multinacionais, em razão da manutenção do fluxo de petróleo ser fundamental para o sustento do Estado. Isso justifica a implementação das forças armadas, de modo desproporcional, no combate aos insurgentes. Ademais, há as disputas políticas que, muitas vezes, sustentam-se nas divisões étnicas do país e que se configuraram já no período colonial. Evidencia-se, portanto, que o conflito no Delta do Níger tem origens multifatoriais associadas às operações petrolíferas.

4.3 A POLÍTICA EXTERNA NIGERIANA E O PETRÓLEO

A partir do momento em que a Nigéria se tornou um dos maiores produtores de petróleo do mundo, nos anos 1970, a existência desse produto gera, automaticamente, laços entre esse país e o mercado energético internacional. Desde então, o recurso energético contribuiu para o fluxo de riquezas em direção ao país, construindo sua economia. Além disso, se colocou como uma ferramenta para os objetivos da política externa nigeriana. Esse fato se tornou evidente quando os preços do petróleo passaram a aumentar, nos anos de 1972 e 1979. O produto foi utilizado como um instrumento de coerção nas relações internacionais através de embargos e restrições de importações, seja por razões políticas, seja para promoção de interesses. Dessa forma, apesar da formulação de política externa nigeriana depender de diversos outros fatores, como a postura dos líderes, o ambiente doméstico e o cenário internacional, o petróleo serviu como recurso para que esse país ganhasse espaço no âmbito global. Portanto, enquanto os preços do petróleo se mantiveram altos, os nigerianos puderam perseguir uma política externa mais assertiva (MONDAY, SALIHU, 2017, p. 41)

Quando a Nigéria se tornou independente, em 1960, a política externa seguiu uma tendência já estabelecida nos anos anteriores, a qual se baseava na proximidade com os países ocidentais e era intimamente ligada ao Reino Unido. O governo de Tafawe Balewa, que compreendeu o período entre 1960 e 1966, manteve as ligações com a antiga metrópole e com o restante dos países da Europa Ocidental, posicionando-se a favor do ocidente na maior parte das relações e assuntos globais (FALOLA, HEATON, 2008, p. 260). No período, de acordo com Fayomi et al (2015, p. 182) a política externa do país procurava conquistar os seguintes objetivos: promoção do bem-estar econômico dos nigerianos e africanos, promoção da integridade territorial, erradicação de todas as formas de colonialismo e racismo do continente, proteção dos direitos dos homens negros ao redor do mundo e promoção da paz e segurança internacional.

Apesar dessas aspirações, a política externa nigeriana na Primeira República (1960 – 1966) tem sido frequentemente descrita como tímida, dócil, ambivalente, indecisa e inerte. Uma das razões apontadas para esse baixo perfil está no legado colonial, que restringiu as opções políticas dos líderes no período pós-independência. Além disso, a relativa pobreza do país naquele período, a falta de experiência em assuntos internacionais e o conservadorismo de Balewa e outros membros do seu gabinete levaram a essas ações mais retraídas (FAYOMI, CHIDOZIE, AJAYI, 2015, p.183)

Durante o período foram construídas as bases para que a África se tornasse o centro da política externa nigeriana (UBI, AKINKUOTU, 2014, p. 418). Dessa forma, destaca-se que durante a década de 1960 o país incentivou a descolonização do continente, embora de modo conservador, apoiando as emancipações através de acordos entre metrópole e colônia. Além disso, o país incentivou negociações pacíficas com o regime do apartheid na África do Sul, ao mesmo tempo em que solicitava a sua saída da *Commonwealth*, em razão das ações racistas empregadas pelo país. Outra ação de destaque no continente foi o envio de forças para apoiar a missão de paz da ONU no Congo, contra Patrice Lumumba (FALOLA, HEATON, 2008, p. 260)

Entre os anos 1967 e 1970, intervalo em que ocorreu a guerra civil nigeriana, a política externa apresentou modificações em sua formulação. Isso porque o objetivo central do país passou a ser conquistar aliados que apoiassem o governo militar federal no conflito, evitando, assim, que ocorressem intervenções no território. Por um lado, essa política obteve sucesso, já que a Organização da Unidade Africana (OUA) deixou de envolver-se no conflito, considerando esse um assunto interno nigeriano. Por outro lado, as potências ocidentais, especialmente EUA e Inglaterra se recusaram a tomar algum posicionamento, preferindo aguardar para avaliar como o conflito se desenvolveria. Como o povo de Biafra controlava as áreas produtoras de petróleo do Delta do Níger, esses países abstiveram-se de vender armas para Lagos. À vista disso, os nigerianos passaram a comprar aeronaves do bloco oriental e a aceitaram auxílio técnico dos soviéticos (FALOLA, HEATON, 2008, p. 260).

Alguns países africanos reconheceram a independência de Biafra em 1968, como Tanzânia, Gabão, Costa do Marfim e Zâmbia. França e Portugal perceberam que o apoio ao movimento separatista seria benéfico a eles, fornecendo armas e suprimentos para os separatistas. A motivação francesa para apoiar os separatistas sustentava-se no receio de que a Nigéria se estabelecesse como uma força hegemônica na África Ocidental, diminuindo a sua influência nas ex-colônias. Já os portugueses apoiavam Biafra para evitar que assim a Nigéria se ocupasse com as questões domésticas ao invés de incentivar a independência de suas colônias (FALOLA, HEATON, 2008, p.260).

Após o término da Guerra Civil e a reincorporação de Biafra à Nigéria, a política externa do país tomou um novo rumo, marcado pelo afastamento do ocidente. Contribuiu para isso o fato de que, na perspectiva dos nigerianos, a reação dos países ocidentais em relação à Biafra tinha o objetivo de enfraquece-los. Nesse sentido, o apoio de França e Portugal aos separatistas, além do suporte até mesmo de outros países africanos, serviu para alertar os nigerianos sobre os riscos securitários aos quais poderiam estar expostos. Ademais, o

fornecimento de suprimentos pelos soviéticos também levou ao maior afastamento do ocidente e ao não-alinhamento com as políticas da Guerra Fria (FALOLA, HEATON, 2008, p.260).

A expansão da produção de petróleo nos anos finais da guerra civil, especialmente na região do Delta do Níger, somada ao aumento nos preços do produto estimulados pelos países da OPEP, no início dos anos 1970, resultaram não só na dependência do petróleo, como também no alto fluxo de rendas para a Nigéria. Nesse sentido, os rendimentos obtidos através da exportação de petróleo aumentaram mais de 180% em 1974 e mais de 70% em 1979. A concentração do petróleo na pauta de exportações foi expressiva. Em 1963, as exportações do hidrocarboneto representavam 10,75% do total das exportações nigerianas. Uma década depois, essa proporção havia aumentado para 83,14%. Em meados dos anos 1970 Lagos já havia atingido valores de produção de mais de um milhão de barris diários, se tornando o maior produtor de petróleo do continente africano (FILIPPI, OLIVEIRA, 2013, p. 114; FRYNAS, 2000, p. 25).

Ao mesmo tempo, os anos 1970 representaram uma grande transformação na política externa, que se afastou das características moderadas e tímidas da década anterior e tornou-se relativamente mais influente e radical. Nota-se, portanto, que tal transformação ocorreu através da convergência de três fatores. O primeiro deles relacionado aos governos dos generais Yukubu Gowon, Murtala Mohammed e Olusegun Obasanjo, instaurados após a guerra civil, que reequilibraram a estrutura de poder interno a favor do governo central em detrimento aos estados e regiões do país. O segundo fator está relacionado às mudanças desencadeadas pela própria guerra civil, que estabeleceu uma linha divisória na política externa do país. Por fim, o terceiro aspecto, e possivelmente o principal para que ocorressem as alterações nas relações exteriores, foi justamente o aumento da riqueza proveniente das rendas do petróleo associada à adesão do país à OPEP, que forneceu à Nigéria os recursos para que se implementasse uma política externa mais ativista. Assim, admite-se que os anos 1970 testemunharam a era de ouro da política externa nigeriana (FAYOMI et al, 2015, p.183).

Falola e Heaton (2008, p. 261), do mesmo modo, observam que a radicalização da política externa nos anos 1970 coincidiu com a expansão dos preços do petróleo³⁵, nos anos que sucederam a guerra civil. Esse fator, combinado com o aumento da produção e das exportações do produto deram suporte para que Lagos pudesse oferecer auxílio aos outros países africanos. Além disso, em termos globais, o recurso energético se tornou um meio pelo

³⁵ O valor do barril de petróleo aumentou de 3,29 dólares para 11,58 dólares em 1974 (BP, 2016).

qual os nigerianos conseguiam barganhar com os países ocidentais, que consumiam o combustível para satisfazer suas demandas energéticas. Demonstrando essa elevação no cenário internacional, em 1974 a Nigéria se colocou como o sétimo maior fornecedor de petróleo para o mundo e o segundo maior fornecedor para os EUA, superado apenas pela Arábia Saudita. Durante toda a década de 1970, enquanto os preços do hidrocarboneto estiveram elevados, a Nigéria se tornou uma força reconhecida no âmbito das relações internacionais. Portanto, esse recurso se tornou um importante instrumento de política externa para o país, que poderia ser utilizado tanto de modo a recompensar os aliados, quanto punir oponentes (FALOLA, HEATON, 2008, p. 261).

Durante o governo de Yukubo Gowon (1966 – 1975) foi estabelecida uma política externa mais agressiva e centrada no continente africano, que objetivava incentivar a descolonização, combater o regime do apartheid no sul da África, e integrar os países africanos, particularmente aqueles da região oeste. Nesse sentido, a Nigéria, que se sentia crescentemente ameaçada pela influência francesa no oeste do continente, passou a empregar os lucros do petróleo na integração dessas nações, buscando consolidar sua posição de liderança regional. Para isso foram realizados investimentos e assinados acordos bilaterais de cooperação econômica. Os líderes que sucederam Gowon, Mohammed e Obasanjo, deram continuidade e intensificaram essas políticas. Assim, em 1975 foi assinado o tratado que criou a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS, em inglês), unindo quatorze países do oeste africano (FILIPPI, OLIVEIRA, 2013, p. 116).

Além dos investimentos na integração regional, outras iniciativas se destacaram no período, e demonstraram os avanços de política externa. À vista disso, aponta-se a liderança nigeriana no combate aos regimes de minorias, quando assumiu o comando no comitê antiapartheid e passou a influenciar outros países a excluírem tanto a África do Sul quanto a Rodésia da OUA e da *Commonwealth*. Ademais, os nigerianos também organizaram boicotes a eventos internacionais, como as olimpíadas de 1972 e 1976, recusando-se a participar caso esses países estivessem presentes (FALOLA, HEATON, 2008, p. 261).

A luta contra regimes de segregação racial se configurou como uma parte da política externa dedicada a combater o imperialismo na África. Para atingir esse fim, foram empregados os ganhos oriundos do petróleo para apoiar os movimentos de libertação ao redor do continente. Em 1979, estimava-se que a Nigéria havia concedido aproximadamente 5 milhões de dólares anualmente para auxiliar diversos movimentos de libertação no sul da África. Especificamente para: Zimbábue, Rodésia, para o grupo que lutava pela independência da Namíbia da África do Sul, o Congresso Nacional Africano e o Congresso

Pan-Africano. Além disso, o país também apoiou o MPLA, fornecendo 20 milhões de dólares em dinheiro e o equivalente a 80 milhões de dólares em equipamentos militares e auxílio econômico³⁶. Essa atitude não agradou as potências ocidentais, especialmente os EUA e o Reino Unido, que se opunham ao estabelecimento do governo socialista em Angola (FALOLA, HEATON, 2008, p. 261-262).

Além dessas ações, em 1979, o então presidente Olusegun Obasanjo nacionalizou as participações da *British Petroleum*, em represália pelas relações comerciais entre a Rodesia e essa companhia. Ressalta-se, no entanto, que essa medida não deve ser superestimada e apresentada como um grande ataque aos interesses britânicos, já que o evento se configurou muito mais como um ato simbólico, do que efetivamente prejudicial. No período, o Reino Unido comprava apenas 3,6% de seu petróleo do país africano, dedicando-se mais a exploração do produto no Mar do Norte, cuja produção se expandia na época. A participação da Nigéria no embargo da OPEP, em 1973, também teve maior eficácia por ter sido realizada em conjunto com os outros membros da organização. Assim, embora tenham sido realizados esforços para empreender em uma política externa mais ativa, a Nigéria permaneceu em uma situação de subordinação. Nesse sentido, por exemplo, o país era muito mais dependente das exportações de petróleo para o mercado estadunidense, do que os EUA eram do fornecimento nigeriano (FALOLA, HEATON, 2008, p. 264).

No final dos anos 1970, ocorreram outras ações de retaliação orquestradas por Lagos, que se passaram através do corte de fornecimento de petróleo para Chade e Gana. Em relação ao primeiro país, a interrupção do fluxo do hidrocarboneto representou uma forma de demonstrar a insatisfação nigeriana frente a guerra civil que era travada no Chade, com o fornecimento apenas retornando em 1982. Já, Gana deixou de receber o produto da Nigéria em represália ao golpe que oportunizou a ascensão de Jerry Rawling ao poder (FILIPPI, OLIVEIRA, 2013, p. 120).

Em relação a integração da África Ocidental, apesar da criação da ECOWAS, a organização não obteve êxito em romper os laços dos países membros com parceiros comerciais tradicionais e credores. De fato, nessa década, a ECOWAS se tornou crescentemente irrelevante, já que os Estados não tinham capacidade de cumprir com as obrigações, nem sustentar a organização. Além disso, alguns países percebiam a Nigéria como

³⁶ Falola e Heaton (2008, p. 264) ressaltam que os esforços da Nigéria em apoiar os movimentos de libertação em Angola e no sul da África devem ser reconhecidos como benéficos para essas lutas. No entanto, não deve ser entendido como imprescindível para as vitórias desses movimentos, cujo mérito reside nas forças que batalharam para obter a independência. Nessa mesma linha, o impacto das sanções nigerianas à África do Sul foi muito pequeno, já que o comércio entre os países era pouco expressivo no período das sanções.

uma ameaça, sendo a organização vista como um espaço para que ela consolidasse sua hegemonia no oeste africano (FALOLA, HEATON, 2008, p. 264).

O segundo momento do desenvolvimento da política externa nigeriana teve início, de acordo com Fayomi et al (2015, p. 184), em 1979, com a volta do governo civil sob o presidente Shehu Shagari, que governou de 1979 até 1983. O processo eleitoral que o levou ao poder foi marcado por poucos debates em relação a política externa, compreendendo candidatos que reconheciam o desinteresse da população por essas questões. Conseqüentemente, desde o início da Segunda República (1979 -1983) o país careceu de uma política externa bem articulada (FAYOMI et al, 2015, p. 184). Esse período, portanto, ficou marcado pela queda da relevância internacional nigeriana. A gestão de Shagari foi prejudicial à economia do país, ocasionando o aumento do endividamento e, conseqüentemente, uma maior dificuldade em combater às pressões ocidentais no cenário internacional.

O início dos anos 1980 foi marcado pela diminuição dos preços do petróleo, causado principalmente desequilíbrio econômico internacional e pelas novas descobertas de jazidas fora dos países pertencentes à OPEP. Conseqüentemente, a Nigéria entrou numa recessão que perdurou até o início dos anos 1990. Além disso, com a diminuição de receitas e houve o aumento da dívida externa, já que ao invés da reestruturação da economia, o governo passou a recorrer a empréstimos. Assim, em 1982, foram recebidos aproximadamente um bilhão de dólares do Fundo Monetário Internacional e 270 milhões de dólares da Arábia Saudita. Entre 1980 e 1983 o endividamento externo duplicou, ao mesmo tempo em que a produção de petróleo diminuía: de aproximadamente 2 milhões de barris diários no início dos anos 1980, para 1,3 milhões de barris diários em 1983 (FILIPPI, OLIVEIRA, 2013, p. 120).

Foi nesse contexto que ascendeu ao poder o general Muhammadu Buhari, que governou de 1983 até 1985, após o golpe que depôs o presidente Shagari, trazendo novamente os militares ao governo e finalizando o período da Segunda República. No âmbito doméstico, Buhari deu continuidade e aprofundou as medidas de austeridade iniciadas no governo anterior, reprimindo fortemente as manifestações da população³⁷ (OGUNLESI, 2015). Ao longo desse período, o preço do petróleo passou de 36,83 dólares por barril em 1980, para 27,56 dólares por barril em 1985, o que ocasionou uma queda significativa nas arrecadações do governo federal. A dívida externa passou a exigir aproximadamente 40% da arrecadação e renegociá-la era difícil. O FMI, portanto, exigiu que a Nigéria realizasse reformas através da

³⁷ Buhari deu continuidade às políticas de austeridade do governo anterior e reprimiu fortemente a corrupção. Além disso, iniciou uma “Guerra Contra a Indisciplina” que permitia que militares e paramilitares punissem pequenas infrações, até mesmo atrasos para a jornada de trabalho. A forte repressão contribuiu para a pouca popularidade do governo e, também, para sua deposição em agosto de 1985 (OGUNLESI, 2015).

adoção de um Programa de Ajuste Estrutural (PAE). Esse programa consistia em ações como a redução de gastos governamentais, privatizações de companhias estatais, o corte de subsídios e desvalorização da moeda. Buhari, entretanto, se negou a aplicar tais medidas, acreditando que suas próprias práticas de austeridade já seriam suficientes para a recuperação da economia. Consequentemente, não foi possível chegar a um acordo e o país não obteve um prazo maior para o pagamento da dívida (FILIPPI, OLIVEIRA, 2013, p. 122; FALOLA, HEATON, 2008, p. 216).

Apesar dos desafios internos, o presidente se esforçou para conceder um formato mais claro para a orientação internacional do país. Isso se traduziu na formulação de uma nova política externa pelo então Ministro das Relações Exteriores, Ibrahim Gambari, que objetivava estabelecer ações que fossem ao mesmo tempo assertivas e pouco dispendiosas, dado o contexto nigeriano do período. Dessa forma, o projeto foi idealizado a partir da análise do conteúdo das dinâmicas e tensões que se tornaram marcantes na execução da política externa nigeriana, cujo contexto se caracterizava pela diminuição dos fluxos de renda externos e redução da produção de petróleo. Gambari observava que a contração das rendas havia imposto novos constrangimentos econômicos para a Nigéria, os quais limitaram os objetivos outrora ambiciosos, dinâmicos e assertivos de política externa, especialmente em relação aos EUA e a Europa Ocidental. A partir disso, a nova orientação deveria ser guiada através do estabelecimento de círculos concêntricos, os quais determinariam os níveis de prioridade das ações do país. Assim, a circunferência mais interna representaria os interesses nacionais, sendo sucessivamente seguida por círculos que corresponderiam ao âmbito sub-regional, regional, continental e global (ASHAVER, 2014, p. 7).

Embora o governo de Buhari tenha estabelecido que a África deveria constituir a área de prioridade da política externa - assim como a segurança nacional e o bem-estar econômico - com a promessa de colocar uma relação mais construtiva entre a Nigéria e seus vizinhos imediatos, o que ocorreu foi justamente o contrário. Durante esse intervalo, as relações com os países do oeste africano se deterioraram, o que culminou no fechamento das fronteiras e no prejuízo das atividades econômicas (FAYOMI et al, 2015, p. 184).

Com a deposição de Buhari, teve início o governo de Ibrahim Babangida, de 1985 até 1993. Contrariamente ao governo anterior, foi adotado o PAE em julho 1986, o que permitiu o reescalonamento da dívida para a década de 1990. A partir disso diversas modificações na economia nigeriana foram implementadas, como a adoção de medidas para estimular a produtividade doméstica e aumentar a demanda, a racionalização e reestruturação de tarifas

para promover a diversificação da industrialização, a liberalização do comércio, redução do controle administrativo e permissão para que as forças do mercado atuassem no país (ANYANWU, 1992, p. 7).

Os resultados da implementação do PAE foram, em grande parte, prejudiciais. Apesar de um aumento na produtividade agrícola e relativa melhora na qualidade de vida das populações rurais, houve aumento do desemprego e redução na capacidade produtiva das empresas, associada ao aumento dos impostos. As companhias não conseguiam importar matérias-primas, o que acarretou na demissão de funcionários ou diminuição de seus salários. Ademais, a desvalorização do Naira, moeda nigeriana, levou a uma inflação que chegou a 70%, enquanto o fim dos subsídios elevou o preço dos combustíveis em 1000%. Por fim, com a diminuição dos gastos governamentais, os serviços públicos que já eram escassos, se deterioraram ainda mais (ANYANWU, 1992, p. 8; FILIPPI; OLIVEIRA, 2013, p. 124).

A principal proposta da orientação externa de Babangida estava ancorada na necessidade de proteger o interesse nacional, o comprometimento com o afro-centrismo, a garantia de uma política de boa vizinhança entre os estados da região, e a maior integração sub-regional (AMAO; OKEKE-UZODIKE, 2015, p. 9). Nesse sentido, foram restauradas as boas relações com os países vizinhos, atribuindo-se esse sucesso ao quadro de funcionários que foram colocados para exercer as relações internacionais do país. Ainda assim, argumenta-se que as ações foram confusas e incoerentes, em razão das modificações sucessivas dos Ministros de Relações Exteriores. Além disso, aponta-se que as quedas nos preços do petróleo resultaram na limitação da capacidade do país de exercer a política externa (FILIPPI; OLIVEIRA, 2013, p. 124; FAYOMI et al, 2015, p. 184).

Em seguida, o governo de Sani Abacha, de 1993 até 1998, contribuiu para que a Nigéria entrasse em uma era de isolacionismo, em razão das características totalitárias e ditatoriais do regime (AMAO; OKEKE-UZODIKE, 2015, p. 10). Dessa forma, iniciou-se uma política externa definida como defensiva e combativa, com o governo marcado por traços nacionalistas e de busca à autonomia, os quais levaram a abolição das políticas liberalizantes e uma posição antiocidental em diversos assuntos. Em decorrência disso, os EUA e outras potências ocidentais encorajaram e apoiaram grupos de oposição do governo nigeriano, e emitiram opiniões que levaram a interferência nos assuntos internos do país. Após a morte de Abacha, em junho de 1998, estabeleceu-se um processo de transição que resultou na ascensão ao poder do presidente Olusegun Obasanjo, maio de 1999. A partir de então, o quadro estabelecido no pós-guerra fria exigia uma nova política externa da Nigéria, com a

emergência de ameaças em diversos níveis para a tarefa da construção da nação (FAYOMI et al, 2015, p. 185).

No final dos anos 1990 e início dos anos 2000 houve uma mudança paradigmática na política externa de diversos países, que passaram da diplomacia política para a diplomacia econômica. Isso ocorreu devido a percepção do entrelaçamento entre relações econômicas e política externa, notando-se que a segunda poderia ser utilizada para alcançar ganhos na primeira. Portanto, para um país como a Nigéria, que objetiva alcançar melhores condições de desenvolvimento, as relações exteriores estariam intimamente ligadas aos interesses comerciais nacionais (UBI, AKINKUOTU, 2014, p 420-421). A partir de então, os círculos concêntricos que guiavam a execução das ações internacionais da Nigéria passaram a perder a sua relevância. Essa nova era se diferenciava do período precedente da diplomacia do país, cuja prioridade havia sido os interesses subcontinentais e continentais. A relativa estabilidade ao longo dessas frentes permitiu à Nigéria determinar um melhor equilíbrio entre os interesses de política externa e domésticos (FAYOMI et al, 2015, p. 186).

O governo de Obasanjo representou essa alteração na diplomacia nigeriana, que passou de uma política voltada à África para uma política mais global. Especificamente, a política externa nigeriana permaneceu centrada na África em termos políticos, mas no nível econômico voltou-se para o âmbito global. Isso porque, a situação em que o país se encontrava exigia que novas táticas e estratégias fossem implementadas, levando maior atenção aos atores extracontinentais. Nesse sentido, o presidente reforçou a importância das interações com outros países da Ásia, da América do Sul e do Caribe, que possuíam dificuldades semelhantes às da Nigéria (FAYOMI et al, 2015, p. 186 - 187).

A Constituição de 1999 determinou que é responsabilidade do Estado promover a prosperidade nacional e uma economia eficiente, dinâmica e autossuficiente. Logo, estando a política externa localizada tanto no âmbito doméstico quanto no contexto internacional, é importante que as estruturas domésticas determinem como o Estado nigeriano se relaciona com o ambiente externo. Conseqüentemente o Estado necessita unir as ações externas e internas para atingir tais objetivos (UBI, AKINKUOTU, 2014, p. 421).

Indicava-se que a inexistência de uma diplomacia econômica dentro da política externa, favoreceu a distorção da economia, o enfraquecimento e a vulnerabilidade da nação, tanto que o país não teve capacidade de participar efetivamente dos assuntos globais como seria o esperado, dados seus recursos naturais. Isso teria ocorrido pela ausência de uma estratégia nacional clara e efetiva. A partir disso, os formuladores de política externa nigerianos passaram a exigir uma diplomacia construtiva para o interesse estratégico e que

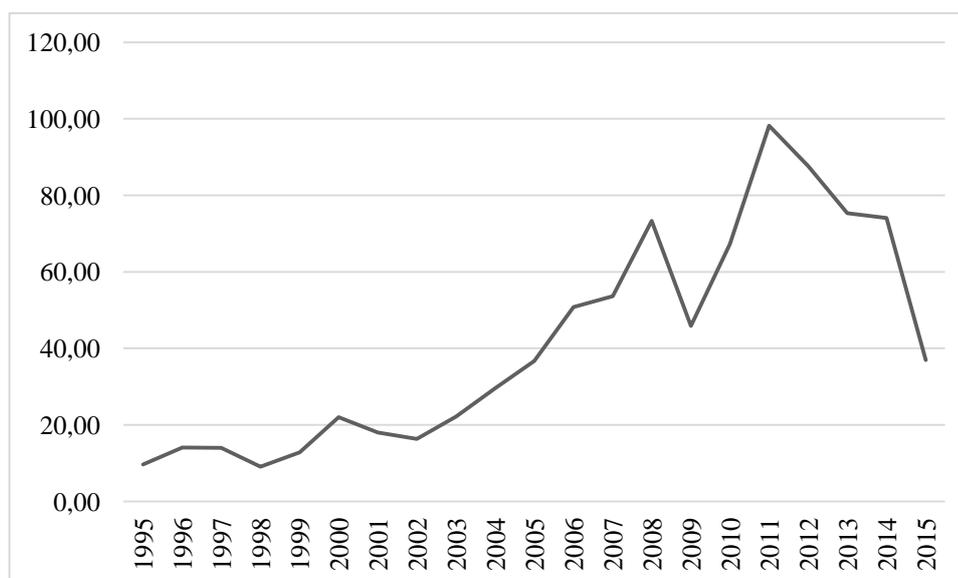
fosse voltada ao desenvolvimento econômico. Essa demanda culminou na elaboração de um novo modelo de política externa que foi implementado nos primeiros anos da Quarta República, conhecido como Concentrismo Construtivo e Benéfico (UBI, AKINKUOTU, 2014, p. 421).

Esse novo modelo possuía suas raízes na proposição dos círculos concêntricos realizada por Ibrahim Gambari, ministro das relações exteriores da Nigéria entre os anos de 1984 e 1985 (ASHAVER, 2014, p. 6). O Concentrismo Benéfico, portanto, deveria tomar como prioridade a Nigéria e quaisquer ações que beneficiassem ao país e ao seu povo. Assim, o círculo menor, que representa o país, deveria determinar os círculos subsequentes: vizinhos imediatos, África Ocidental, África e o resto do mundo. Dessa forma, esse modelo se afasta da natureza altruísta da política externa anterior a 1999. Aponta-se dois fatores para que essa mudança tenha ocorrido: o primeiro, relacionado à necessidade doméstica de desenvolvimento; o segundo, o ambiente de mudança político-econômico internacional, no qual muitos dos problemas econômicos das nações passaram a ser centrais nas relações dos governos (UBI, AKINKUOTU, 2014, p. 422).

A partir dessas proposições, o governo de Obasanjo esforçou-se em tornar a economia um dos eixos de suas relações exteriores, seja com os estados, com as organizações internacionais ou atores privados. O país procurou não apenas fortalecer sua política, relações comerciais e revisar a sua estratégia de redução da dívida externa, porém também buscou assistência para o desenvolvimento e fluxos de investimento externo direto. Para atingir esse objetivo, o presidente efetuou uma política externa através de visitas a diversos países procurando demonstrar para a comunidade internacional que a Nigéria havia se modificado e estava pronta para tomar seu lugar como um destino viável para investimentos e negócios (UBI, AKINKUOTU, 2014, p. 422).

Diante disso, os governos que assumiram o poder a partir de 1999 buscaram recuperar a imagem da Nigéria na comunidade internacional, retirando-a do ostracismo e recuperando-a da estagnação econômica. Essa situação foi consequência tanto das ações dos governos anteriores como também do ambiente macroeconômico hostil, conduzidos pelas demandas do mercado externo e pela dependência do país nas exportações de petróleo bruto. Contribuiu para esse objetivo o aumento nos preços do petróleo, que passou a ocorrer já a partir de 1999, quando o valor do barril passou para US\$ 17,97, e seguiu sendo acrescido ao longo dos anos 2000, aumentando o valor das exportações nigerianas, como pode ser verificado no Gráfico 1 (QUANDL, 2016; BP, 2016).

Gráfico 1 - Valor das exportações de petróleo nigerianas em bilhões de dólares de 1995 à 2015



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do OEC (2015b).

Nos primeiros quatro anos do governo de Obasanjo, o presidente procurou estabilizar e recuperar a economia. Foi melhorado o planejamento e execução do orçamento e implementada uma plataforma para a diversificação econômica que fomentasse os setores não relacionados à extração de petróleo³⁸. A falta de investimento público significou que havia diversas barreiras para o crescimento de setores críticos da economia nigeriana. Em resposta a esses desafios o governo procurou tomar vantagens das oportunidades oferecidas pela globalização. Nesse sentido, entre os anos de 2003 e 2009 o comércio internacional da Nigéria dobrou, com as exportações aumentando para quase 50 bilhões de dólares e as importações para 34 bilhões de dólares. Apesar desses valores serem compostos, praticamente, pelas vendas de petróleo, houve crescimento significativo das exportações de outros setores durante o mesmo período (UBI, AKINKUOTU, 2014, p. 423).

Apesar dos avanços da ECOWAS na prevenção de conflitos entre os países da região, a organização não havia avançado em termos de integração econômica até 1999. Nesse sentido, através do Empoderamento Econômico Nacional e Desenvolvimento Estratégico (NEEDS, em inglês), a Nigéria começou a utilizar políticas de investimentos e trocas

³⁸ Uma das principais políticas voltadas para o desenvolvimento durante esse período foi o programa de reforma nacional, conhecido como Empoderamento Econômico Nacional e Desenvolvimento Estratégico (NEEDS, acrônimo em inglês). Esse programa centrava-se em quatro áreas principais, nomeadamente: melhorias no ambiente macroeconômico, realização de reformas estruturais, fortalecimento do gerenciamento dos gastos públicos e implementação de reformas governamentais e institucionais. Por trás dessa estratégia, da qual a política externa faria parte, estava a transformação social e econômica da Nigéria, que seria atingida através dos princípios da livre competição e liberalização comercial, e aprofundamento das relações da Nigéria com o ambiente internacional (UBI, AKINKUOTU, 2014, p. 423).

comerciais para fomentar as suas relações com os países da ECOWAS, adotando uma Tarifa Externa Comum. Além disso, utilizou-se das ferramentas de política externa para a redução do endividamento nigeriano, que em 1999 chegava a 35,94 bilhões de dólares. Dez anos depois, esse valor havia despencado para 3,62 bilhões de dólares. A nova estratégia do país era baseada no abandono da mobilização de capital internacional para o desenvolvimento econômico através da aceitação de empréstimos, e emprego das ferramentas de política externa para reduzir a dívida externa nigeriana (UBI, AKINKUOTU, 2014, p. 424).

Além das medidas domésticas que visavam a redução da corrupção e do comportamento rentista, a administração de Obasanjo também tomou outros passos que formaram os componentes principais da política externa nigeriana. Primeiro as medidas multilaterais, que consistiram no engajamento em plataformas multilaterais, como a ONU, a União Africana, D-8³⁹, *Commonwealth* e a Nova Parceria Para o Desenvolvimento da África. Em seguida, foram empregados esforços para atrair maiores investimentos e relações comerciais sólidas, ao invés da contração de empréstimos, o que trouxe resultados. Entre 1999 e 2003 o Investimento Externo Direto (IED) aumentou de 1,1 bilhão de dólares para 2,1 bilhões de dólares. Além dessas medidas, a Nigéria também se dedicou a construir parcerias mutuamente benéficas com outros países no cenário internacional, que se traduziram através do fortalecimento das relações com os países do sul (UBI, AKINKUOTU, 2014, p. 424).

A política externa do governo de Yar'Adua foi, em muitos sentidos, uma continuidade da abordagem do governo anterior, estabelecendo as prioridades domésticas no centro dos objetivos da política externa nigeriana. Assim, a integração econômica foi colocada à frente da integração política com outros países africanos. Em 2007, a administração inaugurou a Diplomacia Cidadã, ou Diplomacia de Consequências. Essa abordagem de política externa buscava proteger as necessidades, direitos humanos e bem-estar socioeconômico dos cidadãos nigerianos ao estabelecer relações bilaterais e multilaterais com os outros países. Em contrapartida, uma das críticas à política externa nigeriana é de que, apesar de se afirmar que ela seria uma diplomacia cidadã, ou seja, voltada para os nigerianos, muitas das ações eram dedicadas ao auxílio de outros países africanos, empregando recursos que deveriam ser utilizados internamente no país (WOGU et al, 2015).

Durante a gestão de Goodluck Jonathan as ações externas representaram um prosseguimento das medidas dos governos anteriores, principalmente para assegurar os parceiros do país sobre sua estabilidade, apesar de suas dificuldades políticas internas. Nesse

³⁹ Developing-8, uma organização para desenvolver a cooperação entre os seguintes países: Bangladesh, Egito, Indonésia, Irã, Malásia, Nigéria, Paquistão e Turquia.

sentido, no âmbito doméstico, o país passava por um período de crescimento sem o aumento do bem-estar dos cidadãos. Sob a Agenda de Transformação, era prescrito que a política externa deveria utilizar a diplomacia econômica para atingir o interesse nacional. Essa era uma ação mais direta do que outros planos de desenvolvimento, no sentido de que a agenda identificava a necessidade de empregar técnicas e os aparatos diplomáticos para aumentar as trocas comerciais. Em 2011, a partir dos preceitos dessa agenda, o ministro coordenou e supervisionou a assinatura de acordos bilaterais em áreas como comércio, cooperação tecnológica, tecnologia da informação, educação e turismo (WOGU et al, 2015).

Desde os anos 1970 a economia e a política da Nigéria estiveram intimamente ligadas ao setor petrolífero. Conseqüentemente, a alta dependência nigeriana em relação ao petróleo permitiu que esse país se tornasse sensível às pressões da economia política internacional. Assim, também a formulação de sua política externa esteve vinculada às oscilações de preços, sendo mais assertiva nos momentos de expansão de produção ou altos valores do petróleo no mercado mundial. Portanto, observou-se que, enquanto os preços do hidrocarboneto se mantiveram altos durante os anos 1970, o país desenvolveu a capacidade de atuar no cenário internacional e ensaiar a liderança do continente, ainda que dentro de suas limitações. Em meados dos anos 1980 e na década de 1990 houve um período de retração e isolamento, ao mesmo tempo em que os preços do produto diminuía no cenário internacional. No início dos anos 2000, novamente esse padrão passou a ser revertido. Os governos procuraram utilizar a política externa para empreender no desenvolvimento nacional, estabelecendo presença em organismos multilaterais e obtendo maiores fluxos de investimentos.

5 CONCLUSÕES

O presente estudo se propôs a investigar as implicações políticas e securitárias da exploração de petróleo no Golfo da Guiné, a partir dos anos 2000. Esse recurso energético permanece como o mais disputado entre os produtos no cenário internacional. Portanto, possuir tal riqueza dentro do próprio território gera a expectativa de que os ganhos provenientes de sua extração contribuam com a solução dos problemas de um país, especialmente naqueles com baixos níveis de desenvolvimento. No entanto, no Golfo da Guiné, essa perspectiva não foi alcançada, mantendo-se níveis baixos de desenvolvimento humano, fragilidade econômica e propensão a hostilidades.

A primeira seção do trabalho demonstrou que a região, apesar de já abrigar países tradicionalmente produtores de hidrocarbonetos desde os anos 1960, obteve maior atenção no cenário internacional em razão do contexto que se estabeleceu no início dos anos 2000. A confluência de fatores, como a necessidade de diversificação das fontes fornecedoras do combustível fóssil e a demanda por energia de potências emergentes serviu para que esses países se tornassem alvo de interesses e investimentos, tanto de outros Estados como de companhias multinacionais. Além disso, as próprias características geográficas, como a facilidade de escoamento e as características do óleo bruto tornaram essa zona atrativa.

Identificou-se que a ascensão do Golfo da Guiné ocorreu em um cenário que se caracterizava pelo otimismo em relação ao continente africano, que emergia da marginalização na esfera internacional e, crescentemente, ganhava atenção em razão de sua abundância em recursos naturais. Esse fenômeno passou a ser denominado como nova partilha da África, em alusão ao evento ocorrido no século XIX, quando as potências europeias dividiram o continente entre si. Observadas as diferenças entre essas situações, entende-se que essa corrida para obter acesso aos recursos africanos apresenta uma nova lógica, na qual os líderes dos países e as estatais também participam e tem maior poder de barganha. Esses atores possuem muitas vezes a prerrogativa de decidir sobre quem investe no país, e em quais termos, apesar de apresentarem desvantagens relacionadas ao desenvolvimento tecnológico.

A exploração de petróleo no Golfo da Guiné envolve uma dinâmica entre as elites governantes, Estados, companhias nacionais e multinacionais. Além desses, é importante salientar que as populações localizadas onde existem jazidas também atuam de maneira central, embora sejam os componentes mais frágeis dentro desse contexto. Dessa forma, indicou-se que a atividade extrativa na região contribui para a manutenção das elites políticas

no poder, principalmente em países como em Camarões, Guiné Equatorial, Gabão e Angola. Além disso, percebe-se que, apesar da participação de novos atores na região, como as companhias asiáticas, as principais corporações associadas às estatais permanecem sendo as europeias e norte-americanas.

Em relação as implicações políticas na esfera global, constatou-se que a região, efetivamente, se tornou uma nova zona de interesse internacional, sendo considerada uma área estratégica para Washington na primeira década do século XXI. No período, os norte-americanos buscavam novos mercados energéticos, procurando garantir o acesso a eles através de projetos conjuntos de cooperação militar com os países possuidores de jazidas petrolíferas. Ademais, parte desse movimento foi orientado pelas pressões de grupos nacionais estadunidenses que possuíam investimentos nesse local, e pelas refinarias do país compatíveis com o tipo de óleo bruto extraído nessa zona. Dessa forma, os EUA passaram a maior parte dos últimos 20 anos importando quantidades substanciais do petróleo do Golfo da Guiné, o que, para os membros da região, representava grande proporção de suas vendas externas. Esse cenário se modificou, no entanto, quando começou a ser produzido petróleo a partir do xisto, e as importações estadunidenses despencaram. A partir de então, os países africanos tiveram que buscar novos parceiros para substituir o espaço deixado pelos EUA.

A China, por sua vez, possui atuação reconhecida na África, em busca de matérias-primas para alimentar o crescimento de sua economia. Interpreta-se que a atuação do país asiático no continente diferencia-se das ações ocidentais, baseadas no emprego do livre mercado e da democracia liberal. Isso porque atuam de modo mais flexível, evitando o envolvimento nas questões internas dos países africanos, e buscando parcerias que promovam benefícios mútuos. No Golfo da Guiné, Angola tornou-se o maior parceiro de Pequim, constatando-se que, apesar de as relações entre os países se estabelecerem com base em diversas atividades, os interesses no petróleo permeiam todas as ligações entre eles. Ademais, foi observado que a presença das companhias de petróleo chinesas ainda é muito pequena, se comparada à atuação de companhias multinacionais que estão instaladas nesses países há décadas, provenientes da Europa e dos EUA.

Os membros do Golfo da Guiné, apesar de distintos entre si, apresentam desafios em comum, principalmente em relação a exploração dos recursos naturais existentes em seus territórios. Nesse sentido, a existência de petróleo foi um dos fatores que estimulou os países a unirem-se na iniciativa da Comissão do Golfo da Guiné. Essa organização previa, entre outros objetivos, que seus integrantes desenvolvessem soluções em comum que auxiliassem na obtenção de ganhos com suas riquezas. Entretanto, ao analisar a evolução da CGG,

percebe-se que órgão ainda é muito incipiente. Aponta-se que os países encontram obstáculos para a aplicação das deliberações da organização, além de haver desconfiança em relação aos interesses de Angola e Nigéria. Ainda assim, a plataforma oferece uma oportunidade promissora para que sejam desenvolvidos projetos conjuntos em setores como infraestrutura, segurança e desenvolvimento das atividades das comunidades locais.

Em relação ao âmbito securitário, demonstra-se que as implicações da exploração de petróleo possuem impactos distintos em cada país. Dessa forma, não há uma relação de causalidade entre a presença desses recursos e a ocorrência de conflitos, porém sim uma associação. O que se admite é que, em determinados contextos a atividade de extração pode auxiliar a desencadear conflitos e agitações sociais. Esses cenários compreendem, para nomear alguns fatores, pobreza extrema, falta de distribuição dos recursos, degradação ambiental, tensões entre grupos étnicos e pouca legitimidade política. Nesse sentido, em países como Angola, Nigéria e República do Congo o impacto da exploração tem auxiliado na emergência de agitações sociais. Já, na Guiné Equatorial e no Gabão, o recurso tem contribuído para a estabilidade, já que a população é pequena e o dinheiro do petróleo permite que o governo tenha verbas seja para combater as hostilidades, tanto para fornecer benefícios a população e acalmar situações de instabilidade, quanto para sustentar as forças armadas.

O estudo específico da Nigéria, o maior produtor de petróleo da região, e um caso que se enquadra no estereótipo de um petro-estado, demonstra que a extração do petróleo possui impactos em todas as esferas do Estado. Desde o início de sua história, o país teve de equilibrar os interesses de companhias internacionais, as elites que se beneficiavam da extração do petróleo e as disputas políticas entre as diferentes etnias que habitam o território. Foi ilustrado que a extração de petróleo dominou a economia do país, interferindo na prosperidade do setor agrícola e no desenvolvimento industrial. Nesse sentido, o país passou de exportador a importador de produtos alimentícios, e as indústrias ficaram atreladas aos preços do petróleo no mercado internacional, em razão da necessidade de importação de matérias-primas e máquinas para a sua expansão.

O confronto no Delta do Níger é um caso bastante ilustrativo para notar como se estabelecem relações danosas entre as companhias multinacionais de petróleo, elites governamentais, grupos sociais marginalizados e exército. A região foi devastada pela prospecção de óleo bruto e a população não foi compensada pelo governo e tampouco pelas corporações estrangeiras que estabeleceram suas atividades ali. A poluição causada pela indústria extrativa possivelmente seguirá impactando as gerações futuras, já que a destruição do meio ambiente foi severa. A tendência, portanto, é de que a região continue marcada pela

instabilidade e momentos de hostilidade, especialmente nos contextos de redução dos preços e produção do petróleo.

Ao investigar-se as relações entre a política externa nigeriana e o petróleo, observou-se que os momentos de expansão nos preços e produção do recurso foram acompanhados de períodos em que as relações externas foram mais assertivas. Nesse sentido, a era de ouro da política externa nigeriana ocorreu ao longo dos anos 1970 e início dos anos 1980, com o hidrocarboneto sendo utilizado como uma ferramenta para as ações do país no cenário global. Em seguida, quando os preços do petróleo despencaram, em 1982, o país também passou por um período de isolamento internacional. No final dos anos 1990, o retorno da democracia e a volta do aumento dos preços do produto no mercado internacional, associados a emergência da África no contexto internacional permitiram que o país empreendesse modificações na formulação de sua política externa, utilizando-a para buscar o desenvolvimento nacional.

O estudo revela que, apesar do otimismo com relação a elevação do Golfo da Guiné no cenário global, esses países ainda apresentam inúmeros desafios. O *boom* do petróleo não resultou no aumento significativo da qualidade de vida da população, nem na diversificação das atividades econômicas. Além disso, a própria indústria relacionada a prospecção do produto sofreu apenas pequenas melhorias ao longo dos anos. Assim, os produtores da região ainda não têm capacidade tecnológica que se equipare a apresentada pelas companhias multinacionais. Nesse sentido, foi descrito que instalações importantes para essa atividade, como as refinarias, geralmente estão ou defasadas, ou passando por reformas e operando abaixo de sua capacidade. Os planos para a construção de novos locais de refino são demorados e por vezes demandam a participação de atores externos, que contribuam com o seu financiamento.

Ademais, nota-se a dificuldade de incluir a população local nas atividades de exploração, já que a indústria petrolífera não exige grande quantidade mão de obra. Assim, as áreas de extração se tornam enclaves, com a maior parte dos trabalhadores sendo trazidos dos países matriz das companhias multinacionais. Isso afasta ainda mais a população desse setor, que se vê ameaçada pelas consequências da atividade extrativa, como a poluição de seu meio-ambiente. Essa situação contribui para que haja ataques violentos aos oleodutos e instalações de companhias estrangeiras, os quais se apresentam como ações de perfuração de oleodutos, roubos de óleo e sequestros de empregados estrangeiros.

Outra dificuldade do Golfo da Guiné é o avanço nos processos de cooperação regional, que auxiliaria na construção de infraestrutura e exploração conjunta, não só de recursos energéticos, mas também das outras riquezas existentes no território. Apesar da demonstração

de boa vontade de muitos líderes, as implementações efetivas das deliberações de órgãos como a CGG são lentas e secundarizadas.

Sugere-se, com frequência, que os países da região possuem autonomia para decidirem sobre quais companhias multinacionais exercem atividades em seus territórios, e sob quais condições. De fato, as elites governamentais e as companhias nacionais de petróleo da região desenvolveram habilidades para lidar com a complexidade do mercado de recursos energéticos. Entretanto, percebe-se que os governos permitem, muitas vezes, ações abusivas por parte das companhias estrangeiras em troca de contratos mais favoráveis às elites, expondo a população a condições adversas, como observadas no Delta do Níger.

Diante as observações desenvolvidas ao longo do trabalho, emergem alguns temas que poderiam ser abordados em agendas de pesquisa futuras. Em primeiro lugar, o aprofundamento das análises das ações abusivas das companhias multinacionais e nacionais de petróleo na região e seu relacionamento com o governo dos países produtores de hidrocarbonetos. Em seguida, podem ser exploradas as relações entre esses países e potências emergentes, como Índia e Brasil, que também se inserem no contexto africano em busca de matérias-primas e novos mercados.

REFERÊNCIAS

- AFRICA'S new Number One. *The Economist*, London, 12 Apr. 2014. Disponível em: <<https://www.economist.com/news/leaders/21600685-nigerias-suddenly-supersized-economy-indeed-wonder-so-are-its-still-huge>>. Acesso em: 24 jan. 2017.
- AFRICAN DEVELOPMENT FUND. *São Tomé and Príncipe – Maximizing Oil Wealth for Equitable Growth and Sustainable SocioEconomic Development*. Abidjan: African Development Bank Group, 2012. Disponível em: <<https://www.afdb.org/en/documents/document/sao-tome-and-principe-maximizing-oil-wealth-for-equitable-growth-and-sustainable-socio-economic-development-26079/>>. Acesso em: 22 fev. 2017.
- AMAO, Olumuyiwa Babatunde; OKEKE-UZODIKE, Ufo. Nigeria, Afrocentrism, and Conflict Resolution: After Five Decades—How Far, How Well? *African Studies Quarterly*, Gainesville, v. 15, n. 4, p. 1- 23, 2015. Disponível em: <<http://asq.africa.ufl.edu/files/Volume-15-Issue-4-OLUMUYIWA-BABATUNDE-AMAO.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.
- ALL IJAW YOUTHS CONFERENCE. *The Kaiama Declaration*. Kaiama, 1998. Disponível em: <<http://www.unitedijaw.com/kaiama.htm#Kaiama>>. Acesso em: 6 fev. 2017.
- ALLEN, Fidelis. Oil and Security in the Gulf of Guinea: Reflections and on the External and Domestic Linkages. *Journal of Sustainable Development*, Toronto, v. 5, n. 4, p. 132 – 140, 2012. Disponível em: <<http://www.ccsenet.org/journal/index.php/jstd/article/view/14525>>. Acesso em: 12 abr. 2016.
- ALVES, Ana C. Brief Analysis of China's Oil Interests in Angola. In: *The China Monitor: Oil, Energy and Power in Sino-Angolan Relations*, Stellenbosch, n. 54, p. 4-10, 2010. Disponível em: <http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2010/09/China_Monitor_AUGUST_2010.pdf>. Acesso em 18 nov. 2017.
- ANYANWU, John, C. President Babangida's Structural Adjustment Programme and Inflation in Nigeria. *Journal of Social Development in Africa*, Harare, v. 7, n. 1, p. 5 – 24, 1992.
- ASHAVER, Benjamin Teryima. Concentricism in Nigeria's Foreign Policy. *Journal of Humanities and Social Science*, [S.l.], v. 19, n. 6, p. 6-11, 2014. Disponível em: <<http://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/papers/Vol19-issue6/Version-3/B019630611.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2017.
- AUTY, Richard M. *Sustaining Development in Mineral Economies: the resource curse thesis*. London: Routledge, 2003.
- BAMBERG, James. *British Petroleum and Global Oil 1950-1975: The Challenge of Nationalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- BANCHANI, John-Paul Safunu. The relevance of the Gulf of Guinea in global energy politics. *African Security Review*, [Pretória], v. 25, n. 4, p. 420-426, 2016.

BARROS, Correia de. Can the Gulf of Guinea Develop a Common Regional Oil Policy? In: TRAUB-MERZ, Rudolf; YATES, Douglas (Ed.). *Oil Policy in the Gulf of Guinea: Security & Conflict, Economic Growth, Social Development*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2004. p. 87-100. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/iez/02115/barros.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BASEDAU, Matthias. LAY, Jann. Conceptualising the "Resource Curse" in Sub-Saharan Africa: Affected Areas and Transmission Channels. In: BASEDAU, Matthias. MEHLER, Andreas (Ed.) *Resource Politics in Sub-Saharan Africa*. Hamburgo: Institute of African Affairs, 2005. p. 9-24

BASEDAU, Matthias. MAHLER, Annegret. New Oil Finds in the Region: New Risks for the Region? In: ROLL, Michael. SPERLING, Sebastian. *Fuelling the World – Failing the Region?* Abuja: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2011. p. 73 – 100.

BAYE, Francis Menjo. Implications of the Bakassi Conflict Resolution for Cameroon. *African Journal on Conflict Resolution*, Durban, v. 10, n. 1, p. 9-34, 2010. Disponível em: <<http://www.accord.org.za/ajcr-issues/%EF%BF%BCimplications-of-the-bakassi-conflict-resolution-for-cameroon/>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

BENY, Eduardo. *A Nova Geopolítica do Petróleo: do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné*. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2007.

BLANCHARD, Lauren Ploch. HUSTED, Thomas F. *Nigeria: Current Issues and U.S. Policy*. Washington: Congressional Research Service, 2016. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/RL33964.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL-ÁFRICA: A importância da representação diplomática e da cooperação com o continente africano. *Por Dentro da África*, [S.l.], 6 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.pordentrodafrica.com/brasil-africa/brasil-africa-importancia-da-representacao-diplomatica-e-da-cooperacao-com-o-continente-africano>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BRITISH PETROLEUM - BP. *BP Statistical Review of World Energy*, [London], n. 65, June 2016. Disponível em: <<https://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/energy-economics/statistical-review-2016/bp-statistical-review-of-world-energy-2016-full-report.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2016.

BRITISH PETROLEUM - BP. *BP Statistical Review of World Energy*, [London], n. 66, June 2017. Disponível em: <<http://www.bp.com/content/dam/bp/en/corporate/pdf/energy-economics/statistical-review-2017/bp-statistical-review-of-world-energy-2017-full-report.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2017.

BRUNE, N. E. The Impact of the U.S. Shale Boom in Africa. *Journal of International Affairs*, New York, v. 69, n. 1, p. 1–26, 2015. Disponível em: <http://blogs.cuit.columbia.edu/jia/files/2016/03/Brune_USShaleBoom.pdf>. Acesso em: 2 set. 2017.

CARMODY, Pádrig. *The New Scramble for Africa*. Cambridge: Polity Press, 2011.

CARMODY, Pádrig; TAYLOR, Ian. Chinese Interests and Strategies in Africa. In: CARMODY, Pádrig. *The New Scramble for Africa*. Cambridge: Polity Press, 2011. p. 69-93.

CLARK, John. Petro-Politics in Congo. *Journal of Democracy*, [Washington], v. 8, n. 3, p. 62-76, 1997.

COLLIER, Paul. Doing Well out of War: An Economic Perspective. In: BERDAL, Mats. MALONE, David M. *Greed and Grievance: Economic Agendas in Civil Wars*, London: Lynne Rienner Publishers, p. 91 – 112, 2000.

COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ – CGG. *Tratado da Comissão do Golfo da Guiné*. Libreville, 2001. Disponível em: <<http://cggrps.org/wp-content/uploads/Tratado-PT1.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ – CGG. *Comunicado Final da I Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comissão do Golfo da Guiné*. Libreville, 2006. Disponível em: <<http://cggrps.org/wp-content/uploads/Comunicado-Libreville25AGO2006.pdf>> . Acesso em: 20 dez. 2016.

COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ – CGG. *Comunicado Final da II Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros da Comissão da Guiné*. Luanda, 2008. Disponível em: <<http://cggrps.org/wp-content/uploads/Comunicado-IICCE-PT25NOV2008.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ – CGG. *Comunicado Final da III Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comissão do Golfo da Guiné*. Malabo, 2013. Disponível em: <<http://cggrps.org/wp-content/uploads/Comunicado-Malabo10AGO2013.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

DALI, Slim. Nigeria: the restrained ambitions of Africa's Largest Economy. *MacroDev*, Paris, Marseille, n. 19, 2015. Disponível em: <<http://www.afd.fr/webdav/site/afd/shared/PUBLICATIONS/RECHERCHE/Scientifiques/Macrodev/19-VA-Macrodev.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2017.

DALY, John. Cameroon, West Africa's Latest Oil Battleground. *Oil Price*, [S.l.] 2012. Disponível em: <<http://oilprice.com/Energy/Crude-Oil/Cameroon-West-Africas-Latest-Oil-Battleground.html>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

DE SOYSA, Indira. The Resource Curse: Are Civil Wars Driven by Rapacity or Paucity? In: BERDAL, Mats. MALONE, David M. *Greed and Grievance: Economic Agendas in Civil Wars*, London: Lynne Rienner Publishers, 2000. p. 113-136.

DOWNS, Erica S. The Fact and Fiction of Sino-African Energy Relations. *China Security*, Zurich, v. 3, n. 3, p. 42-68, 2007. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/downs20070913.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

ENGLEBERT, Pierre; RON, James. Primary Commodities and War: Congo-Brazzaville's Ambivalent Resource Curse. *Comparative Politics*, New York, v. 37, n. 1, p. 61-81, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4150124?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 13 nov. 2016.

EZE, Osita C.; TRAUB-MERZ, Rudolf. Inter-State Conflicts and Conflict Resolution in the Gulf of Guinea. In: TRAUB-MERZ, Rudolf; YATES, Douglas (Ed.). *Oil Policy in the Gulf of Guinea: Security & Conflict, Economic Growth, Social Development*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2004. p. 87-100. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/iez/02115/ezetraub.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2016.

EZIRIM, Gerald Ekenedirichukwu. Resource governance and conflict in the Niger Delta: Implications for the Gulf of Guinea Region. *African Journal of Political Science and International Relations*, [Lagos], v. 5, n. 2, p. 61-71, 2011. Disponível em: <http://www.academicjournals.org/article/article1381822030_Ezirim.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

ESTERHUYSE, Abel. A Iraquização da África - AFRICOM: A Perspectiva Sul-Africana. *Air & Space Power Journal*, [S.l.], p. 78-86, 2010. Disponível em: <http://www.au.af.mil/au/afri/aspj/apjinternational/apj-p/2010/2010-1/2010_1_07_esterhuyse_p.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

FALOLA, Toyin; Matthew HEATON. *A History of Nigeria*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

FAYOMI, Oluyemi O.; CHIDOZIE Felix C; AJAYI, Lady A. Nigeria's National Image and Her Foreign Policy: An Exploratory Approach. *Open Journal of Political Science*, Hubei Province, v. 5, n. 3, p. 180-196, 2015. Disponível em: <http://file.scirp.org/Html/2-1670251_55327.htm>. Acesso em: 12 abr. 2017.

FILIPPI, Eduardo Ernesto; OLIVEIRA, Guilherme Ziebelle. A Economia Política Internacional e o Petróleo na Nigéria. *Tensões Mundiais*, Fortaleza, v. 9, n. 17, 2013, p. 109-128. Disponível em: <www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/download/403/441>. Acesso em: 05 jun. 2016.

FORD, Neil. Oil & Gas: Production recovery for Cameroon. *African Business Magazine*, 6 May 2016. Disponível em: <<http://africanbusinessmagazine.com/company-profile/cameroon/production-recovery-cameroon/#>>. Acesso em 14 nov. 2016.

FRYNAS, Jędrzej Georg. *Oil in Nigeria: Conflict and Litigation between Oil Companies and Village Communities*. Hamburg: Lit Verlag, 2000.

FRYNAS, Jędrzej Georg; PAULO, M. A New Scramble for African oil? Historical, political, and business perspectives. *African Affairs*, Oxford, v. 106, n. 423, p. 229-251, 2007.

GARY, Ian. KARL, Terry L. *O fundo do Barril: o Boom do Petróleo em África e os Pobres*. Baltimore: Catholic Relief Services, 2003.

GONZÁLEZ, Yoslán Silverio. El Golfo de Guinea: ¿Futuro Golfo Pérsico Africano? *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/60240/37533>>. Acesso em: 15 out. 2016.

HONG, Zhao. China's Oil Venture in Africa. *East Asia*, [S.l.], v. 24, n. 4, p. 399-415, 2007. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s12140-007-9027-7/fulltext.html>>. Acesso em 12 ago. 2016.

HUMAN RIGHTS WATCH. *The Price of Oil: Corporate Responsibility and Human Rights Violations in Nigeria's Oil Producing Communities*. New York: Human Rights Watch, 1999. Disponível em: <<https://www.hrw.org/reports/1999/nigeria/nigeria0199.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2016.

HUMAN RIGHTS WATCH. *The Warri Crisis: Fueling Violence*. New York, 2003. Disponível em: <<https://www.hrw.org/reports/2003/nigeria1103/nigeria1103.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2016.

INDEXMUNDI. *Cameroon Crude Oil Production by Year*. [S.l.], 2017. Disponível em: <<https://www.indexmundi.com/energy/?country=cm&product=oil&graph=production>>. Acesso em 12 jun. 2017.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *The Gulf of Guinea: new danger zone*. Dakar; Nairobi; Brussels, 2012. Disponível em: <<http://www.crisisgroup.org/en/regions/africa/central-africa/195-the-gulf-of-guinea-the-new-danger-zone.aspx>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

JANSSON, Johanna; BURKE, Christopher; JIANG, Wenran. *Chinese Companies in the Extractive Industries of Gabon & the DRC: Perceptions of Transparency*. Stellenbosch: Centre for Chinese Studies, 2009. Disponível em: <<https://eiti.org/document/chinese-companies-in-extractive-industries-of-gabon-drc-perceptions-of-transparency>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

JOSÉ, Joveta. *A Política Externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil*. 2011. 289 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/35078>>. Acesso em 19 nov. 2016.

KLARE; Michael; VOLMAN, Daniel. America, China and the Scramble for Africa's Oil. *Review of African Political Economy*, Washington, DC, v. 33, n. 108, p. 297 – 309, 2007. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03056240600843048>>. Acesso em: 16 out. 2016.

KPMG. *Nigeria's Oil and Gas Industry Brief*. [Lagos]: KPMG Nigeria, 2014. Disponível em: <<http://www.blog.kpmgafrica.com/wp-content/uploads/2016/10/Nigerias-oil-and-gas-Industry-brief.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

LAI, Hongyi Harry. China's Oil Diplomacy: Is It a Global Security Threat? *Third World Quarterly*, [S.l.], v. 18, n. 3, p. 519-537, 2007. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20454944>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

MAÑE, Daniel Ondo. *Emergence of the Gulf of Guinea in the Global Economy: Prospects and Challenges*. New York: International Monetary Fund, 2005. (Working paper, 385). Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2005/wp05235.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

MCSHERRY, Brendan. The Political Economy of Oil in Equatorial Guinea. *African Studies Quarterly*, Gainesville, v. 8, n. 3, 2006. Disponível em: <<http://sites.clas.ufl.edu/africa-asq/files/McSherry-Vol8Issue3.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

MONDAY, Titus Utibe; SALIHU, Muhammed. Crude Oil and the Politics of Nigerian Foreign Policy: Issues and Explanations. *Research on Humanities and Social Sciences*, [S.l.], v. 7, n. 7, 2017. Disponível em: <<http://www.iiste.org/Journals/index.php/RHSS/article/view/36745>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

MORAIS, José Mauro de. *Petróleo em Águas Profundas: uma história tecnológica da PETROBRAS na exploração e produção offshore*. Brasília, DF: [s.n.], 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1147>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

MORENO, Carlos L. Oil and Gas Exploration and Production in the Gulf of Guinea: Can the New Gulf be Green? *Houston Journal of International Law*, Houston, v. 31, n. 2, p. 420-466, 2009.

NWAJIAKU-DAHOU, Kathryn. The political economy of oil and ‘rebellion’ in Nigeria’s Niger Delta. *Review of African Political Economy*, [S.l.], v. 39, n. 132, p. 295-313, 2012. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03056244.2012.688805>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

NWOKEJI, G. Ugo. *The Nigerian National Petroleum Corporation and the Development of the Nigerian Oil and Gas Industry: History, Strategies and Current Directions*. Berkeley: University of California, 2007.

OBI, Cyril. Oil and development in Africa: some lessons from the oil factor in Nigeria for the Sudan. In: PATEY, Luke (Ed.). *Oil Development in Africa: Lessons for Sudan after the Comprehensive Peace Agreement*. Copenhagen: Danish Institute for International Studies, 2007. p. 9-34. Disponível em: <https://www.diis.dk/files/media/publications/nye_links/lpa_rp_07-08_web.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2017

OBI, Cyril; RUSTAD, Siri Aas. *Oil and insurgency in the Niger Delta: Managing the complex politics of petro-violence*. Uppsala: Zed Books, 2010.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY - OEC. *Where does China import Crude Petroleum from? (2014)* [S.l.], 2000-2014a. Disponível em: <http://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/chn/show/2709/2014/>. Acesso em: 22 set. 2016.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY - OEC. *Where does the United States import Crude Petroleum from? (2014)* [S.l.], 2000-2014b. Disponível em: <http://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/usa/show/2709/2014/>. Acesso em: 22 set. 2016.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY - OEC. *Where does Angola export Crude Petroleum to? (2015)* [S.l.], 2015a. Disponível em:

<http://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/export/ago/show/2709/2015/>. Acesso em: 22 set. 2016.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY - OEC. *Where does Nigeria export Crude Petroleum to? (2015)* [S.l.], 2015b. Disponível em:

<http://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/export/nga/show/2709/2015/>. Acesso em: 22 set. 2016.

ODULARU, Gbadebo Olusegun. Crude Oil and the Nigerian Economic Performance. Ufa: *Oil and Gas Business*. [S.l.], v. 8, n. 1, p. 1-29, 2008. Disponível em: <http://ogbus.ru/eng/authors/Odularo/Odularo_1.pdf>. Acesso em: 16 out. 2016.

OGUNLESI, Tolu. A Kinder, Gentler Buhari. *Foreign Policy*, Washington, 17 Apr. 2015. Disponível: <<http://foreignpolicy.com/2015/04/17/a-kinder-gentler-buhari/>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. *Petróleo e Segurança Internacional: aspectos globais e regionais das disputas por petróleo na África Subsaariana*. 2007. 191 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Soares de. *Oil and Politics in the Gulf of Guinea*. London: Hurst and Company, 2007.

ONUOHA, Freedom C. The Geo-Strategy of Oil in the Gulf of Guinea: Implications for Regional Stability. *Journal of Asian and African Studies*, [S.l.], v. 45, n. 3, p. 369 – 384, 2010. Disponível em: <<http://jas.sagepub.com/content/45/3/369>>. Acesso em: 30 set. 2016.

ONUOHA, Godwin. A ‘rising Africa’ in a resource-rich context: Change, continuity and implications for development. *Current Sociology Monograph*, Madrid, v. 64, n. 2, p. 277–292, 2016. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0011392115614789>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES - OPEC. *OPEC Bulletin*, [Viena], n. 6-7, 2016. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/OB06_072016.pdf>. Acesso em 15 jan. 2017.

OVIASUYI P. O.; UWADIAE, Jim. The Dilemma of Niger-Delta Region as Oil Producing States of Nigeria. *Journal of Peace, Conflict and Development*. Bradford, n. 16, p. 110-126. Disponível em: <<http://www.bradford.ac.uk/social-sciences/peace-conflict-and-development/issue-16/dilemanigerdelta.pdf>>. Acesso em: 20 fev 2017.

OYEFUSI, Aderoju. *Oil-Dependence and Civil Conflict in Nigeria*. [S.l.]: Centre for the Study of African Economies at University of Oxford, 2007. (CSAE working paper series, 9). Disponível em: <<http://www.csae.ox.ac.uk/workingpapers/pdfs/2007-09text.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

PAES, Wolf-Christian. Oil Production and National Security in Sub-Saharan Africa. In: TRAUB-MERZ, Rudolf; YATES, Douglas (Ed). *Oil Policy in the Gulf of Guinea: Security & Conflict, Economic Growth, Social Development*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2004. p. 87-100. Disponível em: < <http://library.fes.de/pdf-files/iez/02115/paes.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2016.

PERUZZO, Francisco Miragaia. CANTO, Eduardo Leite. *Química na Abordagem do Cotidiano*. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

PUTNAM, R. D. Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147–174, 2010.

QOBO, M. The Challenges of Regional Integration in Africa In the Context of Globalisation and the prospects for a United States of Africa. *Institute for Security Studies*. Pretoria: [s.n.], 2007. Disponível em: < <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/Paper145h.pdf>>. Acesso em 18 jun. 2017.

QUANDL. *Crude Oil Prices from 1861*. Toronto, 2016. Disponível em: <https://www.quandl.com/data/BP/CRUDE_OIL_PRICES>. Acesso em: 13 jan. 2017.

ROLL, Michael. Resource Governance, Development and Democracy in the Gulf of Guinea. In: ROLL, Michael; SPERLING, Sebastian. *Fuelling the World - Failing the Region?* Abuja: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2011. p. 8-31.

RAMOS, Maria Lya. *Avaliação das Operações da Indústria Petrolífera de Angola*. Johannesburg: Open Society Initiative for Southern Africa, 2012 . Disponível em: <http://www.osisa.org/sites/default/files/angola_oil_portuguese_final_less_photos.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2016.

ROSS, Michael. Oil, Drugs and Diamonds: the varying role of natural resources in civil war. In: BALLENTINE, Karen.; SHERMAN, Jake (Ed). *The Political Economy of armed Conflict: beyond greed and grievance*. London: Lynne Rienner Publishers, 2003. p. 47 – 70.

ROSS, Michael. *The Oil Curse: How Petroleum Wealth Shapes the Development of Nations*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2012.

ROSS, Michael L. What Have We Learned about the Resource Curse? *Annual Review of Political Science*, Danvers, 18, p. 239 - 259. Disponível em: <<http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-polisci-052213-040359>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

ROSSER, Andrew. *The Political Economy of the Resource Curse: a literature survey*. Brighton: Institute of Development Studies, 2006.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?. *Rev. bras. polít. int.* Brasília, DF, v. 51, n. 1, 2008.

SERVANT, Jean-Christophe. FORSTER, Harry. Africa: External Interest & Internal Insecurity: the new Gulf Oil States. *Review of African Political Economy*, [S.l.], v. 30, n. 95, p. 139-142, 2003.

SHAXSON, Nicholas. *Poisoned Wells: The Dirty Politics of African Oil*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

SONANGOL. *A Sonangol EP*. Luanda, 2016. Disponível em: <<<http://www.sonangol.co.ao/Portugu%C3%AAs/Paginas/In%C3%ADcio.aspx>>. Acesso em: 10 ago. 2016

SOUTH AFRICA regains Africa's 'biggest economy' title from Nigeria. *BBC*, [London], 11 Aug. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-37045276>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

SOUTHALL, Roger. The 'New Scramble' and Labour in Africa. *LABOUR, Capital and Society*, Halifax, v. 42, n. 1, 2008, p. 128-155. Disponível em: <http://www.lcs-tcs.com/PDFs/41_2/Southall.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2017.

TAYLOR, Ian. China's Oil Diplomacy in Africa. *International Affairs*, [S.l.], v. 82, n. 5, p. 937-959, 2006a. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3874208?seq=1#>>. Acesso em: 4 out. 2016.

TAYLOR, Ian. *China and Africa: engagement and compromise*. New York: Routledge, 2006b.

TAYLOR, Ian; WILLIAMS, Paul. *Africa in International Politics*. London: Routledge, 2004.

UBI, Efem N; AKINKUOTU, Oluwatooni O. Nigerian foreign policy and economic development, 1999–2013, *International Area Studies Review*, [Oslo], v. 17, n. 14, p. 414-433, 2014. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2233865914557099>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

UKEJE, Charles; MVOMO ELA, Wullson. *African approaches to maritime security: The Gulf of Guinea*. Abuja: Friedrich Ebert Stiftung, 2013.

THE RELATIONSHIP between the AUC and the Gulf of Guinea Commission are Intensifying. *African Union*, Addis Ababa, 15 Sept. 2015. Disponível em: <<https://au.int/en/pressreleases/20150915>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME - UNEP. *Environmental Assessment of Ogoniland*. Nairobi: United Nations Environment Programme, 2011. Disponível em: <http://postconflict.unep.ch/publications/OEA/UNEP_OEA.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME - UNDP. *Human Development Report 2016*. New York, 2016. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf>. Acesso em: 5

jun. 2017.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. *Briefing on Trip to Angola, Gabon, and Nigeria*. Washington, DC, 2009. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/p/af/rls/spbr/2002/12259.htm>>. Acesso em: 20 out. 2016.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION – EIA. *Congo (Brazaville)*. Washington, Jan. 2014. Disponível em: <<https://www.eia.gov/beta/international/analysis.cfm?iso=COG>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION – EIA. *Country Analysis Brief: Angola*. Washington, May 2016a. Disponível em: <<https://www.eia.gov/beta/international/analysis.cfm?iso=AGO>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION – EIA. *Country Analysis Brief: Nigeria*. Washington, May 2016b. Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Nigeria/nigeria.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION – EIA. *Equatorial Guinea*. Washington, Apr. 2015. Disponível em: <<https://www.eia.gov/beta/international/analysis.cfm?iso=GNQ>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION – EIA. *Gabon*. Washington, December, 2016c. Disponível em: <<https://www.eia.gov/beta/international/country.cfm?iso=GAB>>. Acesso em: 12 jan. 2017

VERÍSSIMO, Gilberto. Gilberto Veríssimo: ‘A região do Golfo da Guiné é uma cintura fragmentada’. Entrevistadores: Dani Costa e Sebastião Felix. *O País*, Luanda, 12 out. 2015. Disponível em: <<http://opais.co.ao/gilberto-verissimo-a-regiao-do-golfo-da-guine-e-uma-cintura-fragmentada-2/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

VINES, Alex et al. *Thirst for African Oil: Asian National Oil Companies in Nigeria and Angola*. Chatam House Report. London: Royal Institute of International Affairs, 2009.

VINES, Alex. WONG, Lilian. WEIMERAND, Indira Campos. *Thirst for African Oil: Asian National Oil Companies in Nigeria and Angola*. London: Chatham House, 2009. Disponível em: <<https://www.chathamhouse.org/publications/papers/view/109110>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

VOLMAN, Daniel. The Bush administration & African oil: the security implications of US energy policy. *Review of African Political Economy*, [S.l.], v. 30, n. 98, p. 573-584, 2003.

WALLE, Nicolas Van de. Us Policy Towards Africa: the Bush legacy and the Obama administration. *African Affairs*, Oxford, v. 109, n. 434, p. 1–21, 2009.

WATTS, Michael. Resource curse? Governmentality, oil and power in the Niger Delta. *Geopolitics*, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 50-80, 2004. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14650040412331307832>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

WESZKALNYS, Gisa. The Curse of Oil in the Gulf of Guinea: a view from São Tomé and Príncipe. *African Affairs*, Oxford, v. 108, n. 433, p. 679-689, 2009.

WIWA, Ken. Finally it seems as if Ken Saro-Wiwa, my father, may not have died in vain. *The Guardian*, Lagos, 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/nov/10/ken-saro-wiwa-father-nigeria-ogoniland-oil-pollution>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

WOGU, Ikedinachi Ayodele Power; SHOLARIN, Muyiwa Adeniyi; CHIDOZIE, Felix. A Critical Evaluation of Nigeria's Foreign Policy at 53. *Research on Humanities and Social Sciences*, v. 5, n. 2, p. 137 – 147, 2015. Disponível em: <<http://www.iiste.org/Journals/index.php/RHSS/article/view/19136>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

WORLD BANK. *Population, total*. Washington, DC, 2017. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=AO-NG-CD-CG-GA-GQ-CM>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

YEOMANS, Matthew. *Oil, Guns and Money*. New York: Global Policy Forum, 2004. Disponível em: <<https://www.globalpolicy.org/component/content/article/154/25705.html>>. Acesso em: 14 out. 2016.

YERGIN, D. *The Quest: energy, security and the remaking of modern world*. New York: The Penguin Press, 2011.